



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1979



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1979



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

**MENSAGEM À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO 1979**

**RELATÓRIO SOBRE
A ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO EM 1978**

1º de março de 1979

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Sinval Guazzelli

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

José Augusto Amaral de Souza

CHEFE DA CASA CIVIL

Carlos Alberto Allgayer

PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA

Antônio Ricardo de Medeiros

CHEFE DA CASA MILITAR

Itaborá Pedro Barcellos

CONSULTOR GERAL DO ESTADO

José Maria Rosa Teshner

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA

Romeu Ramos

SECRETÁRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cláudio Ennio Strassburger

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Jorge Babot Miranda

SECRETÁRIO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Carlos Alberto Chiarelli

SECRETÁRIO DO INTERIOR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS

Octávio Germano

SECRETÁRIO DA SAÚDE

Jair Oliveira Soares

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA

Getúlio Marcentônio

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES

Firmino Girardello

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Airton Santos Vargas

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÃO

Walter Jobim Filho

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Oscar Machado da Silva

SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Eduardo Emílio Maurell Müller

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Rubem Moura Jardim

SECRETÁRIO DE TURISMO

Mário Bernardino Ramos

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO

Enio Vilanova Castilhos

SUMÁRIO

I – MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL	7
II – RELATÓRIO SOBRE A ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO EM 1978	51
I. ÁREA ECONÔMICA	53
I.1 AGROPECUÁRIA	55
Organização e apoio agrário	56
Produção vegetal	58
Defesa sanitária vegetal	58
Conservação do solo	59
Florestamento e reflorestamento	59
Preservação e controle de recursos naturais	60
Produção animal	61
Sanidade	61
Fomento	63
Pesca	65
Pesquisa agropecuária	65
Instituto de Pesquisas Veterinárias “Desidério Finamor” – IPVDF	66
Instituto de Pesquisas Zootécnicas “Francisco Osório” – IPZFO	67
Instituto de Pesquisas Agronômicas – IPAGRO	68
Instituto de Pesquisa de Recursos Naturais Renováveis “Ataliba Paz”	69
Assistência Técnica e Extensão Rural	70
I.2 INDÚSTRIA	71
Promoção industrial	71
Conselho de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul – CONDEI	73
Órgão Técnico para Análise de Projetos – ORTECAP	73
Fundo Operação Empresa – FUNDOPEM	74
Comissão Estadual da Indústria da Construção – CEICO	74
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul – CEDIC	74
Instituto Sul-Riograndense de carnes – ISRC	78
Produção industrial	78
Central Vitivinícola do Sul S.A. – VINOSUL	79

Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos – CORLAC	79
Produtos Gaúcho S.A. – PROGRASA	81
Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA	81
Companhia Riograndense de Nitrogenados – CRN	82
1.3 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	82
Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC	82
Ciência e Tecnologia	92
Centro de Pesquisas em Agroindústrias – CEPAI	92
1.4 SERVIÇOS ECONÔMICOS	92
Comércio	93
Programa Estadual de Apoio a Exportação – PAEX	93
Serviço de Classificação dos Produtos de Origem Vegetal para o Mercado Interno – CLAVESUL	93
Instituto Riograndense de Arroz – IRGA	94
Turismo	95
Serviços bancários financeiros	101
Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BADESUL	101
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE	103
2. ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA	105
2.1 TRANSPORTES	107
Transporte rodoviário	108
Transporte aeroviário	111
Transporte hidroviário	112
Transporte ferroviário	115
2.2 ARMAZENAGEM	116
2.3 ENERGIA ELÉTRICA	118
Geração do sistema	118
Obras de transmissão e transformação	119
Redes de distribuição	120
2.4 TELECOMUNICAÇÕES	121
Serviços urbanos	122
Serviços interurbanos	123
2.5 RECURSOS MINERAIS	125
3. ÁREA SOCIAL	131
3.1 EDUCAÇÃO	131
3.2 SAÚDE	139
3.3 SANEAMENTO	143
3.4 PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	147
3.5 ASSISTÊNCIA	149

3.6	HABITAÇÃO	152
3.7	TRABALHO	153
3.8	PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR	155
4.	ÁREA ADMINISTRATIVA	157
4.1	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	159
	Planejamento do setor público	159
	Orçamento público	161
	Planejamento organizacional	161
	Assessoria Técnica do Conselho Especial de Planejamento e Expansão dos Distritos Industriais – CEPEDI	162
	Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos ..	163
	Fundação de Economia e Estatística – FEE	163
	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS	104
	Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul – CONPETRO	165
	Urbanismo	171
	Fundação Metropolitana de Planejamento – METROPLAN ..	173
	Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras – CEDRO	174
	Fundação Zoobotânica	175
4.2	JUSTIÇA E SEGURANÇA	175
	Secretaria da Justiça	175
	Procuradoria Geral da Justiça	177
	Consultoria Geral do Estado	177
	Secretaria da Segurança Pública	177
4.3	SERVIÇOS GERAIS DO ESTADO	179
	Secretaria da Administração	179
	Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas – CORAG	179
	Companhia Estadual de Processamento de Dados – PROCERGS	179
4.4	GESTÃO FINANCEIRA	180
	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	180
	Caixa Econômica Estadual	182

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 1979.

Senhor Presidente:

Por aproximar-se o final do meu mandato, é esta a derradeira oportunidade em que dirijo aos nobres integrantes dessa Egrégia Assembléia Legislativa a Mensagem anual sobre o andamento dos negócios públicos, estatuída no artigo 66, item XIV, da Constituição do Estado.

Ao encaminhá-la, desejo desde logo saudar os dignos representantes do Povo Rio-Grandense, registrando, por primeiro, a relevância do trabalho que realizam na busca incessante dos melhores caminhos para o desenvolvimento de nossa terra. Do descortino e do espírito público que estiveram presentes na sua ação legiferante e fiscalizadora, obteve o Rio Grande do Sul, em mais este quadriênio, a garantia do respaldo e da contribuição criadora a todos os atos que viessem a significar evolução para a nossa comunidade.

Efetivamente, desses quatro anos de convívio intenso, é mister de reconhecimento e dever assinalar o autêntico encontro que se produziu no relacionamento entre os Poderes Legislativo e Executivo, renovando-se, a cada sessão legislativa, a convergência de vontades em torno dos princípios e dos objetivos que imantam a vocação de servir aos interesses do Estado. E quero ressaltar que, do embate político natural à vivência democrática, não apenas a opinião pública, mas essencialmente a coisa pública, saíram enriquecidas; no mútuo respeito e permanente esforço por colimar as metas de real significação para o Povo gaúcho.

Creio bem, Senhor Presidente, que essa complementariedade harmônica havida entre Executivo e Legislativo, à qual acrescento, idêntico e recíproco comportamento quanto ao Judiciário, não apenas reflete o nosso reconhecidamente elevado estágio cultural, com o conseqüente grau de maturidade política que o caracteriza, mas, acima de tudo, representa exemplo para o futuro institucional do País, cujo aperfeiçoamento a Nação brasileira deseja alcançar.

Assim, durante estes quatro anos, minhas preocupações e minhas decisões vieram sempre encontrar, na Assembléia de meu Estado, elevada compreensão e apoio. Esta lembrança levá-la-ei, guardada nos meus sentimentos, pelos caminhos que me estiverem reservados daqui para o futuro. E será experiência para quantos, investidos no poder, devam cuidar dos interesses públicos neste nosso grande País.

Por todos os motivos, a ocasião é oportuna para que esta mensagem transcenda aos eventos do ano de 1978 – aqui também relacionados – e, à guisa de relatório, sintético embora, venha a propiciar aos senhores Deputados e, por natural extensão, ao povo rio-grandense, um panorama do que de mais representativo aconteceu durante o meu mandato como Governador do Estado. E é, sem dúvida, essa egrégia Assembléia Legislativa, o lugar próprio

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado CARLOS GIACOMAZZI
DD, Presidente da
Assembléia Legislativa do Estado
NESTA CAPITAL

ao qual dirigir este relato, não apenas mercê do ditame constitucional e protocolar, mas como plataforma aberta às aspirações, às queixas, às esperanças, às frustrações do irrealizado e, bem assim, às alegrias das conquistas alcançadas.

Aos senhores Deputados que, reeleitos em 15 de novembro passado, renovam a vigília política com que me acompanharam durante o quadriênio, os dados adiante apresentados servirão como balanço de situações vividas juntos, de soluções encontradas em conjunto, de expectativas ainda a serem enfrentadas. Aos novos integrantes do Povo Rio-Grandense, servirá o relato como um sincero quadro da situação social, econômica e administrativa, feito por quem houve de conduzir estratégias e ações governamentais sob influxos e condições dos mais diversificados, o que lhes há de ser útil na formação de juízos para as decisões a serem adotadas no exercício de seus mandatos populares.

Senhor Presidente e senhores Deputados,

Quando, antecedendo a minha posse, apresentei uma estratégia de Ação Governamental para o quadriênio 1975-1978, fi-lo com apoio em realidades cuidadosamente levantadas por organismos governamentais e privados. Referia-se ao comportamento da economia regional, à problemática social urbana e agrária, ao desempenho do complexo administrativo, às relações de dependência programática e econômico-financeira para com a órbita federal, aos reclamos e potencialidades de nossos 232 municípios, aos aspectos culturais e vocacionais de nosso povo, ao clima político e institucional.

Foi a partir desse universo que surgiram os direcionamentos maiores que se converteriam nos programas desdobrados durante o período, objetivando, todos eles, o fortalecimento de posições já conquistadas pelo trabalho do rio-grandense e, bem assim, à abertura de novas frentes de consolidação de nosso desenvolvimento. Mas foi de realidades outras, advindas em decorrência de fatores estranhos à vida rio-grandense, ou provenientes de políticas adotadas por esferas de influência vária, com direta ou indireta repercussão neste Estado, que se tornou necessário o acionamento de estratégias não vislumbradas nos esquemas iniciais de ação. A dinâmica do mundo moderno, onde a impermanência das coisas vai se fazendo regra, acelerando as decisões e as suas naturais decorrências, deixa boa parte dos planejamentos em aberto, porque abertos são hoje os sistemas que regem a vida da sociedade.

Na parte introdutória daquele documento (Estratégias de Ação Governamental, 1975-1978, em apenso), era assinalado:

“O desenvolvimento é um processo que importa em crescimento e mudanças estruturais. Tal processo visa, no econômico, a maior produção de bens e serviços; no educacional, à preservação e promoção da cultura; no social, à ampliação do bem-estar, na política, à proposição da sociedade organizada.

“Entendido em sua abrangência global, o desenvolvimento é um fenômeno que, via-de-regra, não ocorre espontaneamente. Na maioria dos países, as transformações estruturais tem início ou se aceleram graças a intervenções deliberadas e definidas no processo econômico, cabendo ao Estado, como responsável maior pela promoção do bem comum, papel de relevante importância.

“O Governo atuará sobre uma realidade conhecida, mas que está sendo alvo de profundas alterações ocasionadas pelo desencadeamento de um processo de desenvolvimento induzido.

“O Plano de Governo visa a acelerar essas mudanças e à reversão deliberada de certas tendências de estrangulamento. Baseia-se ele em uma série de programas espaciais e setoriais, compatibilizados segundo uma linha de atuação (...)

“Existem condicionantes. O gasto público, por exemplo, apresenta rigidez, determinada pelas despesas de custeio e pelos compromissos com projetos em andamento; o estabelecimento de um sistema de proposições, a nível estadual, é influenciado por outros fatores, limitantes ou não, decorrentes da divisão de funções entre os distintos níveis de governo, do Municipal ao Federal, com predominância deste.

“A definição das atividades prioritárias para a canalização de recursos públicos e privados, harmonizando a ação estadual à estratégia e às metas nacionais, (...) norteia a filosofia básica do governo que se inicia”.

Assim posicionado, voltava-me para as características econômicas da realidade rio-grandense, destacando inicialmente a fonte principal de seus estímulos ao crescimento, o setor primário, analisando a diversificação do aparelho produtivo e ressaltando o esgotamento de nossa fronteira agrícola. Quanto ao setor secundário, destacava os índices de crescimento da indústria dinâmica, apontando a clara aptidão rio-grandense para esse tipo de industrialização. Nos aspectos referentes ao emprego, não escondia minha inquietação com o fenômeno migratório campo-cidade, pela liberação intensiva de mão-de-obra do setor agrícola e pela atração exercida pelas cidades, fatores a promoverem o desequilíbrio da composição social do Estado. Nessa parte, ainda, analisava a sedimentação das camadas sociais existentes em função da falta de diversificação e integração social no meio industrial, de outro, apontando à ação do Estado medidas tendentes a aumentar a geração da riqueza no campo e a democratizar a fruição da sua renda, como forma a evitar que as cidades se vejam a braços com crescentes fatores de desequilíbrios.

A partir desse quadro, visualizado sobre a generalidade social e econômica de nosso Estado em princípios de 1975, o plano de governo passou a destacar as prioridades de ação em cada um dos setores objetivados.

Hoje, quando passados são quatro anos, e quando os efeitos da ação governamental – no amplo contexto de uma política de desenvolvimento regional – se fazem presentes com mais ou menos ênfase, nesse ou naquele setor, penso que o progresso segue como característica do Estado, em seu avanço para o futuro.

Entraves encontrei, com meus auxiliares, na missão de colimar várias das metas pré-traçadas. Mas, em maior número se fizeram presentes apoio e estímulos, advenientes do trabalho da Administração Direta e Indireta, da Iniciativa Privada, do Governo Federal, dos Municípios, e da ação parlamentar dos representantes do Povo rio-grandense no Congresso Nacional e em nossa Assembléia Legislativa. E, essencialmente, derivados do labor multifário do nosso homem dos campos e das cidades, criador maior do clima de desenvolvimento sólido desta terra.

Apreciando o desempenho da economia gaúcha no quadriênio, observa-se que o crescimento global do Estado vincula-se, em grande medida, ao comportamento da agropecuária, cujas atividades ocupam espacialmente a 82% do seu solo. Essa importância setorial se acentua a partir do direcionamento da produção primária para o mercado externo – quando o Rio Grande do Sul passa a participar em 13 a 15% no volume global das exportações brasileiras. Ademais, através da evolução das lavouras em moldes empresariais, o trabalho do campo se faz crescente mercado para os produtos industriais, em especial os dos segmentos dinâmicos, como o mecânico e o químico, impulsionando-os consideravelmente.

Esse papel relevante guiou em boa parte a ação do Governo para o setor primário, com vistas a minimizar os principais obstáculos que se antepõem à agropecuária, tais como o esgotamento de nossa fronteira agrícola, o uso tantas vezes inadequado do solo, o desmatamento, a rigidez da estrutura fundiária, a necessidade da inovação tecnológica, da pesquisa e, sem dúvida, os problemas de preços e colocação dos produtos nos mercados interno e externo, a parcial inadequação do crédito rural (dirigido mais ao produto do que à empresa), o desequilíbrio nos custos dos insumos.

Outrossim, a constatação de que a produção da lavoura crescia mais do que a da pecuária, incorporando terras, e de que o binômio trigo-soja promovia mudanças estruturais no setor agrícola, substituindo atividades tidas por menos rentáveis, aconselhava que se voltasse o Governo no sentido da viabilização de uma maior oferta de terras, diversificando a estrutura produtiva, com preservação do equilíbrio ecológico.

O esforço governamental em garantir a sustentação de um ritmo de crescimento da produção agrícola, dentro da conjuntura de desaquecimento da economia – e apesar da repetida incidência desfavorável de fatores climáticos que frustraram substanciais expectativas de colheita de grãos – é bem ilustrado em um sem número de ações voltadas para a integração lavoura-pecuária, para a intensificação da pesquisa básica e aplicada e da assistência técnica outorgada ao produtor, essenciais a uma maior produtividade. O amplo estudo das condições de clima e solo de cada um de nossos municípios nos haveria de levar ao Zoneamento Agrícola, trabalho pioneiro em todo o País, para a elevação dos níveis da sanidade animal e no melhoramento zootécnico, para o fomento do bovino precoce, para o incentivo à diversificação de produção em pequenas e médias propriedades, para a consolidação do associativismo rural, para a preservação do meio ambiente, para, enfim, assegurar o progresso com a promoção do homem do campo, na melhoria do seu padrão de vida, na justa recompensa por seu trabalho.

O setor industrial gaúcho, refletindo o brasileiro, é, antes de tudo, fornecedor de insumos. A predominância de estabelecimentos dos ramos ditos “tradicionais”, com uso pouco intensivo de capital e, em sua maioria, de pequeno ou médio portes, já é, porém, acompanhada de um dinamismo advindo, em grande parte, da implantação de indústrias motrizes associadas estritamente ao conceito de complexos industriais.

Constatam-se no setor mudanças estruturais que conferem crescente importância ao papel desempenhado pelos ramos “dinâmicos”, com maior potencialidade em termos de valor agregado e de elasticidade-renda da demanda.

Tal fenômeno, tendo em vista que o caráter indutor do sistema econômico apresentado por este segmento industrial é altamente positivo, determinou que se concentrassem ações governamentais – além das gestões para a concretização, no Estado, de grandes complexos industriais como os pólos Petroquímico e Carboquímico, metalurgia do cobre, a produção de amônia e uréia, ora em realização irreversível – na produção de insumos básicos, máquinas e ferramentas, em apoio à atividade primária, elevando o valor adicionado à matéria-prima local, enfatizado o aproveitamento de nossos recursos naturais não-renováveis.

Os programas voltados para a agroindústria, para a metal-mecânica, para a produção de insumos básicos e aproveitamento de nossos recursos minerais, ilustram essa política, que se estendeu, outrossim, para a correção de desequilíbrios espaciais existentes no setor, interiorizando a atividade industrial, oportunizando emprego às crescentes populações urbanas e obtendo economias de aglomeração com menores custos de infra-estrutura.

Conquanto o quadriênio 1975/1978 tenha se contido em plena fase de “desaquecimento” da economia nacional, com evidentes reflexos sobre o ritmo do crescimento industrial rio-grandense, alguns indicadores dão conta de que o setor secundário evoluiu favoravelmente no período: o consumo industrial de energia elétrica aumentou, nesse quadriênio, a uma média anual de 17,5%, figurando os gêneros “Produtos Alimentares”, “Metalurgia” e “Química” como os maiores consumidores (60% do global); a flutuação do emprego, em sua relação entre admissões e desligamentos, conquanto tenha apresentado baixa em alguns segmentos, como o de “Bebidas” (0,88 em 1975) o de “Fumos” (0,94 em 76) e o “Têxtil” (0,95 em 77), em seu global manteve bom ritmo, acentuado nos ramos de “Papel e Papelão” (1,52 em 75), “Construção e Reparo de Veículos” (1,44 em 76) e “Madeira e Material Elétrico” (1,19 em 77); a arrecadação do IPI acresceu em 159% no quadriênio; a produção do aço em lingotes para a construção civil aumentou em 15,8%.

Há de ser muito mais sensível o crescimento do setor nos próximos anos, considerada a especialização regional voltada para a metal-mecânica, para a eletro-eletrônica, aliada ao funcionamento dos pólos petroquímico, carboquímico e da metalurgia do cobre, que contribuirão decisivamente para a diversificação e consolidação da estrutura industrial do Estado.

No que tange ao setor terciário, teve o Governo a preocupação de juntar esforços em suas diversas áreas, buscando colimar proposições de sua “Estratégia de Ação” voltadas, em sua essência, para a abertura de canais de comercialização, ao incremento do turismo e à eficiência dirigida de seus serviços bancários, com crédito orientado à coadjuvação de metas prioritárias na área econômica.

Na área de comercialização externa de produtos, o incremento foi expressivo, mercê tanto da qualidade dos mesmos, de padrões de aceitação internacional, como de mecanismos atualizados de informação e de agressão a mercados, de transportes, de armazenagem, de estímulos à exportação, de promoção por via de contatos com compradores do exterior.

E no racional uso de recursos de sua área financeira, encontrou o Estado decidido suporte para a expansão de suas atividades. Ajustado o crédito

às estratégias governamentais, voltou-se ele para programas industriais e comerciais de forma coordenada e indutora de progresso.

Ao mencionar, em seqüência, programas e ações que polarizaram o Poder Executivo no quadriênio 1975/1978, desejo ressaltar, embora aqui com as limitações de uma visão sintética, a qualidade de um trabalho realizado por todo o território rio-grandense, em frentes de maior ou menor impacto social e econômico, mas todas igualmente relevantes e necessárias ao bem-estar do nosso Povo, pelos agentes da Administração Pública, fatores reais de todos os resultados benéficos do que foi proposto e realizado. A competência diuturnamente demonstrada na dedicação e na objetividade de suas ações criadoras, presto a minha homenagem como cidadão gaúcho, e desejo tornar presente, como chefe, o meu reconhecimento público.

AGRICULTURA

Integração Lavoura-Pecuária

Lançado em 1976, buscando incorporar à produção pecuária o dinamismo já atingido pela lavoura mecanizada, essencialmente pelo uso de insumos modernos que viessem a aumentar substancialmente a capacidade de alimentação dos rebanhos e, bem assim, expandir as áreas cultivadas em regiões ainda não utilizadas para o plantio, o Programa Integração Lavoura-Pecuária abarcou ações e investimentos sobre uma superfície de 110.000 hectares. Através de 64 projetos específicos, que demandaram custos superiores a 95 milhões de cruzeiros em suas três fases de execução, o programa vem atingindo suas metas principais, agilizando e modernizando a atividade dos campos, básica para o desenvolvimento do Estado que tem na agropecuária – seja pela renda que gera, seja pela interdependência setorial sustentada fundamentalmente em matérias-primas de origem agrícola ou pela posição ocupada na pauta de exportações pelos produtos oriundos do Setor Primário – a responsabilidade maior no seu crescimento econômico.

Atuando como instrumentos do Programa, os Centros de Integração e Troca de Experiências – CITES, hoje congregando 41 clubes com cerca de 516 empresários de 26 municípios, promovem de forma direta e objetiva o associativismo entre agropecuaristas, além da prestação oportuna de assistência técnica propiciada por integrantes dos quadros da EMATER e do Estado.

Consolidando o mercado de animais de 6 a 8 meses e contribuindo para o aumento do número de produtores especializados nessa criação que estimula o desmame antecipado, aumenta o índice de desfrute pela invernada de terneiros e promove a produção do novilho precoce. As Feiras de Terneiros foram responsáveis pela comercialização, no quadriênio, de mais de 40.000 cabeças. Com objetivos afins, o programa de Tipificação de Carcaças, lançado em 1977, propiciou a comercialização organizada de carne tipificada de novilhos precoces no mercado de Porto Alegre, processo ora em fase de consolidação.

Na área agrícola propriamente dita, o Programa estimulou o uso alternativo do solo, ampliando a oferta de terras e, conseqüentemente a produção. Recomendando a utilização das terras em função da capacidade potencial de seu uso, obteve, também, uma intensificação dos procedimentos de correção do solo para lavoura e pastagem. E incrementou a produtividade dos campos na promoção de tecnologias mais avançadas, mais intensivas em capital.

A Operação Milho e a Operação Feno defluíram do mesmo Programa. A primeira instituiu concurso de produtividade, com elevado estímulo também à produção do milho em lavouras extensivas, obtendo êxito pleno em suas metas (de 1.500 kg/ha subiu o rendimento para 2.400 kg/ha), vendo no mesmo ano de sua instituição lavouras tecnificadas de milho que se estendiam por 7.500 ha e que utilizaram insumos adequados, como sementes híbridas, fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas, resultando em altos índices de rendimento. A Operação Feno, por seu turno, objetivou o aproveitamento do excesso de forragem advindo das estações favoráveis como suplementação alimentar para os períodos de carência de pastos. Disso resultará, pela continuidade de alimento, um crescimento ininterrupto dos bovinos, diminuindo a idade de abate dos novilhos, uma reprodução regular das matrizes, uma lotação maior nas pastagens e, como efeito, maior produtividade e economicidade na exploração pecuária.

Assistência Técnica e Extensão Rural

As condições agroclimáticas do Rio Grande do Sul possibilitam o cultivo de toda uma gama de produtos tidos como de prioridade nacional. Entretanto, apesar do destacado lugar de nossa agricultura, não possui esta a magnitude desejável concorde com suas potencialidades, muito em razão de uma ainda carente assistência técnica que, bem estruturada, possa servir de instrumento propulsor de um efetivo progresso no setor.

Com mais de 500.000 propriedades agrícolas, somente cerca de 20% delas recebia eficaz assistência, a qual, ademais, concentrava-se em determinadas regiões e a algumas categorias de produtores, não atingindo a outras também necessitadas dela. E é exatamente em segmentos da produção com alto grau de capacitação – como as lavouras de arroz, de trigo e soja – que essa assistência se intensificava, restando à lavoura colonial, ao minifúndio, uma escassa atividade de apoio técnico. Tal situação se criou em decorrência das múltiplas instituições que atuam no setor e de modo semidispersivo, desdobrando programas nem sempre compatíveis com a política governamental e surtos, o mais das vezes, da demanda de produtores.

Destarte, a aglutinação das atividades de assistência técnica e extensão rural em um único órgão, estruturado para implementar todos os programas prioritários e que abarcassem o maior número de produtores e de produtos rurícolas, constituiu-se em diretriz buscada desde o início do meu governo e hoje já praticamente real.

A constituição, em 1977, da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, a EMATER, proporcionou a paulatina incorporação ou integração das instituições e organismos atuantes nessa área, e, numa 1ª etapa, aglutinou a ASCAR, a ACAPERGS, o Projeto SUDOESTE-I e parte das funções assistenciais da Secretaria da Agricultura, passando a abarcar – por via de concentração de esforços e de espaços – a assistência agora sem paralelismo ou divergências técnicas, a 167 municípios, através de 140 escritórios locais e de 900 servidores, orientando a 56.000 produtores de baixa renda e 66.000 produtores de rendas média e alta. Enfatizando a organização e participação, especialmente do produtor de baixa renda, no associativismo rural (clubes, sindicatos, cooperativas, conselhos, etc.), como centros irradiadores de tecnologia agropecuária e gerencial, orienta-os

para uma racionalização de sua produção, por via de métodos e técnicas adequadas e de uso intenso, difundidos em sucessivos programas que abarcam aulas, palestras, reuniões, unidades demonstrativas, assistência de campo e outras práticas que já vão melhorando a qualidade de vida da família rural, com o aumento de sua renda.

Essa ação, que se alarga ano a ano e busca atingir a metas predeterminadas para programas realistas e eficazes, envolve todo gênero de produção rural, grãos, frutos, legumes, sementes e mudas, bovinos, ovinos, suínos, caprinos, pescados, e visa, essencialmente, assistir ao rurícola, outorgando-lhe condições bastantes para que obtenha de seu trabalho as razões de um constante progredir e de ascender a padrões mais elevados de vida, de segurança e bem-estar.

Pesquisa Básica e Aplicada

O aumento populacional, o esgotamento da possibilidade de expansão da fronteira agropecuária no Estado, a inaplicabilidade de tecnologia importada, criaram a necessidade da conquista de avanços tecnológicos adequados às nossas peculiares condições de solo, clima, higiene, meio ambiente etc. e que abrange a criação de novos materiais genéticos, orientação para uma melhoria sanitária em geral, inclusive técnicas modernas no uso de adubos, corretivos, forrageiras, nas condições de armazenamento, no manejo dos rebanhos.

O Programa Integrado de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul, criado por convênio entre o Estado e a EMBRAPA, estabeleceu as bases de um Sistema Estadual de Pesquisas e leva apoio no sentido da integração de mecanismos já existentes e o seu entrosamento à pesquisa ainda realizada em áreas isoladas. Nesse sentido e por via de reuniões promovidas entre as entidades governamentais do Estado e União (S. Agricultura, FAPERGS, CNPq), Universidades e organismos privados, todos voltados à pesquisa, foi obtida uma desejável integração que possibilitou, ainda, a canalização de recursos para trabalhos do interesse do Estado no setor agropecuário.

De reuniões técnicas nas áreas de trigo, soja, milho, sorgo, arroz, olericultura, fruticultura, silvicultura, solos, enologia, forrageiras, bovinos de corte e de leite, pastagens, sanidade animal, resultaram orientação e publicações divulgadas através de revistas, jornais, boletins, anuários, num total de 76.000 exemplares, com penetração intensa nas áreas produtivas.

Ademais, os cultivares criados pelos órgãos do Estado e que fornecem sementes climatizadas e adaptadas às condições locais, fruto de cuidadosas pesquisas, têm sido, pela crescente procura de parte dos produtores, elemento que vai assegurando maiores safras, mesmo e apesar de condições adversas de clima. Atualmente, 75% do trigo e 33% da soja, plantados no Estado, advêm desses cultivares.

Dos quatro Institutos e das catorze Estações Experimentais do Governo estadual, voltados à sanidade animal, à zootecnia, à utilização racional e à preservação dos nossos recursos naturais renováveis, à melhoria de nossa produção vegetal, irradia-se avançada tecnologia agropecuária, visando

ao atendimento cada vez mais amplo das necessidades regionais, contribuindo decididamente para o acréscimo qualitativo e quantitativo da produção de nossos campos.

Sanidade Animal e Melhoramento Zootécnico

O aumento da produção e da produtividade da pecuária rio-grandense se alicerça, basicamente, em programas de defesa sanitária animal, através de combate a doenças infecto-contagiosas e parasitárias, do fomento e assistência aos produtores, de melhoramento zootécnico dos rebanhos, especialmente pela inseminação artificial, e, ainda, por atividades promocionais da pecuária, como exposições e feiras periódicas.

Na defesa sanitária animal ganham destaque, dentre as ações do Estado no quadriênio, programas como os de combate à febre aftosa, buscando a redução da enfermidade a níveis que não mais se constituam em problema ao desenvolvimento econômico da pecuária. Por via da vacinação em massa, quadrimestral, dos bovinos com mais de 4 meses, a campanha aplicou 128 milhões de doses em animais distribuídos por todo o território do Estado, realizando também controle rigoroso na movimentação de bovinos, só permitida mediante certificados das Inspetorias Veterinárias, que expediram 16 milhões deles, entre 1975 e 1978. Outrossim, o combate à brucelose, moléstia restritiva à produtividade dos rebanhos, atingiu a 130 municípios da região produtora de carnes, através da vacinação sistemática de cerca de 3 milhões de ternsiras de 3 a 8 meses.

O combate à raiva dos herbívoros, por meio da eliminação do seu vetor, o morcego hematófago, ganhou métodos mais eficientes, como o uso de anticoagulantes aplicados por equipes volantes que se deslocam consoante as necessidades de cada zona.

A peste suína "clássica", que ataca principalmente animais de pouca idade, em surtos periódicos, já não mais se tem constituído em entrave ao desenvolvimento da suinocultura rio-grandense, seja mercê da vacinação preventiva, seja através de isolamentos determinados pela inspeção sanitária do Estado. No que tange à peste suína "africana", com a qual se deparou nosso rebanho em 1978 – moléstia até então não diagnosticada no País – sua não-disseminação decorreu especialmente da instalação de 23 postos de controle de trânsito de suínos, ao longo de nossa fronteira com Santa Catarina e da eliminação de 5 focos detectados no interior e na capital, com o abate de 1.190 animais, indenizados seus respectivos proprietários.

Também as atividades de premunicação ao carrapato, obrigatória a todo animal proveniente de regiões onde inexiste a praga, vem contribuindo para a melhoria zootécnica do rebanho bovino, eis que a campanha recai essencialmente em reprodutores de elevada estirpe, que são adaptados previamente ao nosso meio. No período 75/78, cerca de 1.700 reprodutores foram premunidos.

O desenvolvimento animal propriamente dito liga-se estritamente aos programas de fomento e assistência aos produtores, ao melhoramento dos rebanhos pela inseminação artificial e à promoção da pecuária. Nesse sentido, as 44 feiras de ternsiros realizadas têm contribuído decisivamente para acelera

a terminação dos novilhos, antecipando-a para 30 meses e proporcionando assim, um ritmo crescente e compensador na produção de carnes. E a progressiva introdução de avanços tecnológicos no meio criatório, abarcando a sanidade, a alimentação e o melhoramento animal, vem impedindo a procriação de raças inadequadas ou de animais inferiores. Feita com a participação efetiva de pessoal técnico do Estado e de associações por ele credenciadas, vai estimulando uma seleção zootécnica de alta qualidade e digna das raças nobres aqui criadas e desenvolvidas em padrões aceitos internacionalmente e evidenciados constantemente nas 50 feiras anuais oficializadas, as quais facilitam aos produtores em geral aquisições de reprodutores necessários à melhoria de seus rebanhos.

O incremento à inseminação artificial tem sido assegurado através de plantel permanente de reprodutores melhorados, das principais raças criadas no Estado, e que vem possibilitando a industrialização de sêmen (580.000 doses no quadriênio) e estudos e pesquisas em fisiopatologia da reprodução, além de segura orientação junto a criadores e entidades rurais e da promoção de cursos de treinamento garantidores do êxito do processo no campo.

Na vasta área da pecuária leiteira, nenhum esforço governamental foi poupado no sentido de sua melhoria zootécnica e de produção de leite. O programa lançado em 1977 de controle da tuberculose e brucelose, através da substituição de animais doentes por novilhas holandesas importadas, e o da introdução de práticas corretas de alimentação e de manejo dos rebanhos leiteiros, conferiu elevados padrões à atividade. Mais de 18.000 testes de brucelose e 25.000 de tuberculose foram realizados em 1968 programas, enquanto novilhas holandesas prenhes são repassadas aos criadores, com amplos financiamentos bancários.

Meio Ambiente Rural

O Rio Grande do Sul, que já contou com florestas nativas em 40% de seu território, hoje as tem apenas sobre 1,8% dele. A situação é de demanda, onde toda a produção de matéria-prima florestal é consumida, não havendo possibilidade de superprodução. Impõem-se assim, programas de florestamento que, a médio e longo prazos, devolvam ao Estado ao menos uma parcela significativa de suas árvores.

Assim sendo, a ação governamental estendeu-se, nesse setor, desde instruções para a instalação de viveiros de mudas de essências florestais, do registro e estímulo à multiplicação deles, bem como de bosques e pomares em fazendas e sítios, até a delimitação de Distritos Florestais, com a indicação das espécies adequadas à cada região fisiográfica do Estado. E desencadeou vários programas de fomento, como bem exemplificam a "Operação Pinhão", que distribuiu cerca de 10.000 kg de sementes em toda a zona de ocorrência da nossa *Araucária Angustifolia*, e a operação de "Arborização de Rodovias", com a aplicação de 25.000 mudas de espécies nativas e ornamentais. Outrossim, em convênio com o IBDF, implanta 405 projetos de reflorestamento em áreas desmatadas do Estado, eis que o corte das florestas está sendo mais rápido do que a reposição, quando o consumo médio de madeira, no Rio Grande do Sul, está estimado em 6.300.000 m³ por ano, o que corresponde ao corte anual de 37.000 ha de matas, enquanto o reflorestamento fica ainda em torno de 17.000 ha/ano.

Na conservação do solo destaca-se a permanente atividade promocional do Governo quanto ao uso racional da terra, a qual se apóia em sistema integrado de agências conservacionistas que contam com técnicos especializados que prestam assistência direta e indireta ao produtor, orientando-o sobre a melhor utilização dos recursos naturais renováveis, solo, água, fauna e flora. Com a locação de terraços, de canais escoadouros, de estradas internas e a conscientização do homem do campo para os problemas causados pela erosão, mais 20.000 agricultores foram atendidos, numa assistência que abarcou a 530.000 hectares, onde, inclusive, foram melhoradas pastagens e indicados corretivos e fertilizantes adequados, distribuídas 900.000 mudas florestais.

A captação de águas subterrâneas potáveis, destinadas ao uso doméstico e à demanda da agropecuária, se torna cada vez mais relevante, especialmente em função das estiagens e do uso não técnico de defensivos. Por isso, a atividade do Estado se estendeu à perfuração de poços, abrindo cerca de 800 deles (57.000 m de perfurações). E foi expressiva, também, na construção de 530 açudes e na movimentação de 320.000.000m³ de terra em obras de drenagem e irrigação, recuperadoras de áreas alagadiças e apoiando a extensão e economicidade de culturas nobres.

Zoneamento Agrícola

Condicionado ao esgotamento da fronteira agrícola e à necessidade de aumentar produção e produtividade, de proteger a fertilidade natural do solo e de proporcionar maior lucratividade ao empresário rural, o Governo considerou imperativo partir para a elaboração de um guia destinado a orientar técnicos e produtores no planejamento para o melhor uso da terra. Desse desiderato surgiu o que se denominou "Zoneamento Agrícola", sem dúvida um dos mais profundos estudos sobre a agricultura em 250 anos dessa atividade no Rio Grande do Sul, o qual, calcado em pesquisas agroclimáticas, nas exigências de cada cultivo e nas disponibilidades de solo existentes, levou ao estabelecimento de uma lista de culturas para os 232 municípios gaúchos, relacionando os produtos indicados a cada um deles pelas condições de clima e solo.

A partir desse estudo, aqueles que se dedicam a orientar a produção rural encontrarão toda a superfície territorial rio-grandense planejada para uma ação que supere o empirismo e a improvisação, fundamentada em sólidas bases técnicas.

INDUSTRIALIZAÇÃO

Polarização Regional

Numa unidade federativa possuidora de tantos pólos regionais, surgidos com a mesma naturalidade com que se formaram, segundo vocações autênticas e mercê de trabalho árduo e criativo, as comunidades rio-grandenses, a interiorização do desenvolvimento, sempre foi uma realidade. A distribuição espacial da produção, promovida com a espontaneidade de quem dialoga com a terra e nela crê como lugar para materializar ideais, tem sido, ao longo do tempo, uma constante na ocupação do território do Extremo-Sul brasileiro, por onde se distribuem quase oito milhões de habitantes.

Entretanto, acompanhando irresistível tendência mundial à urbanização, nosso Estado já tinha, em 1970, 53,3% de sua gente a viver nas suas cidades, – percentagem que deverá chegar a 60% em 1980. Tal concentração populacional nas cidades – especialmente na Região Metropolitana de Porto Alegre – terá de encontrar resposta em motivações na estrutura produtiva. E se faz clara a tendência de, na próxima década, os Setores Secundário e Terciário desempenharem decisivo papel na absorção da mão-de-obra excedente do Setor Primário, quando a indústria representará mais de 22% dos empregos (contra 13% de 1970), baixando a participação da área agrícola para 43% (contra os 55% de 1970, cabendo ao setor de Serviços absorver o restante).

Dado o natural poder modelador dos investimentos industriais, e o dever do Estado de evitar desequilíbrios regionais e superconcentrações que levam à uma conturbação não ordenada, ao surgimento de populações marginais, a quedas na qualidade da vida urbana e a tantos outros problemas correlatos, buscou o Governo caminhos que, impulsionando o crescimento industrial em seus ramos tradicional e dinâmico, propiciassem ordenamento à expansão de áreas com vocação natural de industrialização e, outrossim, proporcionasse a realização de pólos alternativos à região da Grande Porto Alegre.

Os projetos voltados para o surgimento de Distritos Industriais são a melhor medida do que pode ser feito pelo Governo, neste quadriênio, dentro dessa preocupação descentralizadora e ordenadora do crescimento industrial. E mais além da realidade que já representam, constituem os Distritos diretriz segura para uma racional distribuição espacial da atividade do Setor Secundário de nossa economia, como nucleadores de desenvolvimento regional que são.

O Distrito Industrial do Rio Grande integra-se no grande complexo portuário-industrial que, quando totalmente instalado, em seus 13.000 hectares, contará com 3.545 ha para ocupação por indústrias leves e pesadas, destacando-se as de fertilizantes, cimento, soda, cloro, siderurgia, metalurgia e produtos alimentares. Com sua 1ª fase em execução, ganha o seu sistema viário (hoje com 24.600 m de vias abertas), o sistema de adução de água (com 4.000 m de canais prontos), as redes e subestação de energia elétrica, possuindo também Centro Administrativo que propicia melhores contatos com o empresariado e facilita a ocupação, agora possível, de cerca de 200 hectares, onde já funcionam 4 empresas e mais 2 se instalam.

O Distrito Industrial de Santa Maria, com sua primeira etapa de 50 hectares de um total planejado de 250, já vê implantada a sua infra-estrutura, terraplenados 2.000 m de vias, abrigando no momento 3 empresas.

O Distrito Industrial de Gravataí, com seus 306 hectares e programado para receber indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material de transporte, já abriga a 8 estabelecimentos do gênero, devendo, logo, contar com mais 4, provendo a cerca de 4.600 empregos diretos. O de Cachoeirinha, em sua primeira etapa de 162 hectares, destinado à empresas de pequeno e médio porte do ramo mecânico-metalúrgico, já possui 36 delas enquadradas para ocupação, das quais 9 em funcionamento, 4 em implantação e 23 em projeto. Só nessa fase inicial são estimados 6.100 novos empregos diretos. Nesse Distrito, em sua 2ª etapa, instalar-se-á também o Centro de Pesquisas da CIENTEC.

Estudos são realizados no sentido de viabilizarem novos distritos industriais de porte médio fora da Região Metropolitana, como o de Carazinho, o de Santa Rosa e o de Bagé, e que dão continuidade aos esforços de ampliação dos espaços físicos da política de interiorização do desenvolvimento.

Recursos Naturais Não-Renováveis

Consideradas as reservas carboníferas do solo gaúcho – da ordem de 12 bilhões de toneladas, cerca de 85% das reservas nacionais – e à vista da crise mundial de hidrocarbonetos de origem petrolífera, a carboquímica foi um caminho lógico entrevisto pelo Governo para o desenvolvimento do parque fabril rio-grandense. A concretização de um Complexo Carboquímico aliviará a pressão da demanda de combustíveis de petróleo, além de subsidiar nossa petroquímica com a possível utilização do carvão em atividades químicas e metalúrgicas, mercê do domínio de tecnologias mais avançadas no setor e diversificadoras do seu uso atual.

Para estudar tal problemática e ver o Estado com novas alternativas de aproveitamento racional e amplo de suas reservas carboníferas, o Governo vem pesquisando em sua área tecnológica sobre as características físicas, químicas e petrográficas do carvão gaúcho, assim como sobre o seu comportamento em diversas formas de utilização, como combustão, carbonização, gaseificação e liquefação, havendo implantado um centro de informações sobre esse minério, que capta, a nível internacional, informes tecnológicos distribuídos a diversos organismos brasileiros interessados no tema.

Registre-se, ainda, que o Ministério de Minas e Energia, por seus setores, competentes, procura avaliar o volume das reservas de carvão siderúrgico, recentemente descoberto no município de Gravataí, de excelente qualidade, de cuja existência não se tinha conhecimento até pouco tempo atrás. Trata-se de uma notícia realmente alvissareira, considerando especialmente a circunstância de que a siderurgia nacional depende ainda, para a sua produção, da importação de mais de 70% de carvão coqueificável junto a fornecedores internacionais.

Constituiu-se ademais, Grupo de Trabalho com especial atenção ao gás de carvão, o qual, na utilização de gaseificador piloto de carvão mineral, vem proporcionando variados ensaios e experimentos de maior validade para nossas metas futuras.

Também as nossas reservas de cobre puderam ser melhor avaliadas mediante pesquisa conjunta realizada entre a Companhia Riograndense de Mineração (CRM), a Companhia Brasileira do Cobre (CBC) e a Vale do Rio Doce, por sua subsidiária, a DOCEGEO. Da pesquisa e trabalho conjunto foram obtidos os resultados que, inclusive, informaram a ocorrência de cobre do tipo sedimentar, descoberta esta que haveria de pesar muito na definição, pelo Governo Federal, de uma planta industrial de metalurgia do cobre para o Rio Grande do Sul.

Insumos Básicos

Ainda nessa área de racional utilização de nossos recursos naturais não-renováveis, a redução e o refino do cobre rio-grandense foi uma das

preocupações que levaram à constituição, em 1978, de um grupo de trabalho específico e capacitado a ordenar iniciativas com aquele objetivo. Suas atividades operacionais visam não só coordenar as diversas entidades responsáveis pelas funções de infra-estrutura necessárias à concretização desse complexo industrial em Rio Grande, como a obter que o empreendimento, de excepcional vulto econômico para o Estado, atue ao longo do tempo, segundo padrões de proteção ambiental pré-fixados. Estudos vêm sendo regularmente realizados no sentido que se objetiva a formação de todo um complexo integrado de transformação industrial polarizado pela usina, para o que levantam-se oportunidades de investimento em unidades industriais de 2ª geração e componentes, concentrando-se esta fase inicial em levantamentos do mercado brasileiro de cobre, identificando-se a produção e o consumo, com especial atenção às indústrias gaúchas voltadas ao setor e que deverão se expandir e diversificar suas linhas de produção.

Inserida na política de descentralização industrial adotada com realismo e oportunidade pelo Governo Federal, a implantação, em nosso Estado, do III Pólo Petroquímico do País – após uma série de gestões que empolgaram o Executivo, o Legislativo, classes produtoras, imprensa e opinião pública do Rio Grande do Sul, as quais bem demonstraram o valor da coesão existente em nossa terra em questões de desenvolvimento – representa, sem dúvida, um dos mais significativos marcos dentro do programa de industrialização visualizado na “Estratégia da Ação Governamental” e que já se constituiu em fator de propulsão de nossa economia, regionalizando o seu efeito multiplicador. A utilização de suas matérias-primas para alimentar as indústrias de transformação (ou de-ponta) do Estado, oportunizará a ampliação da capacidade do nosso setor secundário em gerar empregos, em arrecadar tributos, em agregar insumos.

Acentuo, apenas, que o cronograma de implantação desse complexo industrial de base está em dia, desenvolvendo-se as atividades de todos os subprogramas – Infra-estrutura física, Recursos Humanos, Infra-estrutura social, Proteção Ambiental, Construção Civil, Máquinas e Equipamentos, Indústrias de Transformação (Inovação Tecnológica e Atração de Novos Investimentos), Apoio Financeiro – em condições que asseguram o cabal cumprimento de seus objetivos.

A viabilidade e oportunidade da implantação, no Estado, de uma unidade de fabrico da amônia e uréia, com vistas à auto-suficiência de fertilizantes e insumos básicos, encontrou amparo nos Planos do Governo Federal. E, a partir da constituição de uma empresa para-estatal, em 1973, esse projeto se revestiu de prioridade, pois que atende também à descentralização industrial desejada pela União. Apesar das alterações porque passou o seu projeto industrial, mercê de conjunturas econômicas e tecnológicas, e que retardaram a sua implantação definitiva, agora já aprovado aquele, o empreendimento se faz realidade e deverá entrar em operação em 1983, com uma capacidade nominal de produção de 600 ton./dia de amônia, atendendo, dessarte, a demanda projetada da Região Sul, que será de 380.000 ton./ano de amônia e de 220.000 ton./ano de uréia, em 1982. Definido o seu capital, com a co-participação da PETROBRÁS-Fertilizantes S/A e da FIBASE, além do Estado, consoante acordo firmado em agosto de 1978, há plena mobilização de ações ligadas à planta e formas de execução do projeto, assegurando concretização de mais esse empreendimento básico para a economia do Rio

Grande do Sul. O projeto representa o primeiro passo efetivo com vistas ao complexo carboquímico que projetamos para o futuro.

Metal-Mecânica

Partindo da realização de pesquisa junto às indústrias do setor metal-mecânico com mais de 20 empregados e elaborado o catálogo com informes básicos sobre essas empresas, toda uma série de atividades voltadas para o conhecimento e a ativação dessa área dinâmica foram desdobradas pelo Governo do Estado, nesse quadriênio. Objetivando apoio e direcionamento mais racional do ramo, por via de diagnósticos e análises, divulgados e acompanhados de informações essenciais sobre os produtos, qualidades, novas oportunidades e proposições para uma desverticalização do setor a curto prazo, o Governo propiciou uma visualização do mesmo, pelos empresários e investidores, que alicerçou essa atividade, de forma definitiva, no contexto econômico do Estado. Hoje, consciente de novos rumos, de formas de superar deficiências e ociosidades e de obter apoio tecnológico e financeiro, o ramo figura, dentre os do segmento dinâmico do setor secundário, com o maior destaque, permitindo uma crescente substituição de importações de bens de capital e um aumento expressivo de emprego urbano.

Agroindústria

Desde 1975 que o Governo, consciente de seu papel indutor na ativação de uma crescente agroindústria em nosso Estado, que, por sua produção e por sua qualificação industrial, conta com natural viabilidade técnica e econômica, preocupou-se em criar condições favoráveis, nos setores público e privado, para o desenvolvimento de tecnologia industrial voltada para alimentos e bebidas. Em contatos com o Ministério da Indústria e Comércio e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o Governo do Estado participou ativamente dos estudos, feitos em profundidade, que objetivaram a criação do Centro de Pesquisa da Agroindústria – CEPAI – organismo que, contando inclusive com a co-participação da indústria de entes municipais, e entre outras atribuições de apoio, pesquisa novas fontes produtoras de matérias-primas, planeja e organiza empreendimentos agroindustriais e promoverá técnicas de comercialização desses produtos, estudando e sugerindo padrões de qualidade, máquinas e equipamentos adequados, criando protótipos, formando e aperfeiçoando pessoal para a atividade gerencial e técnica, além de sistematizar e divulgar conhecimentos tecnológicos de modernização do setor.

A partir do diagnóstico da região de Pelotas, na Zona Sul do Estado, com o levantamento da sua produção olerícola e frutícola, animal e pescado, bem como de outros produtos, e detectados os problemas relativos ao setor secundário, a participação de seus vários institutos de pesquisa, os mecanismos de comercialização, a infra-estrutura física disponível na área, e sopesados a estrutura fundiária, a dos ramos industriais e sua distribuição espacial, as relações com o comércio exterior, – a idéia do CEPAI, que se fazia realidade, ampliou-se para os três Estados da Região Sul, ganhando dimensões nacionais e passando a contar com potencialidades em recursos e apoio técnico de órgãos federais de financiamento, de pesquisa, bem como o de universidades e de lideranças nacionais da agroindústria. Se essa nova dimensão, por sua complexidade, acarretou atrasos no cronograma de implantação do órgão, trouxe a viabilização de um Plano Diretor à altura da importância da

agroindústria para o País, e, essencialmente, para a Região Sul, instalando-se o Centro, em meados de 1978, em Pelotas. Esse organismo, ao qual associar-se-ão empresas agrícolas, industriais, comerciais e de serviço ligadas à agroindústria de alimentos e bebidas, passa a ser poderoso instrumento de dinamização do produtor rio-grandense, aliando-se a outros já ativados e apoiados por diversos programas governamentais incidentes sobre a área.

A tradição do Estado como grande fornecedor de matérias-primas de origem animal e vegetal tem induzido marcante atividade na área tecnológica estatal, em variados programas de pesquisa e desenvolvimento em agroindústria, visando a melhoria nos procedimentos industriais, com conseqüências qualitativas e de economicidade da produção. Projetos voltados para a tecnologia de conservas vegetais, de derivados da soja, de amido pré-gelatinizado de milho, sorgo, mandioca, de resfriamento de frutas e hortaliças, de congelamento e descongelamento de carnes, assim como estudos para a determinação analítica e sistemática dos resíduos de defensivos nas culturas de grãos e frutas, dão bom exemplo dessa atividade. E a 1ª Jornada Técnica da Indústria da Alimentação abordou, a nível empresarial e governamental, problemas vitais relativos à cultura, fabrico, embalagem, armazenagem e comercialização de produtos vegetais e animais em nosso Estado, reafirmando a importância econômico-social da agroindústria para o nosso desenvolvimento.

Destaque, outrossim, há que ser dado à ação de classificação dos produtos de origem vegetal do Estado, matérias-primas, subprodutos e resíduos econômicos, destinados aos mercados internos e externos, realizada em todo o território estadual, facilitando trâmites de financiamento e comercialização dos mesmos, assim como prioridades para produtos que possam assumir maior relevância nos mercados.

Não tem outro sentido se não o da promoção agropecuária, a atividade desenvolvida por órgãos descentralizados do Estado em setores como da cana-de-açúcar, da uva, da cebola, do leite, do arroz – ação que tem assegurado crescente desenvolvimento industrial e comercial na produção de artigos que representam importante papel em nossa pauta econômica e social.

A presença da ação governamental em São José do Norte tem representado, de forma nítida, crescente proteção à conservação e industrialização da cebola nesse município, promovendo ali, ademais, uma diversificação de culturas, através de espécies adequadas à região e essencial ao seu desenvolvimento, inclusive com estímulos ao surgimento racional de uma indústria de desidratados.

Com idênticos objetivos, a atividade desdobrada na região canavieira do litoral-norte elevou a cana e o açúcar à condição de produtos importantes para o Estado. Racionalizando o plantio, introduzindo novas variedades de cana, prestando assistência técnica e social ao produtor, industrializando o seu produto, beneficiou o cultivo com notável acréscimo de produtividade e de qualidade, promovendo visível progresso numa comunidade há pouco carente de recursos e estímulos e que exige já maior capacidade industrial instalada na área e que assegure destino à crescente produção verificada ano a ano.

Essa mesma motivação indutora de desenvolvimento setorial levou o Governo à ativação de organismo que, atuando na região vitivinícola,

colaborasse com os produtores de uva e de vinho, sucos e concentrados. Utilizando excedentes de uvas transforma-os em concentrados para uso na correção de vinhos, ou coloca-os junto à indústria, fortalecendo as empresas e resolvendo problemas dos agricultores.

A presença do Governo suplementando a iniciativa privada na produção de leite e de seus derivados, tradicional entre nós, tem servido não só como reguladora do mercado, absorvendo excedentes ou assegurando abastecimento em períodos de entressafra, como, também, de incentivo à maior produtividade e, conseqüentemente, à conquista da auto-suficiência no abastecimento à uma população que detém o maior índice de consumo de leite no País. Disseminando modernas técnicas de manejo do gado leiteiro, de apuração de matrizes, penetra na área da industrialização e comercialização, propiciando defesa e fomento desses produtos essenciais.

E no que tange ao arroz, o Estado, conquanto chamado nos últimos anos a suprir o mercado nacional, apesar de produzir grãos de qualidade aceita internacionalmente, tem na ação governamental encontrado respaldo para novas técnicas que elevam a produtividade das culturas, e, também, para que sua comercialização seja feita a preços justos e acordes com o custo das lavouras, a fim de que se assegure continuidade e crescimento à essa atividade de interesse nacional.

COMERCIALIZAÇÃO

A variada produção agrícola e industrial do Estado, portadora de qualidades de nível internacional, confere-lhe condições naturais de exportação, já contando com canais bastante adequados de comercialização no exterior para alguns produtos. Todavia, a importância e a delicadeza desse mercado, que é, de certo modo, vital para a expansão de nossa economia, requerem atenção permanente, a fim de que surjam, em fluxo constante, condições internas e externas que confirmem, maiores quantidades e melhor capacitação aos industriais e exportadores do Rio Grande do Sul.

Dessa necessidade defluíram ações que visaram, no quadriênio 75/78, alimentar de informações, aos níveis de produção e de comercialização aos órgãos governamentais e ao empresariado, no sentido de amparar toda produção exportável, induzindo-a à conquista de novos mercados externos. A confecção de perfis de países e blocos econômicos, mercê de pesquisas sobre a agricultura, pecuária, indústria, balança comercial, novas oportunidades, assim como a análise de acordos internacionais, a identificação de restrições tarifárias ou não, costumes, padrões de qualidade – elementos essenciais à abordagem, conquista e manutenção de mercados externos – foi tema constante neste período, destacando-se os perfis dos países da ALALC, da Comunidade Econômica Européia, do Canadá, Japão, Arábia, Kuwait e Espanha. As análises de balanças comerciais abarcaram países da América Central da Suíça, Noruega, Suécia, Áustria e Portugal, países do COMECOM, 32 países africanos e 17 asiáticos, e mais Austrália, Nova Zelândia, Nova Guiné e Samoa Ocidental, na Oceania.

Através de contatos com o Ministério do Exterior, com missões estrangeiras, com adidos comerciais, foi possível a identificação e o cadastramento de um sem número de oportunidades comerciais no exterior, repassadas

a empresas nossas com capacidade exportadora, por via de mais de 1.200 ofícios informativos expedidos. No assessoramento a essas empresas, trabalhos como o de perfis de produtos exportáveis, condições de acesso aos mercados, estudos de pólos de comercialização, de formas de pagamento, de incentivos fiscais, de tendências de mercados atingíveis, etc., abriram novos direcionamentos aos nossos produtores, com vistas a que, a curto, médio ou longo prazos bens produzidos no Rio Grande do Sul sejam consumidos e apreciados em muito mais países.

TURISMO

Caracterizada como uma atividade terciária, o turismo tem impacto econômico de difícil avaliação, pois seus componentes cortam horizontalmente diversos subsetores de Serviços, além de contribuírem para o acréscimo da demanda por produtos primários e manufaturados, assim como é fonte de emprego, particularmente de mão-de-obra semi-especializada. Nosso Estado tem atrativos naturais e culturais bastantes, a par de sua situação geográfica privilegiada, para prover adequadamente a realização de um turismo de classe média, atraindo essencialmente brasileiros de outros Estados e irmãos do Prata, através de promoções que se estendam por todo o ano. Suas quatro estações bem diferenciadas – com as atividades típicas relacionadas com o clima, com as safras e suas festas, com as temporadas artístico-culturais de suas cidades, caracterizadas por predominâncias étnica nessa ou naquela região fisiográfica, a sua história, marcada por lances heróicos com seu folclore de tantos matizes, a própria índole hospitaleira de seu povo – tudo denota capacitação plena para o desdobramento ordenado e sério do turismo.

Conquanto o quadriênio tenha se marcado por alguns fortes desestímulos à atividade turística e ao lazer em geral – preço dos combustíveis, fechamento de postos de gasolina, custo das passagens, altos índices inflacionários, além da dificuldade encontrada pelo Estado para financiar projetos novos – a opção pela realização de aplicações que consolidassem áreas já vocacionadas e pelo desenvolvimento de um trabalho à base de programações promocionais e de divulgação, firmou nacionalmente a imagem turística do Rio Grande do Sul. Considerados os índices de ocupação da hotelaria em geral no Estado, vê-se saldo expressivo no setor, corroborado pelas aplicações privadas em novas unidades hoteleiras, quando só o BADESUL e o BRDE receberam 94 consultas e aplicaram nos dois últimos exercícios, nessa área, mais de cem milhões de cruzeiros. Ademais, confirma-se essa nova posição do Estado no campo do turismo, pela entrada aqui de turistas estrangeiros, com um incremento no quadriênio de 100%, enquanto no mesmo período esse incremento foi de 24,6% no país.

Esse trabalho tem como diretriz o Plano Estadual de Turismo, o qual, zoneando o Estado, identificou os seus pólos turísticos, gerando expectativas empresariais e multiplicadoras da atividade econômica da zona, segundo programas específicos e dentro de prioridades de alocação paulatina dos recursos disponíveis, evitando-se sua pulverização. Para essa ação, a informática turística adquire importância basilar, eis que através dela são gerados dados e informes ordenativos e promocionais que cimentam programações realísticas e garantem o seu êxito. Nesse sentido, o Manual destinado aos treze Centros de

Informação Turística, com dados sobre o Estado e com os oito Roteiros Turísticos Oficiais; o Cadastro de Hotéis, que já abarca 815 unidades distribuídas por todo o Rio Grande do Sul; o Inventário Turístico, que levanta toda a infra-estrutura física, cultural e de serviços à disposição de quem nos visita; a pesquisa "Perfil do Turista", que estuda o comportamento, as características, os gastos dos turistas que demandam ao Estado; as estatísticas de visitas aos parques, o controle dos usuários dos "campings" do Estado (que já atingem a cerca de 20.000); o apoio dado à EMBRATUR para a divulgação, por esta, de roteiros turístico-culturais distribuídos pelo território nacional, — tudo denota a organicidade com que o tema foi tratado pelo Governo e cujos frutos já são sentidos, sublinhados nesta fase de veraneio com a vinda em massa de turistas argentinos e uruguaios, demandando nossos "campings" e hotéis de mar e serra.

Para um Estado que hoje é o segundo em entrada de turistas no país (163.000 entraram entre janeiro e outubro de 1978, cf. EMBRATUR e Polícia Federal), faz-se dever governamental zelar por empreendimentos de super-estrutura turística que desempenham funções de atendimento e orientação de turistas, de manutenção de estruturas de alojamento e de lazer, como campings, parques, estações hidrominerais, belvederes, de promoção turístico-cultural como o espetáculo de Luz e Som nas Ruínas de São Miguel, inédito no gênero em todo o País, o Projeto Cultur, a Escola de Hotelaria, o Projeto Comunicação.

Assim, só os Centros de Informação Turística do Estado atenderam, no quadriênio, a 276.000 pessoas; pelo Parque do Caracol passaram 813.000 e pelos campings e terminais turísticos do Governo, mais de 180.000 usuários, enquanto 30.000 assistiram, só em 1978, ano de sua implantação, aos espetáculos de Som e Luz na Ruínas de São Miguel das Missões. Além do mais, o Projeto Cultur, realizado em conjunto com a área cultural do Governo, desde 1976 divulgou e promoveu em importantes centros do Estado (Pelotas, Santa Maria, Bagé, Caxias do Sul, Santo Ângelo, Passo Fundo e Porto Alegre), teatro, folclore, artes plásticas, música e literatura, motivando essencialmente a juventude e sua capacidade de criação nessas relevantes áreas culturais.

Outrossim, a Escola de Hotelaria, implantada na Universidade de Caxias do Sul, começa a formar quadros dirigentes para nossas empresas hoteleiras, enquanto o Instituto de Estudos do Turismo passa a oferecer aos profissionais dessa área, aos professores, aos dirigentes públicos, através da investigação científica, de estudos técnicos, de dados e pesquisas, condições de apoio e especialização imprescindíveis ao desenvolvimento dessa atividade.

EDUCAÇÃO

Ao eleger a educação como meta prioritária, teve o Governo como pressuposto que ela influi beneficentemente não só sobre o indivíduo, criando-lhe condições para a auto-realização, mas também que ela causa impacto sobre fenômenos tais como a estrutura ocupacional, a migração da força de trabalho de uma região para outra, a distribuição da renda pessoal, e, o que é mais geral, as perspectivas de crescimento econômico.

Neste sentido, tem o Governo do Estado destinado boa parcela de seus recursos para o desenvolvimento de programas educacionais no Estado que atendem a diferentes níveis de ensino e a outras atividades educacionais, como a cultura e o desporto, por exemplo.

Com a obrigatoriedade de escolarização na faixa etária dos 7 aos 14 anos, atendeu o sistema educacional do Estado a uma demanda de 1.402.390 matrículas iniciais, em 1978, o que corresponde à abrangência de, aproximadamente, 85% da faixa etária correspondente ao ensino de 1º Grau.

Não obstante os esforços ainda consideráveis que devem ser feitos para elevar a matrícula do ensino de 2º Grau ao padrão dos países desenvolvidos, em que atinge aproximadamente a 50% da população na faixa etária correspondente, mostra-se significativo o incremento desta no Estado, no período de 1975 a 1978, cujo crescimento global, com relação a 1974, se fez na ordem de 71%. Em 1978, a participação do setor público estadual representou 55% do total de matrículas. Enquanto na rede pública estadual houve um crescimento gradativo das matrículas no período, decresceram estas na rede particular, o que significa que o setor público estadual está a assumir maiores encargos neste nível de ensino.

Encarado o ensino de 2º Grau também como elemento de profissionalização, quando procura desenvolver em intensidade crescente, até a especialização técnica, a qualificação para o trabalho, verifica-se, entretanto, acentuada preferência das matrículas nas terminalidades profissionais do setor terciário, em detrimento dos setores primário e secundário.

Quanto à valorização do professor, foram efetivadas promoções dos integrantes do Quadro de Carreira do Magistério, beneficiando a mais de 10.000 professores dos 28.592 avaliados. Foi constituída comissão central para revisão dos proventos dos professores aposentados; criados 1.400 cargos de Especialistas em Educação; introduzido um regime de trabalho especial, intermediário, de 33 horas. Além de gratificação de 20% aos professores em exercício nas escolas de difícil acesso ou provimento, foram regularizadas as gratificações pelo exercício em escola ou classe de alunos excepcionais. Finda o quadriênio com as Leis 7.236 e 7.237, ambas de 21 de dezembro de 1978, que tratam, respectivamente, da Incorporação do Regime Especial ao tempo de serviço do membro do Quadro de Carreira do Magistério Estadual e da Reclassificação dos Regentes do Ensino Primário e dos Professores do Ensino Profissional Primário. E, nesta parte, registre-se o retorno à prática salutar do concurso público para acesso ao magistério, igualando as oportunidades e recrutando os mais qualificados.

A rede física do ensino de 1º Grau, por sua vez, teve no quadriênio uma expansão de, aproximadamente, 1.182.650 m², com obras em praticamente todos os municípios do Estado. Recursos financeiros do FAS, do BNH, da Quota Federal de Educação, do MEC/PREMEM, totalizaram Cr\$ 1.303.473.059,00 no período de 1975 a 1978. E a rede física do ensino de 2º Grau também passou por melhorias. Isso significa um acréscimo de 1.400 escolas públicas, no Rio Grande do Sul, de alvenaria, as menores com duas salas, e que bem espelham os esforços do Governo realizados na área social no quadriênio.

A consolidação do programa de assistência ao educando, abrangendo ensino de 1º e 2º Graus, levou à compra de vagas em escolas particulares e à concessão de bolsas de estudo que beneficiaram 424.388 alunos no período de 1975 a 1978. A execução do subprograma de medicina escolar, envolvendo atendimentos médicos em clínica geral, atendimento a alunos com deficiências neurossensoriais, inspeção médica a alunos da 1ª série, atendimento de prevenção primária e secundária de problemas cardio-vasculares, se estendem no quadriênio a 804.166 alunos. O subprograma de odontologia escolar, por sua vez, atingiu, em 1978, ao total de 158.007 alunos, tendo sido executado o Projeto Pro-donto Escolar para Assistência Odontológica no Sistema Incremental, que resultou na ampliação da potencialidade de atendimento odontológico para 37.000 alunos. O Programa de Nutrição Escolar, através do convênio SEC/CNAE, distribuiu 19.812.975 refeições em 1978, beneficiando a 606.337 alunos. A fim de sanar pelo menos em parte o problema do aluno carente em férias, desenvolve a SEC o Projeto Merenda de Férias, distribuindo no mesmo ano 93.139 refeições.

Alcança significativo vulto no quadriênio, também dentro do programa de assistência ao educando, o subprograma do Livro Didático, que distribuiu 3.683.108 livros didáticos para um total de 505.018 alunos, no período de 1975 a 1977.

O atendimento ao Ensino Supletivo no quadriênio 1975/78, de responsabilidade do setor público estadual, ofereceu educação integrada, a nível das quatro primeiras séries do ensino de 1º Grau, a um total de 5.582 alunos e ao nível das quatro últimas séries do ensino de 1º Grau, a um total de 48.614 alunos.

A preocupação com a educação integral do aluno leva o setor público estadual a desenvolver amplo programa de educação física e desportos. Além das atividades curriculares de educação física nas escolas de 1º e 2º Graus, promoveu o Estado campeonatos estudantis que atingiram a 82.966 atletas no quadriênio e Jogos Intermunicipais, envolvendo aproximadamente 3.000 atletas. E recreios desportivos em Colônias de Férias de Ar-e-Sol e de Mar-e-Serra foram oferecidos a 4.390 crianças.

A ação do Estado no vasto campo cultural foi intensa e decidida e sempre evitou todo e qualquer dirigismo de sentido limitado. Assim, a expansão dos programas de apoio às artes, em suas várias formas, atingiu todos os 232 municípios do Estado, numa progressiva criação de novas e ávidas platéias, oportunizando, ao mesmo tempo, a manutenção de grupos de teatro, música e folclore.

O patrimônio histórico e artístico preservado nos Museus do Estado foi aumentado e conservado. O Museu de Arte do Rio Grande do Sul recebeu novas instalações que o colocam entre os melhores do país. O Teatro São Pedro tem sua restauração já adiantada, dentro dos padrões técnicos mais avançados de conforto, mantendo, entretanto, seu estilo e características. Também foi criado o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, agora em fase de organização.

Conjugado com o desenvolvimento do Turismo, o projeto CULTUR atingiu setores específicos com larga e já mencionada repercussão.

Foi incentivada a pesquisa com a criação de núcleos de documentação nas instituições existentes, já que o acesso à informação é fundamental ao desenvolvimento cultural, e à edição de textos históricos e literários de autores nossos foi realizada diretamente ou através de co-edições.

Notável é o crescimento registrado na demanda dos serviços prestados pelas instituições culturais existentes. Na área musical, a OSPA manteve renome nacional e está preparando o seu futuro com o aproveitamento de valores locais. Realizações culturais vinculadas à complementariedade de conteúdos curriculares se fizeram através de: Trem da Cultura - 1978, em seis municípios; 18 sessões de "O Museu vai à escola"; 28 encontros de escritores com estudantes de 1º e 2º Graus; XV Encontro de Artistas Plásticos com Estudantes de 2º Grau; 3º Festival de Criatividade Infanto-juvenil - Etapa Ecológica - em âmbito estadual. A projeção da cultura do Estado no país e no exterior se fez através da participação de 25 representantes do RS em realizações artísticas, congressos, seminários, cursos, concurso e remessa a órgãos congêneres no país e no exterior de obras bibliográficas e boletins informativos.

Instaura-se no Estado, a exemplo do que ocorre em âmbito nacional, o movimento irreversível de recuperação e preservação do patrimônio histórico e cultural. Neste sentido, registra o quadriênio a conclusão da segunda etapa de construção do Museu Arqueológico do Estado; a restauração dos teatros São Pedro, de Porto Alegre, e Presevodowski, de Itaquí, do Museu Júlio de Castilhos e do Museu Histórico Farroupilha, bem como de duas salas da Biblioteca do Estado; a restauração de periódicos, livros, documentos e de obras de arte, e o enriquecimento do patrimônio cultural do Estado se fez através do acréscimo de 37.088 peças entre obras de arte, documentos, livros, periódicos, revistas, objetos de importância histórica ou cultural.

SAÚDE

A atividade pública, na área que se volta para a saúde dos indivíduos, corresponde a ações médico-sanitárias em nível ambulatorial e hospitalar, enquanto que a relacionada com o meio-ambiente diz com a melhoria do contexto ambiental, cuidando das águas, da sua contaminação e da do ar e do solo, dos resíduos sólidos e da saúde animal.

Entre as iniciativas diretamente ligadas à saúde dos indivíduos, destaco a assistência médico-sanitária a nível ambulatorial e o atendimento odontológico. Na área materno-infantil, além disso, a orientação pré-natal, a distribuição de refeições, ranchos e leite em pó e de leitos-dia na rede-hospitalar privada a mais de duzentas mil crianças e gestantes. E a atenção ao pobre, com quase mil leitos a indigentes.

As Unidades de Saúde do Governo se constituem em pontos vitais para a obra desdobrada nesta área, que hoje não deixa nenhum rio-grandense de fora das necessárias atenções a que reclama o seu bem-estar, dentro dos elevados níveis sanitários do Rio Grande do Sul. Por isso, a multiplicação dessas células de atendimento popular foi objetivo de intenso programa, e hoje, passados quatro anos, temos quase 400 unidades Sanitárias espalhadas pelo

Estado, ao invés das 200 existentes em 1974, num programa que está cobrindo já os distritos interioranos de nossos municípios, colocando o Rio Grande do Sul em posição de liderança junto aos demais Estados brasileiros.

No plano da saúde mental, a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos e a descentralização de ações, juntam-se à elaboração do Programa de alcoolismo e seu correto tratamento.

As doenças cardiovasculares tiveram grande intensidade na prevenção de cardiopatia reumática em 600.000 escolares do primeiro e segundo graus e no atendimento ambulatorial, na hospitalização e nas cirurgias em crianças cardiopatas, inclusive com a fabricação de 270 válvulas para a cirurgia.

A flúoretacão generalizada das águas de abastecimento público, visando diminuir a cárie dentária, combinou-se, no campo da saúde oral, com a instalação e manutenção de consultórios dentários e a realização de convênios com a Faculdade de Odontologia/PUC, para o atendimento de pessoas carentes e para o diagnóstico precoce do câncer oral.

No combate ao câncer ginecológico, o Governo implantou 47 ambulatórios, instalou postos de coleta de material, adquiriu leitos hospitalares e atendeu às despesas com rádio-quimioterapia e um laboratório Central de Anatomia Patológica e Citopatológicas.

O controle da tuberculose se cumpriu no quadriênio com a aplicação maciça de mais de 800.000 vacinas BCG em crianças, com exames radiológicos, radiografias e na colocação de quase 500 mil leitos-dias para pacientes tuberculosos, possibilitando não só um cuidado mais eficiente da moléstia como sua detecção em níveis mais primários.

Especial ênfase foi dada no período à redução das doenças transmissíveis através da aplicação de agentes imunizantes da varíola, tétano, difteria, coqueluche, sarampo, poliomielite, meningite meningocócica, tuberculose, rubéola e raiva.

A fiscalização, inspeção e controle do equilíbrio ecológico foram atividades desenvolvidas com o objetivo de manter vigilância sobre condições de saneamento ambiental. Assim foram realizados estudos e pesquisas voltados para o controle de poluição, especialmente junto às indústrias, bem como sobre emissões atmosféricas, águas residuais e fossas sépticas. Outrossim, na preservação e melhoria da qualidade de vida, dentro de atualizados critérios para zoneamento e usos industriais, notórias foram as ações voltadas para a bacia hidrográfica do Rio Jacuí e para os possíveis impactos do Pólo Petroquímico no meio-ambiente, assim como a permanente atividade de inspeção em estabelecimentos fabris e de serviços, da análise de controle do ar e da determinação e controle de situações de emergência.

A fiscalização do exercício profissional da medicina, farmácia e medicina veterinária, o controle de alimentos em geral em indústrias e outros estabelecimentos afins, foram serviços realizados pelo Estado com influência direta na melhoria das condições de saúde da população rio-grandense.

Outra atividade de significativo relevo econômico e alcance social foi a produção de insumos básicos, através do laboratório farmacêutico do Estado e de outros Institutos da rede oficial, que possibilitaram a elevação para quase cem milhões, das doses de soros e vacinas anti-rábicas, antivariólica, anti-gripal, antitífica e BCG, ao que se une a produção de psicofármacos, antibióticos, medicamentos específicos para o setor dermatológico sanitário, cardiografias e câncer.

HABITAÇÃO POPULAR

O programa de Habitação Popular que tipificou a ação do Governo, se ateve a famílias com renda situada até 5 salários-mínimos, habitantes da Região Metropolitana e de outras cidades do Estado. O atendimento a essa população trabalhadora se caracterizou por um programa em desdobramento para abranger 123 núcleos integrados e servidos por completa infra-estrutura, inclusive com instalações para serviços comunitários e de lazer, em 81 municípios, oferecendo moradias populares, de padrão singelo mas portadoras de todas as condições de higiene, de dignidade, exigíveis pelos padrões culturais de nossa gente.

Dentro da problemática urbana, uma nova opção que foi possível oferecer às famílias de baixa renda adveio do PROFILURB – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados, que traz em seu conteúdo significativo alcance social, porque se endereça preferencialmente a trabalhadores não enquadráveis no programa de núcleos. Implantado em 1976, o PROFILURB – que, na realidade, é um loteamento com toda a infra-estrutura e equipamento comunitário – estimula a participação de cada família na realização de sua unidade habitacional.

Ainda em sua etapa inicial, esse programa vai atingindo a 38 municípios, onde serão implantados mais de 18.000 lotes em 60 áreas já selecionadas.

Outro programa afim desenvolvido no quadriênio é o da casa em terreno próprio. Concorde com a índole de nossa gente, que aprecia a escolha livre de onde morar, o programa, em seus dois anos de vigência, já conta com mais de 1.500 beneficiários, distribuídos em 43 municípios, número que duplicará somente neste exercício.

Ainda nessa área de habitação popular, quero destacar o programa desdobrado pelo Estado – e pioneiro no país – que visa não só facilitar o pequeno e médio agricultor o acesso à casa própria, mas, também, propiciar ao homem do campo melhores condições de vida, de acesso às coisas da cidade sem sair da sua terra. Tal programa aje como poderoso auxiliar nos esforços governamentais de fixação do rurícola em seu habitat natural, evitando aquele êxodo que o marginaliza, o mais das vezes, no meio urbano. Propicia ele o financiamento da construção ou da ampliação e melhoria, com baixa taxa de juros, da casa para a família do agricultor. Contando com recursos para o atendimento de até 10.000 famílias, já concedeu seus primeiros empréstimos e analisa, no momento, mais de uma centena de postulações.

SERVIÇO SOCIAL

Na área específica do serviço social foi encaminhada especial atenção às populações marginalizadas ou em vias de marginalização, com problemas emergenciais e conjunturais. Bem assim, olhamos pelos grupos sociais em situação de desamparo, por velhice ou por problemas outros de subsistência. A realização dessa atividade contou com serviços diretos da Administração Estadual e de outras esferas, bem como os de entidades assistenciais comunitárias, orientadas por diretrizes governamentais. Para essa ação foi o Estado subdividido geograficamente em 16 Regiões, polarizadas por outras tantas cidades, o que lhe propiciou benéfica e eficaz interiorização, expandindo serviços e descentralizando decisões.

Dentre os programas mais eloqüentes destaque o pró-desenvolvimento comunitário em núcleos habitacionais, o qual se volta para a melhoria dos padrões de comportamento das famílias beneficiárias dos planos habitacionais de natureza social. 52 núcleos, com cerca de 1.000 famílias, foram atingidas pelo programa, cujo significado se reporta desde o preparo pré-natalino, passando por práticas domésticas de higiene, de economia, até o convívio pelo lazer, pelo esporte. Outrossim, a "Operação Casulo", objetivando o aumento qualitativo e quantitativo da rede de atendimento ao pré-escolar, com a injeção de novos recursos, beneficiou a quase 4.000 crianças em creches situadas em pontos estratégicos dos roteiros das mães que trabalham.

A programação de assistência às pessoas idosas carente de recursos estendeu-se a cerca de 1.000 beneficiários diretos, realizada essencialmente por entidades especializadas e capazes de prover, em elevado padrão, as necessidades da velhice.

O atendimento a famílias do chamado "quarto-extrato" conseguiu trazer à massa previdenciária elevado número delas, por via de contratos celebrados com estabelecimentos diversos e com 47 Prefeituras, proporcionando capacidade para assistência a mais de 4.000 famílias/mês. Bem assim, convênio celebrado entre o Ministério de Previdência, Legião Brasileira, Ministério do Interior/SUDESUL, por iniciativa e co-participação do Estado, propiciou o desencadeamento, em 1977, de Programa de triagem e encaminhamento da população carente da Grande Porto Alegre a entidades assistenciais, atingindo a 2.550 pessoas, cadastrando, ainda, 930 imigrantes e 1.059 colonos provindos da área indígena de Nonoai.

ASSISTÊNCIA AO MENOR

A alocação de recursos específicos para a área de assistência ao menor carente ou de conduta anti-social e, bem assim, grande parte da ação desenvolvidas nesse campo – buscou despertar uma consciência viva e atuante de solidariedade nas comunidades, revitalizando as células familiares ameaçadas de desagregação, estimuláveis com o reflexo de medidas tutelares e assistenciais rápidas e práticas. A ação governamental foi, antes do mais, realista, visando não só à integração com planos federais, mas, ainda, a realização de programas de profissionalização, de prevenção e de caráter terapêutico.

O desdobramento dessa ação global permitiu que a abrangência dos programas atingisse a 101 municípios do Estado, elevando a assistência ao menor a 67.000 jovens carenciados, em 1978, quando, em 1975, esse número não ultrapassava a 9.300.

A programação de assistência preventiva envolveu a co-participação da comunidade, por via, essencialmente, de entidades oficiais e particulares voltadas para essa problemática, caracterizando-se por um baixo custo operacional e por uma elevada rentabilidade qualitativa e quantitativa, em razão dos satisfatórios padrões de atendimento outorgados aos menores assistidos por tais instituições de nosso Estado. A ação desses organismos mantidos por impulsão comunitária e pelo Governo já atinge, atualmente, mais de 40.000 menores (em 1975 esse número ficava em 8.000), objetivando a fixação do jovem em meio familiar adequado.

Nessa mesma área preventiva cumpre que se ressalte a implantação e a plena operacionalização dos Centros de Bem-Estar do Menor – CEBEM, cujo número se ampliou de 19, existentes em 1975, para 57, em 1978, propiciando uma assistência adequada a 26.000 menores. Outrossim, 125 projetos de atendimento ao menor, envolvendo atividades recreativas, socializantes e de iniciação profissional, hoje em caráter permanente e em expansão, tornaram essa ação preventiva algo verdadeiramente objetivo no campo assistencial ao menor, pretendendo resultados satisfatórios, se não eloqüentes, na luta para evitar a marginalização dos nossos jovens, decorrente do carente nível sócio-econômico-cultural das famílias às quais se integram.

No que pertine à ação terapêutica, na qual intervém o Governo diretamente, assumindo os seus custos totais ou semitotais no atendimento a menores carenciados, abandonados ou de conduta anti-social, é ela realizada através de Centros de Recepção e Triagem e de outros estabelecimentos oficiais ou subvencionados pelo Estado, em regime de internato e de semi-internato. 1.400 menores eram assim assistidos em 1975, quando a programação desenvolvida possibilitou estender essa assistência, até 1978, a 14.800 jovens. Substanciais recursos humanos e materiais foram mobilizados na área de pré e profissionalização desses menores-problema, especialmente na faixa etária dos 14 aos 18 anos, tendo em vista a sua colocação no mercado de trabalho do Estado. Nesse sentido, a instituição muito oportuna da Taxa de Inscrição, Controle, Fiscalização e Utilização de Serviços Públicos – a “Taxa do Menor” – propiciou maiores recursos, assim como maior conscientização, para as ações assistenciais à juventude carenciada, possibilitando o aperfeiçoamento de programas sociais de interesse do menor, integrando-o na primeira linha da luta pelo desenvolvimento social.

TRABALHO

Constitui-se em interesse fundamental do meu Governo o ajustamento de programas e ações vinculadas à valorização do trabalhador e de seus órgãos de classe, em especial por via de preparo de mão-de-obra concorde com as potencialidades e exigências de emprego no Estado, de incentivo ao sindicalismo, de orientação e qualificação crescente do trabalhador de todos os setores da economia.

Com apoio do Ministério do Trabalho, foi possível viabilizar o treinamento de 195.000 trabalhadores, qualificando-os à produção na indústria, no campo, no comércio, na construção civil, na área artesanal e na doméstica. Cumpriu-se, também, a 1ª etapa de programa que formará a curto prazo 400 instrutores para treinamento de mão-de-obra (a cerca de 10.000 trabalhadores) na região rural do Estado.

Implementou-se, por outro lado, a política de incentivo e valorização do artesanato gaúcho, promovendo-se ao artesão e a sua organização em categoria profissional, apoiando-se a comercialização de seus produtos por meio de feiras e exposições, de encontros e da confecção do Catálogo do Artesão.

Consolidada a implantação, em fins de 1976, do Programa Estadual de Emprego, foram concluídos 18 núcleos regionais e 17 núcleos sub-regionais, no Estado, além dos 3 Postos de Intermediação na capital, ativando-se, assim e progressivamente, os cinco subsistemas operacionais do PROESE, possibilitando a realização de variados estudos sobre o Mercado de Trabalho e o aperfeiçoamento de seus Indicadores. Só em 1978 foram pesquisadas 150.000 vagas em estabelecimentos urbanos do Estado, atendidos 385.000 trabalhadores que demandaram os Núcleos, e encaminhados a emprego 101.000.

Na área sindical propiciou-se permanente assessoramento na criação e agilização de associações profissionais, financiamento de sedes sindicais e promoção e acompanhamento de encontros dos órgãos representativos dos trabalhadores e de suas classes. Sucessivas palestras, tanto em associações profissionais como em comunidades rurais, visaram à conscientização da importância da atividade sindical, ao seu alcance promocional do trabalho de cada categoria. Tal objetivo também foi respaldado com a realização de vários cursos de liderança sindical e outros ligados à ação.

Ainda nesse setor, destaco as Semanas Sindicais e as atividades didático recreativas incentivadas e coorganizadas pelo Governo do Estado, os Congressos Rurais voltados para a informação da juventude e a fundação de Federação capacitada a amplo assessoramento técnico aos sindicatos e à prestação de serviços de preparo de documentos essenciais ao trabalhador. E, finalmente, ao grande número de preparos e encaminhamentos de solicitações ao FUNRURAL, voltados à obtenção, pelos sindicatos, de ambulatórios médicos e odontológicos, ambulâncias e materiais afins, ligados à saúde das famílias dos trabalhadores.

LAZER

Oportunizar lazer e recreação aos trabalhadores e às suas famílias, visando à promoção da pessoa humana aos benefícios do desenvolvimento coletivo, o fortalecimento dos laços familiares e do bem-estar de seus membros, foi constante preocupação do meu Governo, que, por isso mesmo, desenvolveu programas de incentivo, de acesso a essas atividades comunitárias. Agilizou-se a criação dos Centros Sociais Urbanos e do Centro de Recreação do Trabalhador, promovendo-se, através daqueles, programas de integração social de populações carentes à vida das cidades, por meio de crescente estímulo à

atividades comunitárias, em especial às ligadas à cultura, instrução, desporto, saúde, nutrição, recreação e lazer, ao lado de ações previdenciárias e assistenciais. 21 desses centros já estão concluídos, 11 ainda realizam obras e outros 11 estão em fase de licitação, situados eles, estrategicamente, em núcleos habitacionais já existentes e aptos a intensificarem suas atividades de acordo com as necessidades e aspirações das comunidades urbanas de natureza social a que servem, mercê de conveniente infra-estrutura administrativa e de serviços.

Já o Centro de Recreação, em São Leopoldo, com sua superfície de 92 hectares, oportuniza à família de todo o trabalhador sindicalizado o indispensável lazer, no convívio com a natureza, com o esporte e com grupos advindos de diversas áreas de trabalho. Cerca de 900.000 pessoas utilizaram-se desse Centro no quadriênio, levando de seus serviços também motivações e orientação no campo da saúde, da previdência social e do trabalho.

PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

O órgão previdenciário do Estado, com atuação também na área essencial da saúde, estendeu aos seus quinhentos mil beneficiários distribuídos por todo o Rio Grande, assistência eficaz no período administrativo de 1975/1978.

Além da cobertura integral das despesas havidas com atendimentos realizados por profissionais e entidades hospitalares credenciados, nos casos de internamento clínico e cirúrgico, concedeu também cobertura parcial das despesas efetuadas pelo associado com consultas médicas, exames complementares de laboratório e casos de emergência, num total de mais de um milhão de atendimentos por ano.

Cumprindo com os benefícios usuais de previdência social: pensão por morte, pecúlio, auxílio-natalidade, manteve um sistema de assistência financeira aos servidores e assistência médica complementar aos dependentes dos associados não incluídos na relação de dependentes legais. Assegurou, também, o órgão previdenciário, plano habitacional para aquisição ou reforma da casa própria, dentro das normas do Sistema Financeiro da Habitação, voltando, agora, a atenção para o estímulo aos condomínios, onde grupos de mutuários possam empreender a construção de núcleos habitacionais, reduzindo os custos.

IMPrensa OFICIAL

A atividade de imprensa oficial, no quadriênio 75/78, apresentou modificações não só na estrutura do Diário Oficial, relativamente a sua impressão em off-set e divisão em cadernos por assuntos, melhorando consideravelmente a sua feição gráfica, como adquiriu maquinaria moderna e condizente com as atuais e crescentes necessidades da Administração, fazendo, ainda, com que a receita operacional triplicasse no período.

PROCESSAMENTO DE DADOS

Como importante atividade de apoio à ação administrativa, cumpre destacar a política de processamento de dados desenvolvidos pelo setor público através do seu sistema oficial, e que, criado em 1977, destacou-se em atividades ligadas à educação, à segurança (identificação civil, criminal, veículos e infrações), finanças (Caixa Econômica Estadual, contas correntes, personalização de cheques, empréstimos habitacionais), seguros (controle e emissão de apólices, estatística de seguros de automóveis), justiça (controle da tramitação de processos da comarca da capital) e que propiciaram o melhor cumprimento pelo Estado, de seus serviços.

A regionalização das atividades de processamento em Passo Fundo e Santa Maria, além de estender ao interior as vantagens da racionalização administrativa, permitirá, uma vez ampliada a área de interiorização, que sejam colhidas com maior celeridade as informações de interesse da administração e do Estado, com reflexos altamente positivos nas atividades de planejamento e controle do setor público – essenciais ao Governo.

TRANSPORTE OFICIAL

A política da racionalização da atividade de transporte oficial e de combustível evidenciou, no quadriênio que transcorreu, significativa redução nos gastos com a frota de veículos, bem como a melhor adequação de seu uso.

O consumo de gasolina, (em 1975, mais de 1 milhão de litros distribuídos entre órgãos do Poder Legislativo, Judiciário, Administração Estadual Direta e Indireta e ainda órgãos federais sediados no Estado) baixou para oitocentos mil litros, embora o número de órgãos abastecidos pelo sistema aumentasse de 16 para 22. E a frota de veículos oficiais do Estado, renovada pela alienação dos considerados inservíveis e mesmo antieconômicos em sua manutenção, diminuiu consideravelmente em número, baixando de 5.136 veículos para 4.382, compreendidas Administração Direta e Indireta.

ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Coube ao órgão Jurídico do Estado a normação da atividade jurídica preventiva de assessoramento, através da emissão de pareceres, de assessoramento direto às autoridades públicas e órgãos municipais, realizando, ainda, a defesa dos interesses da Administração Estadual em Juízo.

No patrocínio dos direitos e interesses da população carenciada em juízo, o órgão jurídico oficial prestou serviços de inestimável valia social, tendo ajuizado, somente no exercício de 1978, quase seis mil ações, realizando entre capital e interior mais de dez mil atendimentos de partes e consultas.

RECURSOS HUMANOS

O planejamento e o treinamento de recursos humanos para a administração estadual, atingiu no quadriênio que transcorreu, entre atividades de treinamento em modernização administrativa, sistema de ensino e administração empresarial, uma clientela de mais de 15 mil funcionários oriundos da administração direta e indireta.

Não só dentre dos limites do Estado se desenvolveram as ações de treinamento de pessoal e de planejamento. Técnicos e Executivos do setor público de diversos Estados participaram de programas de cooperação específicos para a área de desenvolvimento econômico, planejamento governamental, elaboração e análise de projetos.

A preparação de pessoal nas atividades voltadas para o planejamento econômico e social e sua influência no desenvolvimento, o treinamento de recursos humanos a nível técnico e de direção para o atendimento do setor petroquímico, foram outros programas desenvolvidos nessa área pelo Estado.

MINERAÇÃO

O amplo e crescente uso do carvão mineral – um dos substitutos lógicos do petróleo na geração da energia exigida pelo processo – encontra em nosso Estado, mercê da objetiva ação governamental voltada para o setor mineração, apoio constante. Nossas reservas carboníferas, as maiores do país e riqueza máxima de nosso subsolo – só a reserva total do carvão jacente de Candiota, 8.000.000.000 de toneladas, representa 50% das reservas nacionais e possui trinta vezes a energia calorífica de todas as reservas brasileiras de petróleo até hoje conhecidas – demandam prospecções constantes e investimentos no aparelhamento das minas, para que seja incrementada uma produção que assegure o crescimento diversificado dos usos dessa fonte energética, ora já alargados com os projetos do Complexo Carboquímico e da Carbogás.

Dessa atividade foi obtido substancial acréscimo na produção das minas a cargo do Estado, sendo que a Mina do Leão cresceu de 50.000t, em 1975, para 238.000t, em 1978, e a de Candiota, de 396.000t para 616.000, nos mesmos anos, o que representa uma produção de 2.375.787 toneladas no quadriênio, e que compensa amplamente o valor dos investimentos realizados na modernização dos processos extrativos e de transporte do minério, na prospecção de novas jazidas (Butiá, Candiota, Iruí, Santa Rita), e no atendimento social à população mineradora.

A busca de novas riquezas minerais estendeu a ação governamental ao cobre (Morro de Andrade e Volta Grande), cuja extração, a partir de prospecções e estudos realizados, se mostra com economicidade suficiente ao desenvolvimento do setor, que se ajusta, outro tanto ao projeto de Metalurgia do Cobre a concretizar-se em Rio Grande, consoante definição do Governo Federal.

ENERGIA

Base do crescimento industrial, a energia elétrica, pelo tempo de estudo, projeto e construção de uma usina, é atividade de realização a longo prazo.

O potencial instalado foi significativamente aumentado com a inauguração da maior Usina no Estado, a Hidrelétrica de Itaúba, com 500.000 quilovates. Além disso, foram assinados os contratos de financiamento e construção da fase B da Usina Termelétrica Presidente Médici, em Bagé, que representa mais 320.000, e aprovados os estudos para a futura implantação de um complexo de geração de até 2 milhões de quilovates, superior a toda a potência hoje existente no Estado. Igualmente foi definido pelo Governo Federal o 5º aproveitamento hidrelétrico no Rio Jacuí, em Dona Francisca, que deverá gerar mais 125.000 quilovates.

Atendeu-se as 232 sedes municipais e mais 2.931 vilas e povoados, o consumo crescendo em média, no período, em 12,8% ao ano. O número de consumidores passou de 886.577 para 1.131.000, e, para isso, foram construídos 1.636 quilômetros de linhas de transmissão e mais 565 km em andamento, além da capacidade das subestações, existentes ou novas, ter sido ampliada em 540 MVA e as redes de distribuições ampliadas e reformadas em 8.775 km.

Ao lado do trabalho desenvolvido pelas cooperativas, está sendo executado o plano quadrienal de eletrificação rural, aprovado pela Eletrobrás, com o apoio financeiro da mesma e recursos do Estado, beneficiando já a 21.730 propriedades.

TELECOMUNICAÇÕES

Com a responsabilidade de realizar os serviços concedidos pela União, de telefonia urbana e interurbana no Estado, vem o Governo desenvolvendo políticas que assegurem a plena operação de um sistema de telecomunicações compatível com o ritmo do desenvolvimento rio-grandense e à altura das metas nacionais preconizadas para o setor.

Aumentando consideravelmente a capacidade de atendimento dos usuários de telefonia – mercê de implantações e ampliações de serviços urbanos e interurbanos, e de sua melhoria qualitativa – para o que foram investidos Cr\$ 2,3 bilhões no quadriênio, o Estado viu expandida satisfatoriamente uma atividade que é essencial ao seu progresso.

Assim, 104.700 terminais automáticos, correspondentes a 43 novas Centrais e na ampliação de outras 40, e que beneficiam aos mais populosos municípios, foram implantadas no quadriênio, além do atendimento a outras 91 comunas, que tiveram serviços melhorados qualitativamente e quantitativamente. Esses acréscimos de usuários determinaram, outrossim, a competente adequação dos serviços interurbanos à crescente demanda, tendo os mesmos ampliada a sua canalização, desde as grandes rotas de 960, 300 e 120 canais, em microondas, como as de 60 e 24 canais, em UHF, e as rotas monocanais que vão substituindo a precariedade das linhas físicas que ligavam as localidades menores ao sistema estadual.

Para absorver esse tráfego telefônico de todos os rincões do Estado, centrais de trânsito novas foram construídas em Passo Fundo e Santo Ângelo e ampliados os troncos das de Caxias e Pelotas. E 40 Centrais Automáticas vieram juntar-se àquelas que já tinham acesso ao Sistema DDD em nosso Estado, e que realizaram, em 1978, mais de 32 milhões de chamadas. Conta hoje o Rio Grande do Sul, com 254.000 telefones automáticos, aos quais juntar-se-ão, com a realização de programas em execução, 82.000 novos terminais.

ARMAZENAGEM

A conservação da vasta gama de produtos da agropecuária rio-grandense se constitui em elo vital de todo um sistema produtivo sobre o qual assenta nossa economia. E a dinamização da estrutura de silos e armazéns, face às crescentes safras de grãos e hortigranjeiros, tem sido ponto de relevo na política de abastecimento e de exportação do Estado.

Propondo-se ao atendimento das culturas principais, oferece a ação estatal o necessário apoio a outras culturas de menor expressão econômica, tradicionais em nosso meio, buscando reduzir tendências a monoculturas negativas às pequenas propriedades.

Concentrando a oferta de armazenagem junto às troncais de escoamento regional, a fim de regular os fluxos que demandam da rede coletora aos terminais portuários; aumentando a operacionalidade dos portos com unidade de grande porte e alta cadência; e dando, ainda, atendimento a importante parcela dos hortigranjeiros do Estado, através da frigoconservação, realizou-se a política setorial ainda com o aperfeiçoamento e a dinamização das unidades que operam nas zonas produtoras. E participando das ações afins realizadas pela CIBRAZEM, objetivando a implantação, aqui, do Programa Nacional de Armazenamento, e em convênio com o Ministério da Agricultura, absorvendo encargos de análise e certificação do estado fito-sanitário e da qualidade de produtos embarcados nos portos gaúchos, o Governo pode, também, assistir tecnicamente a organizações da área privada e, mesmo, de outros Estados.

Com investimentos diretos e indiretos de Cr\$ 286.000.000,00 no quadriênio, a rede estatal de silos e armazéns movimentou mais de 5.400.000 de grãos e derivados, enquanto atendeu, em sua unidade de frigoconservação de Caxias do Sul, a uma crescente demanda de hortigranjeiros em geral, que chegou a 233.000 m³ de gêneros.

TRANSPORTES

A área ligada aos transportes mereceu nesse Governo, em todo o quadriênio, atenção especial, tendo em conta a sua importância significativa na política de integração regional e nacional.

Considerando as características geoeconômicas do Estado, que possui fronteiras com dois países da América do Sul e a existência de um porto marítimo, o mais meridional do país, a crescente urbanização e especialização

do processo produtivo onde as fontes produtoras e as matérias-primas se acham distantes dos centros produtores e de consumo, ressalta a necessidade de o Estado propiciar condições e mecanismos que possibilitem o transporte, circulação e armazenagem de mercadorias, sem o encarecimento descabido dos produtores e com a maior celeridade e economicidade. Do crescimento e desenvolvimento dos setores Rodo-Ferro-Hidroviário dependerá a eficiência dessa infra-estrutura material de apoio à política de integração regional.

Transporte Rodoviário

A vitalidade de nosso sistema produtivo repousa em boa parte na eficiência do complexo de escoamento de que disponha – e, neste, o transporte rodoviário é componente vital, pois que, seja em rodovias de 1ª classe, seja em estradas vicinais, assegura a circulação tempestiva de bens desde a sua origem até o destino desejado.

Planejar, construir e conservar estradas tem sido função permanente do Estado, pela relevância que as mesmas assumem como instrumento indutor da segurança do produto e do fruto do seu trabalho, como elemento de desbravação territorial, de facilitação de contato humano, de lazer turístico, de circulação das riquezas, enfim.

A par da necessária continuidade outorgada aos programas de construção e de conservação que já estavam em desenvolvimento neste setor, acrescentam-se ao elenco de obras a cargo do Estado, a implantação de ligações de 47 sedes municipais às malhas rodoviárias estadual e federal, havendo sido construídos no período, 450 km de tais estradas – que se compreendem no total de 930 km de construção e de 766 km de pavimentação de rodovias realizadas no quadriênio, além da construção de 5.268 m de obras-de-arte e de melhoramentos vários ao longo de 644 km da rede estadual. E os trabalhos de conservação permanente dessas troncais rodoviárias, realizado pelo Estado – que vem assegurando o escoamento exigido pela produção, sem descontinuidade – estendem-se por 8.737 km de estradas estaduais e agora, também, por 1.382 km de rodovias federais.

Transporte Hidroviário

A hidrovia, no Rio Grande do Sul, integra-se vitalmente ao seu complexo de circulação e escoamento de bens, e se destaca na área do transporte de grãos e minérios. Todas as atenções que possa o Governo voltar para o setor estarão plenamente recompensadas pelos benefícios que daí advém para a sua produção, que precisa de opções racionais e econômicas para a grande pauta de produtos do campo e da indústria.

Nesse desiderato, as atividades que permanentemente asseguravam a navegabilidade, em nossos rios e lagoas – como dragagem e sinalização – e que dão mais eficiência operacional a nossos portos fluviais e marítimos, foram acompanhadas de outras que, de modo sensível, crescem a potencialidade de uso de nossas hidrovias.

É o caso de entroncamento rodo-hidro-ferroviário do rio Taquari, em Estrela, concluído em março de 1978, cujo cais acostável, armazéns e toda uma moderna infra-estrutura portuária, asseguram economicidade lógica ao escoamento.

mento da produção agropecuária do norte e nordeste gaúchos, segundo a política dos Corredores de Exportação. E nessa mesma política se engloba o projetado terminal do Jacuí, em Cachoeira do Sul, que integrará a navegação de mais de 300 km conquistados com a conclusão das barragens do Fandango, Anel de D. Marco e Amarópolis.

O porto marítimo de Rio Grande – ponto vital de escoamento de nossa produção – foi a cada ano implementado com novos equipamentos e serviços, capazes de fazê-lo sustentar a crescente demanda que o trabalho do rio-grandense lhe impõe. Só em 1978 (janeiro a novembro) apresentou um incremento, na sua movimentação geral, de 32% sobre 1977, quando totalizou 8.500.000 toneladas. É o de Porto Alegre, também sob constante atenção do Governo em crescer sua capacidade de serviço, pôde movimentar, em 1978, 4.700.000 toneladas.

Ajunta-se à proteção da navegação, os levantamentos topo-hidrográficos dos rios Jacuí e Taquari, assim como a sua drenagem, balisamento e sinalização, constantemente modernizadas, – serviços que se estenderam a todas as demais hidrovias, fazendo com que, em 1978, fossem dragados 1.750.000 m³.

A construção do Porto do Barquinho, em Tapes, bem como as obras na barra do arroio São Lourenço, dos molhes de Rio Grande e do Porto de Pelotas, complementam esse acervo de atenções governamentais em prol do uso crescente de nossas hidrovias.

A final, a secularmente sonhada ligação das bacias dos rio Jacuí e Ibicuí mereceu materializar-se em estudos aprofundados de viabilidade, objeto de convênio entre setores competentes dos âmbitos federal e estadual, cujo prosseguimento dimensionará as perspectivas concretas sobre esse gigantesco projeto.

Transporte Aeroviário

A ação, nessa área de infra-estrutura, teve por objetivo maior assegurar aos nossos aeroportos interioranos – que cumprem importante papel nessa faixa de transporte rápido de passageiros e de cargas nobres, assim como de base à aviação agrícola – condições plenas e sempre melhoradas de operação da aviação civil.

Tais obras, tanto novas como de manutenção normal de pistas e aeroportos, atingiram a todas as instalações aeroportuárias do interior do Estado, envolvendo serviços de terraplenagem e pavimentação asfáltica de pistas de pouso, alongando-as ou melhorando-as a fim de receberem aviões de maior porte.

Estradas Alimentadoras

A construção da rede capilar de estradas vicinais, que assegura à agropecuária o transporte aos armazéns e aos pontos de escoamento de seus produtos, advindos de cerca de 82% do território rio-grandense e que demandam às grandes troncais rodo-hidro-ferroviárias para seguirem até os mercados de consumo e portos de exportação, encontram no programa de

estradas alimentadoras um alicerce firme e apto a afastar, em definitivo, os percalços que, tantas vezes, impediram a adição de novas áreas à agricultura ou frustraram o trabalho do campo por dificuldades de tempestivo escoamento de sua produção.

A conjugação de esforços do Governo estadual com o dos municípios, e o apoio dado aos programas pela esfera federal, permitiu, nesse quadriênio, a consolidação dessa atividade, a qual se desdobra desde levantamentos altimétricos e projetos para estradas e obras-de-arte até a construção destas.

Assim, foram, no período, construídos 3.098 km de estradas alimentadoras e melhoradas as condições de 3.600 km delas, além da movimentação de 492.000 m³ de terra para aterros de pontes e de 700.000 m³ de terraplenagem ação que se acentuou ano a ano, durante o quadriênio.

REGISTRO DE COMÉRCIO

Durante o quadriênio, as atividades atinentes ao Registro de Comércio passaram por modificações estruturais e de ordem administrativa de monta, adaptando-se a ditames do recém implantado Cadastro Nacional de Empresas. Da nova sistemática defluiu maior dinamismo nas ações de registro e documentação, assim como no aperfeiçoamento dos recursos humanos que as realizam, e que possibilitaram atender ao crescimento significativo havido no Estado nesse setor, que assinalou em 1978 capitais de empresas – registrado e em movimentação – um valor superior a Cr\$ 4,7 bilhões, contra Cr\$ 1.950.000.000,00 registrados em 1975.

RELACIONAMENTO CONSULAR

O relacionamento do Executivo com as 28 representações estrangeiras sediadas no Estado, além dos atos de cortesia e facilitação da importante missão dos diplomatas e da acolhida de ilustres personalidades desse serviço que nos visitam constantemente, propiciou o estreitamento do intercâmbio cultural e comercial de recíproco interesse, estendendo assim, conveniente apoio a esforços governamentais e privados feitos nesse sentido.

SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS

Na execução da política penitenciária – e mau grado a limitação dos recursos alocáveis para essa área – foi permanente a preocupação em propiciar ao apenado condições sempre mais humanizadas no cumprimento de suas penas. Por isso mesmo, o reequipamento dos serviços penitenciários, em todos os aspectos, e a sua operacionalidade, foi ponto central dessa atividade de fundo caráter social. Conquanto, pela natureza mesma desses serviços, o material de consumo e o permanente a eles destinados sofram apreciável desgaste, a manutenção dos 91 estabelecimentos da rede penitenciária (82 presídios municipais, 2 regionais e 7 de categoria especial) obteve razoáveis condições para um cabal e realístico atendimento de suas necessidades, mas que permitiram, porém, a resolução dos casos mais prementes.

Bem considerada a importância, dentro do sistema, dos Presídios Regionais – todos situados em municípios próximos ao pólo regional – concentraram-se esforços na conclusão das obras dos de Bagé e Passo Fundo, ambos com áreas médias de 1.865m² e com capacidade para abrigar a 124 detentos, o que veio a resolver o problema de superlotação antes existentes nos estabelecimentos municipais polarizados. Do mesmo modo, buscou-se a aceleração da construção dos presídios regionais de Santa Maria, Santo Ângelo e Rio Grande, que, além da absorção de parte da população carcerária dos municípios de suas regiões, apresentarão também, dentro da melhor doutrina, serviços correlacionados com as atividades próprias dessas regiões.

Entre os programas de reabilitação e de recuperação do apenado desenvolvidos em estabelecimentos especiais, o realizado no Instituto Penal de Mariante – que funciona como prisão-escola – é pioneiro no gênero, no país. Recolhendo presos sob o regime de confiança e semiliberdade, primários ou de escassa periculosidade, e dentro da faixa etária dos 18 anos aos 25 anos, ocupa uma área de 4.000m² e promove a seus internos formação agropastoril e artesanal. Do mesmo modo, a experiência da prisão-albergue tem sido valiosa na ressocialização do apenado, possibilitando-lhe trabalho externo durante o dia e recolhimento noturno em pavilhões especiais.

A melhoria de todos esses serviços do sistema estará sempre na razão direta da qualificação do pessoal que os executa, e, assim, a Escola do Serviço Penitenciário, reorganizada em 1975, ganhou novo impulso em suas atividades de aperfeiçoamento dos recursos humanos especializados, formando técnicos para suprir adequadamente às necessidades da área. Dela saíram no quadriênio 403 agentes de segurança, 122 monitores e 7 médicos psiquiatras-forenses. Propiciou ela, também, condições a que 40% da população carcerária do Estado obtivesse algum curso de aprendizado, desde a alfabetização até a formação profissional, em convênio com entidades públicas e privadas.

SANEAMENTO

A importância do saneamento básico na elevação dos níveis de saúde e bem-estar da população levou o governo da União a consagrar como objetivo do 2º PND a necessidade de se dotar em 80% os serviços de abastecimento de água das populações urbanas até 1980.

Embora o Rio Grande do Sul esteja próximo dessa meta, o Governo tem desenvolvido esforços no sentido de manter os níveis atingidos no quadriênio que transcorreu, e que evidenciou um crescimento de 30% da população atendida e de 53% na produção de água.

Embora o sistema de esgotos não tenha alcançado níveis de crescimento comparáveis aos serviços de água, apresentou significativo acréscimo, com o aumento em 13% da população atendida e 12% nas economias dotadas.

Fato decisivo para a ampliação desses serviços essenciais ao rio-grandense foi a integração do Estado, neste período, ao sistema do PLANASA, fonte geradora de recursos substanciais para o setor. Com isso, os benefícios propiciados pela rede estadual de saneamento já abarcaram 204 sedes municipais, além de realizarem obras em outras localidades, o que coloca o Rio

Grande do Sul como um dos Estados em que os benefícios da água tratada atingem praticamente toda a sua população urbana.

ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

O assessoramento técnico aos municípios, bem como o desenvolvimento integrado das comunidades do Estado, a melhoria das condições de bem-estar social e econômico através de planos de desenvolvimento locais e regionais, saneamento e obras públicas, foram atividades que preocuparam o Executivo no período que transcorreu e envolveram recursos humanos e financeiros não só da área estadual, mas das esferas federal e municipal.

A situação dos municípios brasileiros, considerando os encargos e tarefas que lhe são atribuídos e o seu despreparo administrativo, e sobretudo a carência de recursos humanos e financeiros, exigem que o Estado e a União lhes propiciem apoio e condições para um desenvolvimento o mais auto-suficiente possível.

Com esse objetivo, o Governo realizou trabalhos de apoio ao planejamento urbano de diversos municípios, diagnósticos regionais e outras atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, promoveu o Estado a realização de cursos de modernização administrativa, que contaram com a participação de 51 municípios; Projetos de Microestrutura Administrativa, onde procurou preparar 38 municípios para a utilização das novas estruturas e técnicas administrativas ao nível de projetos e funções. Ademais, Planos de Reclassificação de Cargos foram implantados em 37 municípios, buscando adequar seus recursos humanos às novas estruturas organizacionais, bem como outras ações orientadoras, como as de reforma Administrativa, cadastramento, organização física das sedes municipais, avaliação e acompanhamento de todos os projetos executados pelos municípios, todas desenvolvidas com vista à promoção municipal.

PLANEJAMENTO METROPOLITANO

Na área do planejamento metropolitano, o Estado propôs-se, no quadriênio que transcorreu, a promover o crescimento econômico regional, estimular as ofertas de emprego e condições que pudessem elevar o nível de vida das populações. Uma constante atualização do Plano de Desenvolvimento Metropolitano se fez necessária para o acompanhamento das mudanças que se operam no espaço da Grande Porto Alegre, adequando programas e projetos relacionados ou não com os serviços comuns.

Entre outros, foram desenvolvidos estudos para conter a intensificação da poluição da área metropolitana, que, nos últimos anos, tem sido agravada pela concentração urbana e industrial. O preenchimento dos vazios urbanos para localização de núcleos habitacionais, a fim de propiciar uma ocupação mais eficiente; o estabelecimento de prioridades para a implantação de áreas industriais; o planejamento do sistema urbano de transporte, representam algumas atividades realizadas pelo governo no trato dos problemas ocasionais pela urbanização e na busca de melhor organização do espaço físico.

SEGURANÇA PÚBLICA

Em sua missão constitucional de tornar efetivas as garantias individuais e dar ampla colaboração à justiça repressiva, a segurança pública do Estado é realizada, organicamente, por entes de direção superior e de coordenação e por órgãos de atividades-fim, um civil, outro militar. No quadriênio, todo o apoio possível em pessoal e material foi outorgado a esses organismos, para que cumprissem de pleno suas missões, embora hajam eles ainda se ressentido de recursos para mais expandirem em qualidade serviços que se estendem por cada município do Estado e devem atender a problemas constantemente surgidos com o próprio crescimento populacional, com a urbanização, com migrações internas e outros, todos ligados à ordem pública, ao convívio pacífico dos cidadãos.

Para tanto, o aparelhamento material, em grande parcela atendido com recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento dos Serviços de Segurança Pública – FUNDESP/RS, constitui-se em preocupação da Administração Superior, que promoveu, no quadriênio, inúmeras adaptações de prédios designados para os diversos serviços, fez construir ou adquirir outros, e realizou aquisições de viaturas, armamentos, equipamentos, móveis, máquinas e outros bens imprescindíveis ao desenvolvimento das tarefas afetas aos órgãos específicos de segurança.

Na esfera de ação da Polícia Civil, ressalto os importantes passos dados dentro da política de descentralização de unidades de atendimento ao público, interiorizando-os quantitativamente e provendo-os qualitativamente de pessoal treinado e de processos administrativos modernizados. Nesse sentido, cinco novas Delegacias de Polícia foram criadas, assim como 45 Ciretrans e Postos de Identificação, e mais uma Delegacia Regional, proporcionando uma aceleração geral das tarefas, notadamente no fornecimento de Cédulas de Identidade, de Atestados, de Carteiras de Habilitação e, no exercício das funções de Polícia Judiciária, uma maior celeridade na instauração e remessa de Inquéritos à Justiça.

Contribuindo, outrossim, para o aprimoramento dos serviços, já está instalada a maior parte de seu Sistema Integrado de Telecomunicações, bem como em plena atividade o Centro de Informática Policial, dotado de modernos métodos de processamento eletrônico de dados. E, como apoio basilar desse trabalho, a Escola de Polícia preparou, no quadriênio, mais 2.345 servidores especializados para a organização policial, dentre os quais 109 delegados.

O policiamento ostensivo, de trânsito, florestal, rodovias e ferroviário, de portos, de radiopatrulha, de segurança das instituições penais e de próprios do Estado, bem como o de salvamento, prevenção e extinção de sinistros, é realizado pela nossa corporação militar estadual. O Governo, nesses últimos quatro anos, fez construir 12.700m² de prédios por todo o Estado, agregou à frota mais 94 viaturas e incluiu, pela natureza social das funções da BM e face ao crescimento urbano, uma participação orçamentária que evoluiu de 3,7% em 1975 para 5% em 1978, o que permitiu qualificar melhor a sua atividade de acordo com os reclamos da ordem pública. Dispondo de alojamentos, salas de operações e de instrução, assim como outras dependências em níveis adequados, vendo melhoradas as condições físicas de seus quartelamentos e unidades

de saúde, a eficiência da força ganha em qualidade mercê, outrossim, dos padrões de formação de oficiais, sargentos, cabos e soldados, proporcionados pelos estabelecimentos próprios da corporação. Tudo isso, ainda, respaldado pelo novo Estatuto, que favorece sobremodo a renovação do efetivo, além de contar com modernas diretrizes de administração de pessoal.

Constatada foi, felizmente, uma diminuição dos índices de criminalidade nesses últimos anos, que, aumentando em 13% de 1975 para 1976, baixou para 8% em 1977, e para 4,8% em 1978, sempre em relação ao exercício anterior. Considerando o crescimento vegetativo dos centros urbanos, o inevitável êxodo rural, os problemas com a absorção da mão-de-obra não especializada, nas cidades, observa-se que o trabalho dos órgãos de segurança têm atendido, crescentemente, às necessidades da sociedade civil a que devota seus serviços.

SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS

O sistema financeiro estadual, centrado basicamente no complexo liderado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, na Caixa Econômica Estadual e no Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, com aporte valioso do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul – órgão interestadual – merece destaque por sua atuação como agente complementar de sustentação das finanças públicas e como indutor de nosso desenvolvimento econômico.

Preocupação primeira do Governo, neste período foi integrar as ações dos agentes financeiros, através da dinamização da Junta Financeira, organismo atuante e capaz de exercer eficaz supervisão e controle sobre os mesmos.

Da ação coordenada oferecida pelos Bancos e pela Caixa foi possibilitado, ao final de quatro anos, um retrato pujante da organização financeira, do qual ressaltam o crescimento vertiginoso dos depósitos e do capital social, o aumento do número de agências e ampliação dos recursos colocados à disposição dos mais diversificados setores produtivos, do primário ao terciário.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul – líder do sistema do qual fazem parte a Financeira, a Corretora, a Companhia de Processamento de Dados, a Companhia União de Seguros Gerais, a Imobiliária e a Companhia de Armazéns Gerais – apontou um aumento do seu capital social em 288% no quadriênio, de Cr\$ 417,1 milhões, em 1975, para Cr\$ 1.445 milhões, em 1978. Os depósitos cresceram de 1,4 a 7,18 bilhões de cruzeiros, evidenciando um aumento de 413%, enquanto os empréstimos totais foram incrementados em 580% (de Cr\$ 2,5 bilhões, em 1974, para 18,17 bilhões de cruzeiros em 31/12/1978). No que respeita ao número de agências, o BANRISUL contava, no final de 1974, com 176 casas, tendo alcançado 229 dependências. Destas, 22 estão em Porto Alegre, 186 no interior do Estado e 21 em outras Unidades da Federação. Quer dizer que no atual Governo, o Banco do Estado alcançou a média de uma nova agência por mês.

Por sua vez, a Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul obteve condizente gestão para os fins de assistência financeira a que se propõe,

desde os pequenos empréstimos individuais até o financiamento à casa própria, a juros baixos. Ao fim de 1978, os depósitos da CEE atingiam a Cr\$ 7,2 bilhões, enquanto o número de agências foi ampliado para 119, inclusive a nova Sede Central, inaugurada em 1978, e que veio centralizar as carteiras existentes.

O Banco do Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul foi instalado no atual Governo, iniciando as suas operações em setembro de 1975, com um capital de Cr\$ 50.000.000,00, ampliado em 1978 para 210 milhões de cruzeiros. Integrante do sistema nacional de bancos de desenvolvimento, o BADESUL aplicou, nesse período, Cr\$ 2,25 bilhões, através de 2.051 operações de crédito, com recursos provenientes do BNDE, Banco do Brasil, BNH, Caixa Econômica Federal e EMBRATUR. Ressalte-se a importância do BADESUL na execução de uma política de apoio financeiro à pequena empresa gaúcha, conforme programa em plena execução.

Por sua vez, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul registrou uma aplicação global, no período 1975/78, na ordem de Cr\$ 18,8 bilhões, dos quais 57% (Cr\$ 10,8 bilhões) foram financiados através da agência de Porto Alegre, e os demais 43% sendo canalizados através das agências de Curitiba e Florianópolis.

POLÍTICA FISCAL

Após o relato sobre as realizações mais expressivas da administração pública no quadriênio, creio útil uma menção aos aspectos que dizem com a realidade financeira vivida pelo Estado nestes últimos anos.

Na verdade, toda a atividade estatal depende intimamente dos recursos financeiros de que dispõe, para colimar os seus objetivos. E, nesse campo essencial, inevitável se torna apontar um quadro pouco alvissareiro, na medida em que a constante verificada é a perda de receitas por parte das Unidades da Federação, à vista dos critérios estabelecidos pela reforma tributária implantada no País a partir de 1967.

Redução da alíquota do Imposto de Circulação de Mercadorias, a principal fonte dos recursos com que contam os Estados; benefícios de ICM, como tais entendidos os mecanismos fiscais de apoio à exportação, as isenções, as imunidades, as reduções da base de cálculo, os prêmios sobre adjudicação de créditos de imposto; e desonerações do ICM no mercado nacional trouxeram inegáveis dificuldades financeiras ao Estado.

Apesar dos elevados propósitos desenvolvimentistas, que inspiram a política tributária adotada pelo Governo Federal, as perdas determinadas aos Estados têm conduzido a graves conseqüências.

O Rio Grande do Sul não tem fugido a essa regra, que atinge com maior ou menor efeito a todas unidades federadas. Se, por um lado, o nosso Estado apresenta uma economia das mais equilibradas do País, por outro, o seu tipo específico, tendente à exportação, o atrela de maneira inexorável aos impactos negativos do modelo exportador concebido para essa fase de nosso desenvolvimento.

Dado elucidativo desta realidade é o fato de a União ter arrecadado, em 1967 – último ano do antigo regime tributário – Cr\$ 5.026 milhões, e o nosso Estado Cr\$ 457 milhões, entre receitas fiscais e transferências federais. A relação estava entre o índice 100 e 9, respectivamente, para a União e o Estado. Em 1976, com a União arrecadando Cr\$ 155,5 bilhões e o Estado Cr\$ 7,8 bilhões, a relação passou a 100 para 5, isto é, uma redução de 45% entre o índice estadual verificado em 1967 para o de 1976. Efetivamente, os orçamentos estaduais passaram a sofrer um processo crônico de deterioração, e a busca de recursos, internos e externos, para suprir a defasagem entre receitas comprimidas e despesas rigidamente crescentes, acarretou uma elevação no endividamento do Estado, embora se mantenha dentro dos limites legalmente fixados.

Observe-se que esse endividamento cresceu de um índice 100, em 1971 (Cr\$ 1.004 milhão) para 997, em 1977 (Cr\$ 10.026 milhão), enquanto a receita de impostos acrescentou apenas de 100 (Cr\$ 1.549 milhão) para 706 (Cr\$ 10.945 milhões) no mesmo período.

Apesar dessas dificuldades, não deixou o governo de honrar fielmente os seus compromissos sociais mais importantes, especialmente no que tange ao pagamento pontual dos vencimentos do funcionalismo, mesmo com os reajustamentos anuais, que concedeu à vista da pressão inflacionária verificada no quadriênio. E não faltou, também, com persistente oferecimento de sugestões à área financeira federal, visando à correção das distorções detectadas, no que foi parcialmente exitosa quando, por força do Convênio ICM – 45/76, alcançou a absorção parcial, pela União, dos incentivos à exportação, tornada total a partir de 1º de janeiro de 1978.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

No quadro das dificuldades existentes, o complexo ato de governar veio a adquirir feições de adversidade, às quais somaram-se, especialmente nos dois últimos anos do quadriênio, fenômenos climáticos e outros de causa natural que agravaram ainda mais a situação do Erário Público. Refiro-me às cheias de 1977, que atingiram sobremodo as zonas sul e sudoeste do Rio Grande; às alterações da "maré vermelha", que, fato inusitado nesta região, assolaram o litoral atlântico sul do Estado; e ao longo período de estiagem, com ápices nos verões de 1978 e 1979, cuja extensão frustrou grande parte das colheitas de grãos, notadamente a soja e o milho, com graves conseqüências para a economia de promissoras regiões e para a própria arrecadação tributária estadual.

Nenhuma situação adversa, entretanto, deixou de ser enfrentada ao longo desse período, com equilíbrio e com tenacidade, mobilizadas que foram as forças comunitárias mais atuantes, o Governo Federal e o nível municipal, os poderes constituídos e a iniciativa privada, todos solidários e compreensivos em torno da necessidade maior de que o Estado viesse a superar essas fases críticas. Sobrelevando-se a todas elas permaneceram o espírito de luta, a acendrada vocação ao trabalho, a firme disposição de construir e de conquistar novas fronteiras que sempre caracterizaram o gaúcho do passado e que continuam a ser seu supremo apanágio.

Em virtude precisamente dessas qualidades é que posso entregar a condução da coisa pública rio-grandense a meu sucessor, dentro de breves dias, com um acervo substancial de realizações nos mais variados campos, da infra-estrutura material ao atendimento social imediato voltado ao homem.

Claro está que apreciaria ter podido realizar ainda mais do que foi feito.

Conforta-me a consciência de que pude cumprir com os meus deveres de governo. E que foram lançadas à terra algumas sementes que haverão de germinar em futuro não distante, quando abrirão perspectivas novas e mais amplas para o nosso desenvolvimento. Refiro-me aos grandes projetos como o do Pólo Petroquímico, o Complexo Carboquímico, a Metalurgia do Cobre, dentre outros, os quais, graças ao esforço das lideranças gaúchas e a compreensão e apoio do Governo Federal, estão sendo, um a um, todos concretizados. A ligação das bacias Jacuí-Ibicuí, cujo processo já se encontra em fase final de estudos e levantamentos, conforme os trabalhos desenvolvidos

por uma comissão mista Governo da União – Governo do Estado, em breve haverá de caminhar para projeto final, respondendo, assim, ao grande sonho que temos alimentado ao longo dos anos, e para o qual continuamos atentos.

Faço estas observações para concluir que, embora as adversidades com que nos temos defrontado, confio, mais do que nunca, no futuro de nosso Estado. O amanhã trará a resposta à sementeira de hoje.

Mas confio no futuro do Rio Grande, sobretudo porque o exercício do Governo me fez conhecer, ainda mais de perto, a tenacidade e coragem empreendedora da valorosa gente rio-grandense.

Nosso povo é o nosso maior patrimônio. Assistido e apoiado ele haverá de oferecer, com suas mãos, tudo o que possa para a construção de dias sempre melhores.

Ao encerrar estas considerações, desejo, Senhor Presidente, manifestar a Vossa Excelência e seus dignos pares o meu respeito e confiança na ação dessa Colenda Assembléia Legislativa. Essa é uma Casa essencialmente política, como político são os seus deveres.

Pois o País vive, nesta hora, um momento de construção política. Todos somos convocados para a tarefa de aperfeiçoamento de nossas instituições e do próprio regime com vistas à concretização da democracia acalentada na própria consciência de toda a Nação.

A tarefa é de todos. Cada um deverá oferecer o seu quinhão na soma que representa a opinião nacional. Mais do que nunca se haverá de colocar de lado aquilo que, por ser pequeno, apequena quem o propõe e desserve à Pátria comum.

Os nossos autênticos sentimentos, aqueles que nos vêm das raízes de nossa história, de nossos costumes, de nossa cultura, firmarão o traço do entendimento e da conciliação elevada, para a colimação de nossos sonhos maiores.

Creiam, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que sou reconhecido por todas as atenções que, ao longo de meu governo, recebi do Poder Legislativo do nosso Estado.

Sinval Guazzelli
GOVERNADOR DO ESTADO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

**RELATÓRIO SOBRE
A ATUAÇÃO DO SETOR PÚBLICO EM 1978**

1. AREA ECONÓMICA

1.1 AGROPECUÁRIA

A Secretaria da Agricultura, com atuação no setor econômico, tem por finalidade promover e coordenar em consonância com as diretrizes governamentais, a política de desenvolvimento do setor primário, através dos seguintes órgãos subordinados ou vinculados: CEPA, Supervisão Administrativa, Supervisão da Produção Animal, Supervisão da Pesca, Supervisão Agroflorestal, Supervisão de Comandos Mecanizados, Supervisão de Pesquisa e Instituto Rio-Grandense do Arroz.

Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA

A Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA – teve sua origem a partir dos estudos destinados a aumentar a eficiência da administração pública quando foi verificada a existência de superposição dos planos operativos nas diversas entidades então existentes, o que não constitui uma adequada alternativa ao planejamento integral da agricultura, dificultando os trabalhos de coordenação.

A criação de um órgão estadual de Planejamento Agrícola, vinculado ao Sistema Nacional, ensejaria a formulação de uma política estadual única, o que permitiria uma fácil distribuição de tarefas, visando reforçar o processo de formulação da política agrícola estadual, articular a formulação entre a política e a sua execução e as diversas unidades executoras.

A CEPA/RS desempenha as funções de planejamento agrícola, pesquisas sócio-econômicas, articulação administrativa, assessoramento técnico, formação de pessoal além da elaboração de relatórios anuais sobre a situação da agropecuária estadual.

Em 1978, a CEPA/RS, realizou trabalhos referentes a pecuária bovina no RS; análise de utilização de tratores agrícolas e colheitadeiras automotrizes no RS; análise econômica para identificar os fatores que originaram a atual crise da pecuária de corte no RS; custos de produção de trigo; diagnóstico da pesca no RS; estudos básicos para os subsídios no III PND e plano de desenvolvimento agrícola; implantação dos programas de comercialização dos produtos perecíveis no RS; levantamento de entidades de pesquisa no setor agropecuário; perdas econômicas do RS; proveniente da frustração da safra tritícola de 1977; Plano Anual de Produção e Abastecimento (PAPA – 1978); Plano Anual do Setor Público Agrícola (PASPAG – 1978); programa de classificação e tipificação de carcaça no RS; programa de desenvolvimento

para ovinocultura do RS; plano indicativo de pesquisa agropecuária; programa integração agropecuária do Litoral Norte; programa integrado de desenvolvimento do Litoral Norte – Programa de Hortifrutigrangeiros; programa integração lavoura-pecuária de modernização do setor agrícola; reassentamento de colonos em Coxilha Negra – Bagé –RS, suplementação e confinamento de bovinos; zoneamento agrícola do Rio Grande do Sul; e investigações básicas para implantação do sistema de controle e avaliação de atividades.

Organização e Apoio Agrário

À Secretaria da Agricultura cabe a atribuição de organizar e apoiar a infra-estrutura do setor agrícola, com o objetivo de imprimir um rápido crescimento ao mesmo. Neste sentido vêm sendo desenvolvidas atividades relativas a: abertura de poços; construção de açudes e barragens; obras de drenagem e irrigação; subsolagem e destocamento de lavouras; construção de vias de acesso dentro de propriedades rurais, pesquisa e prospecção de jazidas; legalização de áreas, assentamento de agricultores e pesquisas geográficas e cartográficas do Estado.

A exploração de águas subterrâneas, através de perfuração de poços é de grande importância para a agropecuária gaúcha, não apenas por atender à demanda de água potável necessária à sobrevivência do agricultor, como também para a alimentação do rebanho e uso nas lavouras em época de seca.

Durante o ano de 1978, foram perfurados 190 poços com 13.081m, sendo utilizados 178 poços com 12.414m e perdidos 12 poços com 667m.

Além do programa de perfuração de poços, que é o mais antigo da Secretaria da Agricultura, esta desenvolve também atividades relativas à construção de açudes e barragens com a finalidade de aumentar e regularizar as reservas superficiais de água para a irrigação agrícola, pastagens cultivadas, dessedentação pastoril e para minimizar os problemas de estiagem.

Em 1978, foram construídos 140 açudes, utilizando-se 7.981 horas; duas barragens com uma movimentação de 23.000.000 m³ de terra; 14 terraplenagens, totalizando 1.245 horas. Estas obras foram realizadas em 31 municípios.

A abertura de canais de drenagem e irrigação constitui atividade relevante de apoio ao setor primário e que é estimulada pela ação governamental, pois com o esgotamento das fronteiras físicas agrícolas, cada vez se torna maior a procura de terras para a exploração da agropecuária gaúcha. Existem áreas alagadiças que, através de uma tecnologia evoluída são passíveis de recuperação e conseqüente aproveitamento para a agropecuária.

No corrente exercício foram executadas obras de drenagem na ETA, em Viamão, empregando-se um total de 188 horas.

O destocamento de lavouras para permitir sua maximização e tornar mais econômica a produção agrícola, através do uso da terra para variadas culturas agrícolas, é outra atividade desenvolvida com o objetivo de facilitar as atividades do setor.

Atualmente, tal prática vem sendo utilizada em virtude das fronteiras físicas agrícolas terem se esgotado, ante a utilização de grandes áreas, especialmente com as culturas de trigo e soja.

Paralelamente ao destocamento, são realizados trabalhos de subsola-gem, objetivando a diversificação de cultura por parte dos produtores rurais, principalmente incentivando o plantio de árvores frutíferas.

No ano em curso, foram subsolados 168,10ha, salientando-se os municípios de Bom Jesus, São Francisco de Paula, Vacaria, Caxias do Sul, Ilópolis, Flores da Cunha, Lagoa Vermelha e Nova Petrópolis. Foram realizados 101 destocamentos, abrangendo 3.963 horas.

Com a evolução da tecnologia agrônômica aliada às potencialidades de calcário no Estado, a calagem é largamente empregada nas lavouras econômicas, ensejando resultados compensadores em termos de produtividade agrícola.

Esta circunstância determinou a necessidade de uma contínua e constante prospecção das jazidas, a fim de se avaliar o seu dimensionamento tendo em vista a viabilidade do seu aproveitamento econômico.

No ano de 1978, foram efetuados 4 furos, com 100m de perfuração.

À Secretaria da Agricultura, em decorrência de um convênio firmado com o INCRA, compete a legalização e legitimação das terras abrangidas pela Faixa de Fronteira do Estado (150km).

Em 1978, foram expedidos títulos visando a legalizar 1.107 propriedades adquiridas pelos agricultores; abrangendo um total de 8.513ha. Fizeram-se 185 concessões, num total de 11 contratos, abrangendo 1.051,41ha e 43 legitimações abrangendo uma área de 529,46ha.

Coube à Secretaria da Agricultura a demarcação da gleba de terras e loteamento que constitui a Fazenda Nova Esperança, o novo local onde foram assentados os agricultores oriundos da reserva de Nonoai. Esta Fazenda, localizada no município de Bagé, possui uma área total de 2.604ha.

A Secretaria da Agricultura, através da Unidade responsável pelos serviços de geografia e cartografia vem executando: mapas para plano rodoviário de prefeituras, mapeamento sistemático do Estado na escala de 1.100.000, mapas regionais agrícolas, coleta de elementos cartográficos relativos à fixação de limites territoriais à criação de novos municípios, além de outras atividades, em perfeito entrosamento com outros órgãos públicos (Fundação IBGE e Serviço Geográfico do Exército).

Objetivando possibilitar o escoamento de produção, a Secretaria da Agricultura oferece o serviço de construção de estradas, dentro das propriedades dos agricultores.

Em 1978, em Antônio Prado e Nova Petrópolis, foram construídos 45,9km de vias de acesso, em locais muito acidentados, onde predomina a atividade colonial.

Produção Vegetal

O Programa de Produção Vegetal, desenvolvido pelo Setor Público Estadual, através da Secretaria da Agricultura, IRGA e EMATER busca ao fomentar, promover, assistir e fiscalizar a produção vegetal, um melhor desempenho do setor agrícola gaúcho.

A atuação da Secretaria de Agricultura se faz sobretudo no sentido de atender às culturas de subsistência e pequenos produtores, face ao elevado número de propriedades agrícolas existentes no Estado, enquanto cabe ao IRGA, especificamente, a defesa da produção da indústria e do comércio do arroz.

A instituição da EMATER/RS levou a que a Secretaria da Agricultura transferisse as atividades de fomento e extensão, até então sob sua responsabilidade, para a nova instituição, passando a dar prioridade às atividades de defesa fitossanitária e de preservação de recursos naturais renováveis. Atuando em áreas específicas de conservação do solo, florestamento e reflorestamento, atende a um dos mais angustiantes desafios da estrutura agrária gaúcha.

Para o bom desempenho dessas atividades, fundamentais para o desenvolvimento do Setor Primário, conta, atualmente, a Secretaria da Agricultura com (5) cinco Regiões Agroflorestais, num total de 68 (sessenta e oito) agências assim constituídas:

- Região Agroflorestal Sul – Delegacia Regional de Pelotas;
- Região Agroflorestal Norte – Delegacia Regional de Três Passos;
- Região Agroflorestal Leste – Delegacia Regional de Taquara;
- Região Agroflorestal Centro – Delegacia Regional de Cruz Alta;
- Região Agroflorestal Oeste – Delegacia Regional de Alegrete.

Conta ainda, a Secretaria da Agricultura, com duas Coordenadorias que atuam especialmente em atividades de controle de qualidade do vinho e proteção dos bons produtos, bem como proteção de parques florestais e reservas biológicas.

Visando a equacionar os principais problemas no setor de produção vegetal foram desenvolvidos projetos e atividades nas áreas a seguir especificadas, no ano de 1978:

Defesa Sanitária Vegetal

- Inspeção Fitossanitária

Mudas Inspeccionadas

Frutíferas	12.425.849
Frutíferas silvestres florestais	46.290.269
Ornamentais	4.085.358

Extensão Rural (até maio de 1978)

Informações verbais	26.521
Informações escritas	90.427
Reuniões	740

Levantamentos Agrícolas

Produto	Área (ha)	Produção (kg)	Rendimento (kg)
Soja	3.767.576	4.155.636	1.103
Trigo	1.507.787	1.519.244	1.180
Milho	1.499.850	1.982.802	1.322

Conservação do Solo

Com o objetivo de promover o uso racional da terra, a Secretaria da Agricultura desenvolveu, em 1978, entre outras, as atividades normais de locação de terraços, locação de canais escoadouros, locação de estradas internas, bem como atividades de conscientização para solução dos problemas de preservação, melhoramento e recuperação de recursos naturais renováveis.

Das realizações nesta área, destacam-se:

Agricultores atendidos	3.001
Hectares atendidos	84.715
Locação de terraços (km)	12.511
Locação de canais escoadouros (nº)	3.905
Melhoramento de pastagens (ha)	37.911
Manutenção de terraços (km)	5.622
Distribuição de mudas florestais (nº)	280.000
Amostras de solo	1.207

Cabe ainda salientar o programa de recuperação de "Áreas desérticas de Alegrete", desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, onde foram recuperados 196ha de áreas mofedidas do Botucatu, no oeste gaúcho. Este programa classifica-se como um trabalho de envergadura, não só para o Estado como também pela repercussão no futuro em áreas granizadas do País.

Florestamento e Reflorestamento

O setor público estadual, na área de florestamento e reflorestamento, atua através da Secretaria da Agricultura visando organizar, promover e coordenar o fomento, a extensão florestal e a produção no âmbito do Estado, assim como promover o relacionamento entre as demais instituições públicas e o setor privado em campanhas e promoções afins.

Entre as principais realizações em 1978 citam-se:

Publicações:

- "Manual de Conservação do Solo"
- "Viveiros Florestais"

- “Guia de Viveiros”
- “Bosques e Quebra-ventos em Fazendas”
- “Cultura da Maçã”
- “Distrito Florestal”

– Operação Pinhão:

Informações Técnicas	1.300
Agricultores atendidos	420
Distribuição de mudas	200.000

– Foi realizada uma experiência no sentido de implantar 470 projetinhos (1,0 e 0,5ha) em pequenas propriedades, plantando-se 711.000 mudas às margens de rios, mananciais e barragens.

Preservação e Controle dos Recursos Naturais

O Setor Público Estadual nesta importante área atua no sentido de preservar os Parques Estaduais e Reservas Biológicas Estaduais, indicar áreas para preservação permanente e formular os programas e atividades que se refiram a defesa e preservação do ambiente natural, especialmente flora e fauna.

A manutenção das áreas verdes, e, por conseqüência, a preservação dos recursos floro-faunísticos determinam benefícios indiretos que são contabilizados a longo prazo, cuja influência se faz sentir na educação, recreação, pesquisa e conservação das belezas cênicas da natureza.

Entre as atividades desenvolvidas em 1978, enumeram-se:

- continuação ao programa de florestamento em áreas desintrusadas nos Parques Estaduais já implantados;
- recuperação e construção de postos de vigilância nos Parques Estaduais;
- posse da Reserva Biológica do Ibirapuitã;
- melhoria das áreas abertas à visitação pública: Salto do Tucumã e Porto Garcia no Parque Florestal Estadual de Turvo.

O IRGA, no que se refere à sua atuação relativa ao programa de produção vegetal, durante o exercício de 1978, na área específica de produção orizícola, destaca como principais atividades desenvolvidas:

– Publicações:

Anuário Estatístico do Arroz
Revista Lavoura Arrozeira

- Assistência Técnica e Extensão Orizícola
- Pesquisas e Experimentos:

Melhoramento genético, baseado em cultivares com alta capacidade de produção, boa qualidade e tolerância à brusone;

fertilidade do solo, levantamento dos níveis de H, P, K, Ma, Ha, Fa, níveis de Nitrogênio em diferentes cultivares e locais;

estudos de calibração de P e K, em Dom Pedrito e fósforos naturais em Cachoeira do Sul;

controle de plantas daninhas, com testes de produtos quanto à toxicidade;

controle com produtos químicos, com testes de eficiência, dosagem e épocas de aplicação.

A EMATER/RS, Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, sendo a principal instituição executora da assistência técnica e extensão rural no Estado, desenvolve atividades específicas na área de produção vegetal.

Produto-	Produtores Assistidos	Área de Ação (ha)
Arroz	5.741	292.225
Milho	186.472	1.013.236
Soja	233.812	3.135.066
Trigo	64.824	1.203.560
Uva	9.116	22.335
Fruticultura	11.328	31.484
Olericultura	6.669	13.800

Produção Animal

Os programas desenvolvidos pela Supervisão de Produção Animal, da Secretaria da Agricultura, estão voltados para os fatores que possibilitem o incremento da produtividade da pecuária gaúcha, baseado na defesa sanitária animal, no fomento e assistência aos produtores, no melhoramento dos rebanhos através da inseminação artificial e na promoção da pecuária rio-grandense.

A análise do Programa Produção Animal, no âmbito do Setor Público Estadual, é desenvolvida considerando os aspectos relativos à sanidade e ao Fomento em cada tipo de exploração, ou seja, bovinocultura, ovinocultura, suinocultura e avicultura.

Sanidade

A bovinocultura no RS apresenta alguns fatores positivos quanto à sua sanidade, que indubitavelmente estão contribuindo para o aumento da produtividade desta exploração pecuária.

Alguns projetos sanitários instituídos pelo serviço oficial trouxeram, durante o decorrer dos anos, reflexos altamente positivos em prol de uma exploração mais racional. Citam-se como exemplo, as campanhas de combate à Brucelose e Tuberculose, cujos índices de prevalência vão deixando de se constituir em obstáculos à produção, quer seja de carne, quer de leite.

Durante o ano de 1978, foram vacinados contra a brucelose 633.290 terneiros em 45.187 propriedades, abrangendo 130 municípios do Estado.

Destacam-se ainda as campanhas: Combate à Febre Aftosa, Combate à Brucelose, Erradicação da Sarna e Piolheira ovina, Combate ao Carrapato, etc.

Até outubro de 1978, foram atendidas 488 propriedades, onde houve constatação de febre aftosa. Foram vacinados 22.915.311 animais, emitidos 229.345 certificados, tendo sido movimentados 3.601.887 animais.

Preocupado com a incidência do carrapato no RS que constitui um dos problemas sanitários mais sérios que enfrenta a bovinocultura rio-grandense, o Governo do Estado, dentro de suas próprias disponibilidades financeiras, deu os primeiros passos ao combate a esta forma de parasitismo. Para isso instituiu um Programa de Combate aos Focos de Carrapatos existentes no Estado, mediante uma assistência técnica direta ao produtor e a realização de testes laboratoriais de amostras de banheiros carrapaticidas, que indicam ao produtor rural o produto específico para o seu rebanho.

Durante o ano de 1978, foram premunidos 411 bovinos reprodutores.

A atual administração, preocupada com as carências alimentares por que passam os animais durante o período de inverno, lançou o Programa de Integração Lavoura-Pecuária, visando que na associação destas duas atividades, a lavoura oferecesse condições à pecuária de diminuir este alto índice de mortalidade, não somente pela utilização dos resíduos e dos próprios grãos para a suplementação alimentar do gado nos períodos carenciais, como também pelo uso de maquinarias utilizadas na agricultura para a formação de reservas alimentares, seja através da produção de fenos, e ensilagens, como também pela implantação de pastagens artificiais.

O Serviço de Erradicação da Sarna e Piolheira dos Ovinos está perfeitamente consolidada no Estado, trazendo resultados expressivos à ovinocultura, tendo em vista que os índices de incidência, apresentados por estas duas parasitoses têm sido insignificantes no decorrer dos anos, não prejudicando pois a produção de lãs.

Em 1978, foram atendidas 30.142 propriedades, num total de 11.663.088 ovinos controlados, abrangendo 63 municípios produtores.

Quanto a suinocultura, até meados do ano de 1978, o aspecto sanitário do rebanho era bastante favorável, tendo em vista que as principais enfermidades nele incidentes estavam perfeitamente sob controle, pelo fato de serem postas em execução medidas profiláticas de alto alcance.

A partir do diagnóstico da incidência da Peste Suína Africana no Rio Grande do Sul, a situação sanitária do rebanho mudou.

As autoridades estaduais tomaram então medidas técnicas e administrativas com o objetivo de impedir a entrada da enfermidade no Estado, sendo instalados na fronteira com Santa Catarina 23 postos de controle de trânsito. Foram diagnosticados durante o ano 5 focos de peste suína africana nos

seguintes municípios: Três Passos, São Valentim, Gravataí e Porto Alegre – sendo sacrificados 1.190 suínos portadores da moléstia e indenizados seus proprietários.

Durante o ano de 1978, foi executado trabalho de identificação de reagentes positivos à brucelose em suínos com idade superior a 6 meses, em 45 municípios, tendo sido testados um total de 4.232 suínos.

O setor avícola do Estado, que tem apresentado nos últimos anos um incremento favorável, não possui problemas sanitários que venham a prejudicá-lo. As principais enfermidades que incidem no setor estão sob total controle, quer seja por iniciativa dos órgãos estaduais, quer seja por iniciativa privada.

O fato da avicultura no Estado estar sendo explorada de forma industrial, determina aos investidores cuidados especiais nos aspectos sanitários, pela manutenção em suas estruturas de pessoal técnico especializado.

Fomento

Para imprimir um maior desenvolvimento da pecuária do Estado, a Secretaria da Agricultura atua em várias áreas, estimulando o uso de técnicas, que, se realmente aplicadas, são capazes de aumentar a produção e a produtividade dos rebanhos.

Seleção Zootécnica

Objetivando selecionar animais geneticamente superiores e com alta capacidade reprodutiva, a Secretaria da Agricultura, através de suas Inspetorias Zootécnicas, participa ativamente na seleção dos rebanhos.

Em 1978, o número de animais apresentados para seleção atingiu um total de 34.159, tendo sido marcados 18.171.

Centro de Fomento à Produção Animal

Com a finalidade de transferir tecnologia aos produtores, foram criados 4 centros, nos municípios de Guaíba, Montenegro, Bagé e Livramento, onde desenvolvem trabalhos resultantes das pesquisas realizadas na Secretaria, dando oportunidade aos produtores rurais de adquirirem novas técnicas a serem empregadas em suas propriedades.

Nesses centros são desenvolvidos trabalhos relacionados a bovinos (corte e leite), ovinos, suínos, aves, coelhos, abelhas e forrageiras.

Exposições e Feiras

A Secretaria da Agricultura participa ativamente nesses eventos oficializados, quer seja pela promoção e organização, quer seja pela assistência técnica, com o objetivo de constituírem tais certames não apenas locais de comercialização, mas fundamentalmente para se transformarem em pontos de apresentação de exemplares de elevada qualidade zootécnica, incentivando, desta forma, a melhoria da pecuária do Estado.

Em 1978, a Exposição realizada no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, teve âmbito internacional, na qual foram inscritos 3.847 animais, com um movimento geral de venda de 1.347 animais, cujo valor total atingiu a Cr\$ 49.761.292,00. Durante esta Exposição, visitaram o Parque 225.936 pessoas.

Além deste evento, foram realizados no mesmo Parque a 2ª Exposição de Gado Leiteiro, a 2ª EXPOTUR, a 1ª FENAPETRO, e a 1ª Feira de Gado Devon.

No sentido de resolver o problema de 230 famílias de agricultores, aproximadamente 1.100 pessoas, provenientes da área indígena de Nonoai, a atuação do Estado se fez presente através da Secretaria da Agricultura, que cedeu as instalações do Parque Assis Brasil até que uma solução fosse encontrada para a situação desses agricultores. Durante os meses em que ali estiveram, foram-lhes ministrados cursos de treinamento em técnicas agrícolas e outros. Além da Secretaria da Agricultura, participaram também nesse sentido vários outros órgãos da esfera pública estadual, tais como a Secretaria do Trabalho e Ação Social e a Secretaria da Saúde.

Inseminação Artificial

O Estado, através da Central Rio-grandense de Inseminação Artificial, vem desde muitos anos fomentando o uso desta prática que, por ser mais econômica e tecnicamente recomendada, é capaz de provocar uma sensível alteração nos aspectos zootécnicos do rebanho rio-grandense.

Independente da atuação do setor público na inseminação artificial, várias firmas da economia privada difundem também este método de reprodução no Rio Grande do Sul, ensejando com isso que todo produtor rural tenha acesso a ele, seja através dos órgãos oficiais ou da iniciativa privada.

A Central Rio-grandense de Inseminação Artificial, até setembro de 1978, industrializou 128.003 doses de sêmen, atendendo a 94 municípios através de 121 postos de inseminação, onde foram fertilizadas 32.576 vacas.

Novilho Precoce

Considerando que a pecuária do Estado possui um dos mais baixos desfrutes da América do Sul, a atual administração, dentro do programa Integração Lavoura-Pecuária instituiu o Projeto Novilho Precoce que, em última análise, consiste em reduzir a idade de abate dos animais, proporcionando ao público consumidor uma carne de melhor qualidade e proporcionando, também ao pecuarista, um desfrute antecipado e, em conseqüência, um aumento de sua produtividade.

Tratando-se de um processo que visa a uma mudança radical nas formas criatoriais do Estado, o Governo vem incentivando e promovendo esta prática mediante a realização de Feiras de Terneiros, que se caracterizam como o marco inicial do projeto. A partir daí, os produtores incorporados ao programa são assistidos pelo Governo do Estado até a terminação e abate destes animais (terneiros) como novilho precoce. Embora seja um programa relativamente novo, os primeiros reflexos positivos já começam a aparecer, fato

este comprovado através de dados estatísticos existentes, demonstrando que o número de animais abatidos com idade de 24 a 30 anos tem sofrido um aumento considerável no decorrer dos anos.

Em 1978, foram realizadas Feiras de Terneiros em 14 municípios, nos quais 20.324 terneiros estavam inscritos, tendo sido comercializados 14.320, obtendo um preço médio de Cr\$ 2.096,00.

Pesca

Dentro de sua função precípua de programar, coordenar e executar direta ou indiretamente a política pesqueira estadual, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro, a Secretaria da Agricultura através da Supervisão de Pesca, tem a seu cargo a execução de projetos que visem ao desenvolvimento global do setor pesqueiro do Estado.

Neste sentido, foram desenvolvidos, por estes órgãos, projetos que buscam aumentar a produção e produtividade do setor, objetivando serem alcançados resultados positivos no que se refere à descoberta, captura e industrialização de novas espécies de pescado.

Em 1978, foi celebrado o contrato pelo Estado e a Pontifícia Universidade Católica, através da Secretaria da Agricultura e do Museu de Ciências Naturais, respectivamente, visando a manutenção e desenvolvimento do Projeto Tainha – Rio Grande.

Através do projeto seleção de Ambientes, foram implementados:

- posto de piscicultura na Barragem do Capari em Cachoeira do Sul
- posto de piscicultura na Estação Experimental de Águas Belas, Viamão
- implantação do Projeto Truta, na Estação Experimental Zootécnica de Vacaria. Nesta Estação Experimental foram introduzidos 5.000 alevinos doados pela Prefeitura Municipal de Lages, Santa Catarina.

Ainda no ano de 1978, foram vendidos 38.990 alevinos, tendo sido ministrada pelos técnicos da SUPESCA, toda a orientação sobre acondicionamento, transporte e colocação nos açudes.

Concluiu-se a reforma e reativação do laboratório de Piscicultura e o projeto do Atracadouro e Doca do Posto de Piscicultura.

Pesquisa Agropecuária

A agricultura gaúcha tem atendido de certa forma satisfatoriamente, à demanda por seus produtos. No entanto, seus níveis de produtividade são muito baixos, o que leva a crer que as potencialidades deste setor para o desenvolvimento não estão ainda sendo exploradas adequadamente. O Rio Grande do Sul, para atingir níveis mais elevados de produtividade agrícola, precisa redobrar esforços no sentido de ampliar o estoque de conhecimento para que a falta de informações não venha a retardar o seu desenvolvimento econômico.

A pesquisa agropecuária objetiva realizar estudos e investigações básicas ou aplicadas buscando soluções de problemas que se constituem em estrangulamentos na produção do setor primário.

Conta o Governo do Estado, neste setor de pesquisa, com a Supervisão de Pesquisa da Secretaria da Agricultura, da qual fazem parte (4) quatro Institutos e (14) quatorze Estações Experimentais.

A programação da pesquisa desenvolvida a nível estadual está compatibilizada com as programações de pesquisa das demais instituições, Universidade e EMBRAPA, sendo executada de forma integrada, com o objetivo de evitar paralelismo.

O Setor Público Estadual, na área de pesquisa animal, desenvolve suas atividades através do Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor e do Instituto de Pesquisa Zootécnicas Francisco Osório.

Cabe ao IPVDF conduzir as pesquisas referentes à Sanidade Animal, visando realizar diagnósticos e apontar alternativas para o controle das doenças dos rebanhos, enquanto o IPZFO realiza pesquisas e trabalhos experimentais, visando a solucionar problemas zootécnicos do rebanho animal gaúcho.

Sendo o IPVDF responsável pela pesquisa de sanidade animal, vem este Instituto desenvolvendo projetos nas áreas de parasitose, doenças infecciosas e toxicologia. Os trabalhos são executados na sede do Instituto em Guaíba e em Ijuí e Livramento por intermédio dos seus subcentros. As pesquisas, na sua maior parte, são com bovinos, suínos, ovinos e aves, mas atende também as demais espécies componentes do rebanho do RS.

O IPVDF possui laboratórios de Biologia Animal, Zoonoses, Febre Aftosa e Patologia Animal, dedicando-se principalmente à obtenção de produtos biológicos (vacinas e antígenos), diagnóstico e pesquisa. É feita também permanente coleta de amostras pelas Inspetorias Veterinárias que posteriormente são enviadas ao Instituto para estudos.

O IPVDF já alcançou inúmeras vacinas e antígenos, além de ter exercido trabalho de vigilância sanitária laboratorial e esclarecimento de diagnósticos.

Entre as principais atividades do Instituto, destacam-se:

- mapeamento parasitológico nas espécies animais de interesse econômico para o Estado, de forma a permitir o uso racional de vermífugos;
- desenvolvimento da produção de vacinas e antígenos diagnósticos;
- investigação da eficiência dos medicamentos, bem como do comportamento das vacinas;
- realização de estudos visando a melhorar, implantar ou criar tecnologia, para vacinas de uso veterinário.

No ano de 1978, foram desenvolvidos, entre outros, projetos de pesquisa nas seguintes áreas:

	Concluídos	Em andamento
Parasitose	4	4
Doenças infecciosas	9	5
Toxicologia	1	3

Cabe ressaltar que os principais trabalhos de pesquisa realizados pelo IPVDF se referem especificamente aos problemas de saúde dos animais de interesse econômico.

Neste sentido, estudos realizados no quadriênio 1975/78 indicam que no último ano a raiva bovina e a febre aftosa apresentaram baixo índice de incidência.

Entre os serviços prestados pelo IPVDF, no ano de 1978, citam-se as seguintes produções:

Vacinas (doses)

Brucelose	761.300
Papilomatose bovina (ml)	151.302

Antígeno (doses)

Card-test (ml)	36.673
Brucelose	425.500

Ao IPZFO está afeta a pesquisa zootécnica, desenvolvendo trabalhos nas áreas de bovinos de corte, forrageiras, bovinos de leite, suínos, ovinos e aves, com o objetivo de aumentar a produtividade dos rebanhos, através do melhoramento genético, do manejo e da alimentação animal.

Das atividades desenvolvidas no ano de 1978, destacam-se:

Projetos	Concluídos	Em andamento
Bovinos de Corte	2	15
Bovinos de Leite	-	1
Forrageiras	-	1
Suínos	1	1
Ovinos	-	6
Aves		2

No que se refere a testes de avaliação, foram atendidos muitos produtores em vários municípios do Estado, abrangendo os diversos rebanhos.

Foram determinados índices de produtividade de 41% nos cruzamentos Santa Gertrudes X Hereford, sobre a raça Hereford. O ensaio está sendo repetido com a raça Devon onde, se observa nítida superioridade dos produtos cruzas com guzerá e Santa Gertrudes, sobre os terneiros Devon.

Foram determinadas rações alternativas para reduzir o custo da alimentação para bovinos de corte, bem como para suplementação hiberna.

Quanto ao aspecto do manejo, estudos indicam que o desmame feito no início ou meio da temporada de cobertura promove o aumento da taxa de natalidade.

O IPZFO realiza, através de sua equipe de pesquisa de nutrição animal, análises relativas a determinações de umidade, proteína bruta, fibra Von Soest, lignina, parede celular, digestibilidade, cálcio, fósforo, tanino, sílica, energia bruta, magnésio, zinco e análises bromatológicas completas.

As pesquisas referentes à área vegetal estão a cargo do Instituto de Pesquisas Agronômicas e do Instituto de Pesquisas de Recursos Naturais Renováveis "Ataliba Paz".

Embora o estímulo econômico tenha aumentado as áreas cultivadas do Estado, o rendimento das principais lavouras ainda é muito baixo.

Somente a partir de novos conhecimentos, capazes de solucionar os problemas relacionados com a fertilidade, variedade, tratos culturais e fitossanidade será possível modificar o quadro de baixos rendimentos ora observados.

As atividades desenvolvidas pelo IPAGRO têm como objetivos para as principais culturas:

- criar e recomendar cultivares com alto rendimento, boas características agronômicas, resistência às principais pragas e moléstias, alta capacidade simbiótica e elevada qualidade industrial;
- promover a regionalização de cultivares para as diferentes regiões climáticas do Estado;
- determinar as melhores combinações de espaçamento entre linhas, população de plantas e épocas de semeadura sobre o comportamento agronômico de cultivares;
- determinar as relações entre tamanho da semente, densidade e profundidade de semeadura, fertilidade do solo e cultivares sobre a profundidade da cultura;
- determinar as melhores condições de cultivo quanto à época de semeadura, densidade, espaçamento e cultivares;
- quantificar a sensibilidade de cultivares a diferentes fotoperíodos em relação a variações diversas e noturnas de temperatura;
- levantar informações sobre a qualidade das sementes produzidas no Estado;
- pesquisar novos métodos, testes rápidos ou de outros índices de qualidade das sementes;

- estudar as características das sementes, especialmente de espécies inovadoras que permitam a sua identificação na análise de sementes de espécies cultivares no RS;
- determinar as práticas culturais que proporcionam um melhor controle da erosão, conservando a fertilidade do solo;
- realizar um levantamento das principais ervas invasoras e estudar um método eficiente e econômico de controle.

Entre as principais realizações do IPAGRO, na área de pesquisas e experimentos, citam-se:

- 15 projetos concluídos referentes a citrus (2), feijão (1), mandioca (1), milho e sorgo (2), olerícolas (1), soja (5), trigo (2), videira (1);
- 153 projetos em andamento referentes a citrus (10), feijão (16), frutos tropicais (1), mandioca (6), milho e sorgo (20), olerícolas (18), rosáceas (6), soja (33), tecnologia de sementes (3), trigo (21), videira (12), formiga cortadeira (3), sementes básicas (4);
- resultados de pesquisas em trigo demonstram a possibilidade de redução no uso de inseticidas;
- estabelecimentos dos cultivares de soja que respondem a altos níveis de fertilidade do solo e aquelas que são indiferentes às mudanças de níveis de fertilidade;
- recomendações de sistemas de semeaduras de soja, em linhas pareadas com rendimentos superiores em 15% aos sistemas tradicionais;
- execução de controle de qualidade de inoculantes para leguminosas na região Sul do país;

determinação de cultivares de maior produtividade para tomate, cenoura, feijão-vagem e couve-flor.

Ainda entre as atividades desenvolvidas pelo IPAGRO destacam-se:

- Análise de fertilizantes e corretivos (foram elaboradas 2.071 análises);
- Análise de solos (foram analisadas 21.300 amostras e 62.700 determinações em amostras);
- Análise de sementes (20.335 análises relativas a trigo, soja, arroz, feijão, milho, forrageiras e outras).

A atuação do Governo estadual na área de pesquisa em recursos naturais renováveis, através do IPRNPAP, tem o objetivo de realizar pesquisas básica e aplicada de utilização racional e preservação dos recursos naturais renováveis do RS. A programação de pesquisa do Instituto consta de estudos de: Nativas e Exóticas (Sementes Florestais, Erva-mate, Araucária, Palmito, Pinus, Eucalipto, Viveiros, Solos e Águas).

Atualmente estão em andamento 17 projetos nas áreas citadas, com os objetivos a seguir:

- testar os efeitos da erosão e de outros fatores de depauperamento dos solos, quantificando as perdas de solo, água e nutrientes, em diferentes sistemas de manejo e coberturas vegetais;
- determinar os índices de erodibilidade dos solos;
- selecionar espécies exóticas que melhor se adaptam às condições edofoclimáticas para as diferentes regiões do Estado;
- determinar as características físico-mecânicas de algumas espécies exóticas de valor comercial, visando a qualificar a madeira para o uso mais adequado;
- estabelecer indicações seguras para a escolha das melhores espécies florestais, destinadas aos reflorestamentos industriais;
- coletar as espécies de plantas existentes no RS (nativas e cultivadas);
- determinar as condições ótimas para a conservação de sementes de essências florestais;
- estudar tratamentos germinativos visando a superar a dormência das sementes;
- determinar métodos econômicos de beneficiamento e secagem de sementes.

Os trabalhos realizados nos 4 Institutos foram divulgados através de reuniões e Congressos, realizados no Rio Grande do Sul e outros Estados do Brasil, com a apresentação da pesquisa e outras contribuições técnicas.

Assistência Técnica e Extensão Rural

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural tem como objetivo a difusão de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica e social, visando a adoção de nova tecnologia que acelere o processo de desenvolvimento rural. Esta transferência se faz através de projetos voltados para o crescimento econômico – ações para aumento de produção e produtividade de rebanhos e culturas, e para o desenvolvimento social – ação integrada para promoção do agricultor de baixa renda, melhoria de suas condições de saúde, educação e nutrição, desenvolvimento comunitário e preparação de mão-de-obra.

A EMATER – Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, criada em 1977, é a principal executora do programa no Estado, tendo recebido das próprias instituições que a criaram – Secretaria de Agricultura, Ministério da Agricultura, EMBRATER, FARSUL, FETAG e OCERGS – o compromisso de estruturar e operacionalizar a assistência técnica e extensão rural no Estado.

Em 1978, a EMATER/RS continuou a tarefa de realizar a incorporação ou integração das instituições e organismos que atuam no campo de assistência, para evitar a dispersão de esforços e de recursos em instituições e atividades paralelas visando à mesma finalidade.

Contando com 140 escritórios locais, a EMATER possui uma área de atuação que abrange 167 municípios. Em 1978, a força de trabalho do órgão era composta de 492 técnicos locais, 38 técnicos a nível regional, 51 técnicos no órgão central, e 319 elementos na área administrativa. Foram orientados no mesmo ano 44.754 produtores de baixa renda e 24.909 produtores de média e alta renda.

A nível de Governo Federal, foram realizadas negociações entre o Ministério da Agricultura e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), visando a obtenção de um empréstimo destinado ao desenvolvimento da agricultura brasileira. Em maio de 1978, o Decreto Presidencial nº 51.629 autorizou o M.A. a contratar com o BIRD um empréstimo no valor de US\$ 100.000.000,00 a ser aplicado até 31 de dezembro de 1981.

Para cada Cr\$ 1,00 de origem estadual aplicado no Projeto EMBRATER-BIRD, a Associada, no caso a EMATER/RS, recebe Cr\$ 2,85 dos quais Cr\$ 1,50 da EMBRATER e Cr\$ 1,35 do BIRD, cruzeiro esse que funciona como um fator de efeito multiplicador da mais alta importância.

Os principais projetos da EMATER/RS referem-se a arroz, milho, soja, trigo, uva, fruticultura, olericultura, bovinos de corte, bovinos de leite, ovinos, suínos, sementes e mudas, capacitação de recursos humanos, capacitação de mão-de-obra, baixa renda do produtor, baixa renda do pescador artesanal e cooperativismo.

1.2 INDÚSTRIA

O papel do Setor Público Estadual, no que se refere ao setor industrial do Rio Grande do Sul, apóia-se fundamentalmente nas atividades da Secretaria da Indústria e Comércio e seus órgãos vinculados, cuja atuação está voltada no sentido de atender à promoção industrial, à produção industrial e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Promoção Industrial

O desenvolvimento desse subprograma consubstancia-se na realização de estudos e pesquisas com a divulgação de novas oportunidades de investimento, e na criação de condições de fortalecimento do parque industrial, tanto no que diz respeito à sua expansão como no que se refere ao aumento de produtividade em níveis compatíveis com o grau de competitividade do mercado interno e externo.

Além do desafio à industrialização e à complexidade de comercialização, foram atribuídos a esses dois setores objetivos específicos de correção de aspectos urbano-sociais, como oportunizar emprego para a crescente população urbana e contribuir para a correção dos desequilíbrios espaciais.

É neste sentido que se dá a atuação do Estado, tendo como elementos prioritários a pequena e média empresa, principalmente as que utilizam mais intensivamente mão-de-obra, e através do perfeito entrosamento governo-empresários propiciar apoio aos projetos de expansão e novos projetos, na busca de recursos, principalmente através de associações e, direcionar os investimentos para o interior do Estado.

Dessa forma, em 1978, a atuação do Estado foi dirigida para a consecução destes objetivos. Procurou a SIC, através de seus projetos, garantir a expansão das áreas e distritos industriais já existentes, impulsionar a expansão da indústria, a implantação de novas unidades produtoras e promover os produtos e as potencialidades gaúchas.

Objetivando a aproximação de eventuais interessados, no país e no Estado, no aporte de capital e/ou tecnologia, foram realizadas:

– a nível internacional:

- Jornadas Técnicas de Investimento no Exterior: Colônia, Londres, Madri e Milão;
- Missão Econômica ao Uruguai;

– e a nível nacional:

- II Expotur;
- II Encontro sobre Técnicas de Comércio Exterior.

A SIC, através de seu departamento técnico, procurou, dentro das prioridades fixadas, como a ocupação de espaços vazios; fomento e apoio à atividade empresarial; promoção de investimentos e tecnologia e ocupação das Áreas e Distritos Industriais; atender à solicitação dos empresários, incluindo breves estudos de mercado; levantamento de matéria-prima, alternativas de fornecedores de serviços, além de orientação sobre linhas de financiamento no sistema financeiro e consultas ao CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e Comércio.

Com destaque à busca de soluções e alternativas a fatores conjunturais/estruturais foram desenvolvidos durante o ano de 1978, os seguintes trabalhos:

– cadastro de pequenas Empresas Prestadoras de Serviços na Área Metal-Mecânica da Grande Porto Alegre;

– participação na comissão que elaborou análise da cultura do pêssego e de indústria de conservas;

– participação no Grupo de Trabalho para a elaboração de Perfil de Custos para o Leite tipo “B”, em conjunto com a EMATER, CEPA, Banco do Brasil S.A., Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura, DIPOA, FEE, juntamente com as empresas e associações de classe pecuária;

- grupo de trabalho sobre Sistema de Abastecimento a nível estadual, visando a encontrar as soluções mais viáveis e menos custosas para o abastecimento nas safras e entressafras;

- grupo de trabalho sobre o setor coureiro-calçadista, que contou com a participação de empresários da indústria coureiro-calçadista, visando a sugestões para o Acordo Intersetorial, que objetiva equilibrar as necessidades mútuas das empresas, no tocante às quantidades de couros destinados aos mercados internos e externos, sem que afete as quantidades para a industrialização, consumo interno e exportações de calçados brasileiros;

- cadastramento das instituições de pesquisa e tecnologia do Estado.

Como consequência da política de divulgação das potencialidades do Estado que a SIC vem desenvolvendo, o Estado tem sido continuamente visitado por missões de empresários estrangeiros que procuram novas opções de mercado para suas indústrias, bem como produtos para exportação.

Assim sendo, buscando orientar os interessados, tanto no encaminhamento e acompanhamento dos projetos a órgãos competentes, como na localização ideal para a instalação da nova empresa, e fabricantes dos produtos desejados, o setor de investimentos da SIC com o apoio das Prefeituras e das Associações Comerciais, está elaborando o Cadastro Industrial.

Foram visitadas até o momento as Prefeituras de Nova Petrópolis, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Farroupilha, Camaquã, Rio Grande, Pelotas, São Lourenço do Sul, Pedro Osório, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Rosário do Sul, Alegrete, Uruguaiana, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Taquari, Estrela, Lageado, Canoas, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Garibaldi.

Além das atividades realizadas diretamente através da Secretaria da Indústria e Comércio, outros órgãos ligados àquela Secretaria participam na consecução dos objetivos propostos pelas diretrizes básicas da política de desenvolvimento industrial do Estado.

Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Sul – CONDEI

O CONDEI reuniu-se uma vez no ano de 1978, para decidir a elaboração de um documento apontando as alternativas para a articulação do desenvolvimento industrial do Estado compatível com o atual estágio da economia brasileira. Foram ainda analisados 38 projetos, sendo 24 em Cachoeirinha, e em Gravataí, 2 em Rio Grande e 8 em áreas próprias, aprovados pelo Órgão Técnico para análise de projeto para implementação nos Distritos Industriais, assim como as Normas para Uso do Solo nos Distritos e Áreas Industriais.

Órgão Técnico para Análise de Projetos – ORTECAP

O ORTECAP reuniu-se 9 vezes no período de 1975 a 1978, tendo aprovado 42 projetos industriais, sendo 28 em Cachoeirinha, 4 em Gravataí, 2 em Rio Grande e 8 em áreas próprias.

FUNDOPEM/RS

O Fundo de Operação Empresa – FUNDOPEM é um instrumento de incentivo financeiro ao investidor. Por seu intermédio, o Governo Estadual pode subsidiar os custos financeiros dos investimentos industriais, assegurando boas condições aos projetos de interesse para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado.

O FUNDOPEM /RS, durante o ano de 1978, aprovou benefícios financeiros a juros subsidiados para as seguintes empresas: Olvebra S.A. (fab. leite) e Maltaria Navegantes S.A. cujo investimento global atingiu Cr\$ 305.384 mil, proporcionando um acréscimo adicional de 296 empregos.

Comissão Estadual da Indústria da Construção – CEICO

A Indústria da Construção em seus diversos segmentos e pelos insumos que nela intervêm, é do mais alto significado no equilíbrio sócio-econômico. E também a indústria da construção que absorve os maiores contingentes de mão-de-obra não especializada, sendo o primeiro estágio de aperfeiçoamento dessa mão-de-obra.

O Rio Grande do Sul, através de suas entidades de classe e profissionais, já há alguns anos empenhava-se na vinculação da Indústria da Construção a um organismo federal e também em âmbito do Estado. A criação da Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil em 1975, vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, concretizou também a criação da CEICO no Estado, vinculada à Secretária da Indústria e Comércio em 18/02/1976.

Durante o ano de 1978, os grupos setoriais da CEICO participaram em diversas atividades como julgamento de licitações, elaboração de anteprojeto de lei referente às licitações e cadastro de licitantes.

Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul – CEDIC

Atendendo à política governamental, cuja meta prioritária é a interiorização do desenvolvimento industrial, a CEDIC, através de uma sistemática de prestação de serviços, visa a estimular o crescimento sócio-econômico estadual, atraindo empresários de todos os setores que queiram realizar seus investimentos.

Dentro desse espírito, a CEDIC, através de serviços técnicos prestados a diversos órgãos da Administração Estadual, tem executado projetos e implantações de Distritos Industriais. No que se refere a este último item, vêm sendo agregados estudos preliminares de distritos industriais de porte médio, fora da Região Metropolitana de Porto Alegre, tais como o de Carazinho, Santa Rosa e Bagé, representando um contínuo esforço no sentido de ampliação do espaço de atuação da Companhia dentro da política de interiorização do desenvolvimento do Estado.

Distrito Industrial de Rio Grande

Destinado à instalação de indústrias leves e pesadas, especialmente fertilizantes, sal, cimento, cloro e derivados, siderurgia, metalurgia e produtos.

alimentares, o Distrito Industrial de Rio Grande constitui-se em parte integrante de um complexo portuário-industrial que, quando completar sua instalação, abrangerá uma superfície de 13.000 ha, sendo reservados ao Distrito Industrial, propriamente dito, cerca de 3.545 ha.

As obras de infra-estrutura neste Distrito iniciadas em 1975, estão ainda em implantação, e consistem na execução das vias vertebradoras do sistema viário, do sistema de adução de água bruta e do sistema de alimentação de energia elétrica (redes e subestação). Paralelamente, estão sendo elaborados os estudos e projetos das demais obras do DIRG.

Do sistema de adução de água bruta, foram abertos 4.000 m de canal dragado e no final do período foi contratado o restante da obra, compreendendo 25km de canal em concreto, cujo valor monta cerca de 1.400.000 ORTN, com prazo de execução de 30 meses a findar em maio de 1980.

Ainda no período, foi construído o prédio do Centro Administrativo, tendo como objetivo, nesta fase de implantação, propiciar maiores contatos da CEDIC com os empresários e a comunidade rio-grandina.

Apesar da infra-estrutura não estar completa, existem cerca de 200 ha em condições de serem ocupados. Atualmente, há quatro empresas em funcionamento, uma em implantação e outra em fase de projeto.

Distrito Industrial de Gravataí

O Distrito Industrial de Gravataí, cuja inauguração ocorreu em setembro de 1977, foi programado para abrigar indústrias que pertençam, preferencialmente, aos gêneros mecânico, metalúrgico e material de transporte. Sua 1ª etapa, com 306 ha, apresenta condições de ser totalmente ocupada, existindo atualmente no Distrito Industrial de Gravataí 3 empresas em funcionamento, 5 em implantação e 4 em projeto, com previsão de gerar, inicialmente, cerca de 4.600 empregos diretos.

Distrito Industrial de Cachoeirinha

A implantação das obras de infra-estrutura neste Distrito Industrial teve início em 1975. Ainda em fase de implantação, abrangendo todos os sistemas e oferecendo condições de ocupação às empresas, a 1ª etapa de 162 ha, está destinada a sediar empresas de pequeno e médio portes do ramo mecânico-metalúrgico, sendo sua grande maioria relocalizações dentro da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Das 36 empresas enquadradas até o presente, para ocuparem a 1ª etapa, 9 estão em funcionamento, 4 em implantação e 23 em fase de projeto. Estima-se que, numa fase inicial, tais indústrias gerem um total de 6.100 empregos diretos.

A 2ª etapa do Distrito Industrial de Cachoeirinha, de 100 ha, abrigará o Centro de Pesquisas da Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC, enquanto que a 3ª etapa, de 13 ha, está destinada à implantação de pequenas empresas.

Distrito Industrial de Santa Maria

A implantação das obras de infra-estrutura neste Distrito Industrial teve início em 1976. Está sendo implantada a 1ª etapa de 50 ha, estando previstas mais duas etapas de 50 ha cada uma e uma quarta de 100 ha, perfazendo o total de 250 ha, que corresponde à área total do Distrito. Paralelamente, está sendo elaborado o projeto completo dos 250 ha.

A 1ª etapa tem condições de ser ocupada, apesar da implantação da infra-estrutura estar em fase inicial. Foram terraplenados cerca de 2.000m de vias.

Existem neste Distrito, atualmente, uma empresa em funcionamento e duas em implantação.

Distrito Industrial de Alvorada-Viamão

Com o objetivo mais amplo de contrapor ao desenvolvimento atual do eixo norte-sul da Região Metropolitana (BR 116), um desenvolvimento leste-oeste no sentido de deslocar parte das pressões existentes sobre o primeiro para áreas contíguas ao segundo, o Distrito Industrial de Alvorada-Viamão destina-se notadamente a abrigar indústrias dos seguintes ramos: produtos alimentares, vestuário, material elétrico e eletrônico, mobiliário e mecânico. Estima-se para uma primeira etapa de ocupação uma oferta de 2.550 empregos diretos.

Encontra-se em fase inicial de estudos e projetos, enquanto é procedida a desapropriação de áreas.

Metalurgia do Cobre

O Grupo de Metalurgia do Cobre, desde a sua estruturação, em março de 1978, norteou a sua atuação na coordenação das atividades atinentes à implantação da Usina de Redução e Refino, em Rio Grande, realizando atividades de assessoramento e acompanhamento junto às diversas entidades responsáveis pela implantação da infra-estrutura necessária a instalação do projeto, e na realização de estudos que possibilitam a formação de todo um complexo integrado de transformação industrial polarizado pela Usina.

Assim, no período de 1º de março a 31 de dezembro de 1978, foram elaboradas publicações, trabalhos e outras atividades, tais como:

Publicações:

- Complexo Metalúrgico do Cobre no Rio Grande do Sul, edição em Português e Inglês;
- Folder - Divulgação do 2º Pólo Metalúrgico do Cobre, edição em Português e Inglês;
- Cadastro das Indústrias Produtoras de Manufaturas de Cobre e suas ligas;
- Uma abordagem Analítica das Indústrias de Transformação de Cobre e suas ligas, no Rio Grande do Sul.

Trabalhos e Atividades:

- realização do Plano de Atuação do Grupo de Metalurgia do Cobre;
- análise da Pesquisa do Setor Metal-Mecânico do Rio Grande do Sul, realizada pela SUDESUL, para elaboração de um fichário das indústrias consumidoras de cobre e suas ligas, para posterior atualização;
- atualização e complementação de dados do fichário, através de um programa de visitas a cerca de 80 empresas do setor;
- levantamento da produção e consumo de fios e cabos elétricos, no Rio Grande do Sul;
- realização de contatos com vistas à troca de informações e coleta de material técnico com o CEBRACO, SICETEL, CONSIDER, ABC, ABM, SINAEES, ABINEE, IBS e a nível Estadual com a Secretaria de Minas e Energia, CIENTEC, Escolas de Engenharia da UFRGS e PURGS e outras entidades;
- assessoramento permanente à Eluma, inclusive com fornecimento de informações gerais sobre a infra-estrutura do Estado e específicas para o projeto que encaminhou ao BNDE;
- realização de visitas especiais às empresas, com destaque no consumo e produção de artigos de cobre e suas ligas (COEMSA, INTRAL, Metalurgia Abramo Eberle S/A, Pirelli Sul e Trafo), com a finalidade de divulgar a implantação do 2º Pólo Metalúrgico do Cobre e adquirir conhecimentos sobre os processos e tecnologia destas indústrias;
- realização de trabalhos gerais de compilação de dados e organização bibliográfica.

Através da Central de informações e Análise Econômica, foram realizados os seguintes trabalhos pela CEDIC:

Informações:

- produção de couros, banhas, gorduras e óleos de origem animal no Brasil e RS;
- dados sobre os municípios de Rio Grande, Alegrete, Canela, Bagé, Uruguaiana, Jaguarão, Santana do Livramento e Santa Vitória do Palmar;
- produção de trigo e soja por município gaúcho;
- informações sobre o cobre e milho;
- produção de leite no Estado;
- informações gerais sobre cebola;
- dados referentes à cana-de-açúcar;
- número de indústrias localizadas no RS, com base na listagem do

ICM;

- produção e área cultivada de todas as culturas da Bacia do Jacuí.

Trabalhos:

- atualização do perfil agrícola da uva;
- levantamento do setor de material de transporte do RS;
- levantamento de informações sobre o Programa Nacional do

Álcool;

- aspectos sócio-econômicos dos municípios do RS;

Petroquímico;

- sinopse do programa nacional do álcool, a partir da mandioca;

- pesca no Rio Grande do Sul;

- pólo petroquímico do Rio Grande do Sul;

- comércio exterior – peixes, crustáceos e moluscos;

- carvão;

- confecção de mapas de todas as microrregiões do RS;

- publicação do enfoque global sobre a economia gaúcha;

- 2 edições do Boletim Informativo;

- elaboração dos perfis do trigo, milho, soja, mandioca, arroz, feijão, uva e outros.

Instituto Sul-Riograndense de Carnes – ISRC

O ISRC atua mais como órgão de representação do que como atuação executora ou comercial.

Sua função é de colaboração entre o Estado, a indústria e os produtores. Dos serviços que mantém atualmente, o mais importante é o de estatística, que fornece informações sobre a pecuária gaúcha.

Mantém excelentes informações sobre abate de bovinos, ovinos, suínos, aves, eqüinos e coelhos nos estabelecimentos sob inspeção federal, abastecimento e exportação de carne verde bovina e ovina, e variação de preço do gado de corte.

Produção Industrial

Este subprograma abrange o desempenho de cinco entidades supervisionadas, vinculadas à Secretaria da Indústria e Comércio. São elas: Central

Vitivinícola do Sul – VINOSUL S.A.; Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos – CORLAC; Produtos Gaúchos S.A. – PROGASA; Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA; e Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados – CRN.

Das cinco entidades, quatro estão voltadas para a transformação industrial de produtos de origem agropecuária, em consonância com a dominante base do setor primário, que caracteriza a economia gaúcha. A última das cinco entidades está voltando para a produção de insumos à lavoura.

Central Vitivinícola do Sul S. A. – VINOSUL

A VINOSUL tem como objetivo exercer atividades reguladoras e orientadoras no setor vitivinícola e da fruticultura em geral, em caráter supletivo à economia privada, através da pesquisa, experimentação, promoção e outras atividades, bem como de serviços diretos ou indiretos de acordo com suas finalidades e cuja execução interessa ao desenvolvimento do setor.

Contando com duas unidades industriais, nos municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves, a VINOSUL concentra mosto de uma das empresas privadas e adquire o excedente de uva, vinho e outros derivados, objetivando regular a oferta e manter preços mínimos no mercado, redistribuindo o produto pela venda aos vinicultores do Estado.

- Em 1978 foram adquiridos 48.446 quilos de uva no município de Lajeado, com vistas ao esmagamento em suas unidades industriais e procurando a recuperação daquela área produtora.
- Na atividade industrial da empresa, desenvolvida através das duas Unidades Industriais, foram operados neste exercício 10.000.446 l de mosto de uva. Além disso, a empresa comercializou 34.942 litros de concentrado de uva com as cantinas da região, para correção do teor alcoólico dos vinhos comuns.
- Foram também alvo de atenção as recuperações de parreiras abandonadas sendo reerguidas e implantadas novas plantações de videiras a pequenos produtores da região. Além disso, foram elaborados projetos para a implantação de sistema para evitar a poluição nas duas Unidades Industriais de Bento Gonçalves e Caxias do Sul, segundo as prescrições da Secretaria da Saúde do Estado, cujas obras deverão ter início no exercício de 1979.
- Em consequência do racionamento de água no município de Caxias do Sul, a Unidade Industrial deste município teve suas atividades paralisadas por vários meses, razão pela qual decidiu a Diretoria pela construção de uma barragem no arroio Maestra.

Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos – CORLAC

Cabe à CORLAC, como órgão da administração indireta, o papel de fomentar a produção de leite, através da assistência técnica ao produtor, suplementar a iniciativa privada, regular o mercado produtor e os preços do leite e seus derivados.

Atendendo a seus objetivos, a Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos tem procurado incrementar a produção de leite "in natura", além de aumentar substancialmente a produção de leite em pó, não se descuidando, no entanto, com os estoques reguladores do mercado e com o aumento do parque industrial, na busca incessante da auto-suficiência do setor lacto.

Em 1978, a CORLAC adquiriu 122.879.293 litros de leite "in natura", gerando recursos para o setor primário que atingem o valor de Cr\$ 389.686.483,00 e produziu 90.091.636 litros de leite pasteurizado; 2.429.279 kg de leite em pó; 1.712.681 kg de manteiga; 949.556 kg de queijo; 379.038 kg de creme de mesa; 146.976 kg de doce de leite; 4.668.905 copos de iogurte; 84.835 kg de requeijão e 49.571 kg de caseína.

Atividades desenvolvidas:

Atividades	Unidade/medida	Quantidade
Reunião com produtores	reunião/presença	145/3.491
Silagem	propriedade/t	181/6.798
Melhorias	instalação/propriedade	249/233
Aquisição máq. e equip.	compra/propriedade	187/123
Divisão pastagens	prop./potreiros	63/460
Fenação	propriedade/ha	94/231
Introdução de matrizes	propriedade/cabeça	207/1.175
Teste de tuberculose	prop./animais/positivo	275/3488/149
Teste de mamite	prop./animais/positivos	433/4472/1207
Custo de produção	Cr\$ (propriedades)	16
Controle de fertilidade	propriedades	16
Visita a produtores	visita	8.936
Consultas atendidas	consultas	5.089
Excursões com produtores	excursão/produtor	26/215

Demonstrações de métodos

A produtores	demonstração/presença	14/70
Divulgação	rádio/jornal	84
Inseminações realizadas	propriedades/inseminação	3.113/13.559

Financiamentos de insumos básicos feitos pela CORLAC a produtores:

rações	4.928.830 kg
sementes forrageiras	256.755 kg
adubos e corretivos	981.450 kg

Atividades do setor de produção:

produção de leite pasteurizado:	90.091.636 l
produção de leite em pó estoque regulador:	
– leite transformado	28.824.220 l
– leite em pó	2.429.279kg

produção de manteiga – estoque regulador:	1.712.681 kg
produção de queijo – estoque regulador:	
– produção CORLAC	390.592 kg
– adquirido de controladas	558.964 kg
produção de outros derivados de leite:	
– creme de mesa	379.038 kg
– doce de leite	146.976 kg
– requeijão	84.835 kg
– cascina	49.571 kg
– iogurte	4.668.905 copos.

Produtos Gaúchos S.A. - PROGASA

A PROGASA, localizada no município de São José do Norte, tem entre seus objetivos planificar, organizar e explorar as atividades de produção e industrialização de produtos alimentícios, especialmente os provenientes da agricultura, como a cebola, o alho e outros passíveis de serem desidratados.

Em razão da excessiva precipitação pluviométrica, o ano de 1978 foi marcado por uma frustração das safras agrícolas.

Exemplificando, a cebola, que é o principal insumo manipulado pela PROGASA, apresentou um índice de perdas da ordem de 70% de sua produção normal. O município de São José do Norte, que produzia anualmente aproximadamente 50.000 toneladas, apresentou, em 1978, uma produção de somente 24.000 toneladas. Este fato gerou sérios problemas para a empresa, pois a matéria-prima alcançou preços proibitivos para a industrialização e seu escoamento processou-se rapidamente em razão do pequeno volume produzido. Em razão de tal situação, as atividades da empresa foram resumidíssimas, tendo a produção alcançado, em 1978, somente 42.000 kg de cebola industrializada.

De fevereiro a agosto, quando iniciaram as colheitas de outros produtos, como a cenoura, repolho, couve, etc, a PROGASA, enfrentando um período de ociosidade, passou então a produzir sopas instantâneas, compostas de vegetais desidratados, que são destinados ao programa de alimentação escolar do Ministério da Educação e Cultura, Campanha Nacional da Merenda Escolar, com ótima aceitação na maioria dos Estados do Brasil.

Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA

A AGASA tem entre suas atribuições a cultura de cana-de-açúcar, a industrialização e a comercialização do açúcar e produtos subsidiários e derivados.

Durante o ano de 1978, foram plantados 437 ha, foi realizado tratamento de soqueiras em 883 ha e instaladas 118 lavouras especiais.

Em virtude da localização da plantação de cana-de-açúcar em encostas e locais de difícil conservação para escoamento da produção, a AGASA, em conjunto com a CINTEA, a Prefeitura de Osório e a de Santo Antônio, trabalham permanentemente na melhoria e abertura de estradas. No ano de 1978, foram construídas ou retocadas pela AGASA 71,90 km; pela CINTEA, 19,87 km e pela Prefeitura de Santo Antônio, 9,95 km de estradas.

A pesquisa e o experimento de variedades que mais se adaptam às condições locais de solo, clima, etc, é uma das preocupações constantes da AGASA que, graças ao apoio do Instituto do Açúcar e do Alcool, recebeu mais de 800 novas variedades de cana-de-açúcar, oriundas de grandes centros produtores mundiais, entre os quais Austrália, Havai, México, Índia, Argentina, Japão e Estados Unidos.

Até 13/12/1978, a produção de cana proveniente de fornecedores e de plantações próprias da AGASA havia atingido 102.186 toneladas: a produção de açúcar chegava aos 142.003 sacos e a de melaço, a 5.000 toneladas. No ano anterior, a produção de cana tinha atingido 128.431 toneladas, a de açúcar 187.265 sacos e a de melaço, 6.025 toneladas.

A queda de produção verificada foi decorrência direta, da forte estiagem ocorrida ao início do ano, em pleno período vegetativo da cana.

Companhia Riograndense de Nitrogenados – CRN

A CRN vem desenvolvendo esforços no sentido de implantação da sua unidade industrial. Posta em marcha a instalação da unidade industrial, a CRN, com o fim de atender os objetivos propostos e a demanda de nutrientes de Nitrogênio da Região Sul, produzirá, em 1982, operando a 80% da sua capacidade, 320.000 t/ano de amônia e 210.000 t/ano de uréia, e, em 1983, operando a plena capacidade, 396.000 t/ano de amônia e 264.000 t/ano de uréia.

Em decorrência da elevação do investimento requerido, o Governo do Estado, atualmente, conta com a participação acionária da PETROBRÁS S/A e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, através de suas subsidiárias, respectivamente, PETROBRÁS Fertilizantes S/A e FIBASE – Insumos Básicos S/A Financiamentos e Participações.

1.3 CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Programa Ciência e Tecnologia, dentro da Função Indústria, Comércio e Serviços, inclui a participação de três entidades: um órgão da administração indireta – Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC, um órgão da administração direta – Secretaria da Indústria e Comércio – SIC e uma entidade de direito privado em cuja criação há participação financeira do Estado – CEPAI – Centro de Pesquisa em Agroindústria.

Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC

O objetivo final da CIENTEC, entidade voltada ao desenvolvimento de pesquisas tecnológicas, é a implantação de tecnologia que promova o desenvolvimento industrial do Estado.

Para a consecução desta finalidade, suas atividades durante o período em análise abrangem tanto atividades-meio, como atividades-fim. As primeiras visam a criar condições para a execução de todas as atividades-fim, ou seja, todas aquelas vinculadas ao objetivo final da organização.

– Atividades-Meio: a principal atividade-meio em realização refere-se ao Plano Diretor da CIENTEC.

Esta atividade inclui o projeto para a elaboração do Plano Diretor da CIENTEC, prevendo a realocação das instalações do Órgão em ampla área situada adjacente ao Distrito Industrial de Cachoeirinha e distante cerca de 17 km da atual sede. Esta localização, além de resolver o problema crucial da área necessária para a expansão, servirá também para colocar a organização mais próxima dos problemas pertinentes às nossas empresas industriais.

– Atividades-Fim: a CIENTEC concentrou esforços na elaboração e execução de um total de projetos consubstanciados em alguns Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, cuja concepção procurou delimitar as áreas de atuação da entidade, cortando assim a pulverização de recursos, tanto humanos como materiais, e em Programas de Assistência Tecnológicas à Indústria.

As atividades desenvolvidas por estes Programas, sejam de rotina ou não, exigem, cada vez mais, recursos humanos altamente capacitados. Em resposta a esta exigência, criou-se, internamente, o Programa de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos.

A CIENTEC denomina programa ao conjunto de projetos e atividades específicas de cada setor de tecnologia, não correspondendo esta denominação de programa ao estabelecido na classificação orçamentária.

Pesquisa e Desenvolvimento

Pesquisa e Desenvolvimento em Agroindústria

Alguns setores foram selecionados pelo Governo Estadual por merecer prioridades nos problemas que apresentavam. Tais setores são os de carnes bovinas e ovinas, os de aves, indústrias de conservas vegetais, indústria de transformação de grãos, indústria de cana-de-açúcar, entre outros. O critério básico que norteou a seleção destes setores apoiou-se na identificação, como primeira prioridade, dos grupos de atividades que guardam entre si certas relações de interdependência e complementariedade, além de se relacionarem com as atividades primárias mais importantes do Estado. Todas elas se enquadraram na condição de indústrias que estão exigindo melhoramentos em suas instalações, ou introdução de processos que visem a aperfeiçoar qualitativamente as linhas de produção ou o fortalecimento da capacidade de inovação e, em alguns casos, algum aporte de melhoria sob aspecto higiênico-sanitário.

Já foram concluídos os seguintes projetos:

– Diagnóstico do Setor de Conservas Vegetais do RS, cujo objetivo principal era munir os empresários, governo e instituições financeiras de um documento fornecedor de elementos conclusivos para implementar a modernização e expansão do Setor;

- Avaliação da Qualidade de Conservas Vegetais, que visava fornecer subsídios às normas e padrões brasileiros para alimentos industrializados, no ramo das conservas e hortaliças, e das condições às indústrias de conservas do Rio Grande do Sul e do Brasil, uma vez elaborada a legislação específica e suas respectivas normas, de adotarem uma tecnologia adequada e ampliarem rapidamente suas exportações para países onde se tem verificado algum tipo de barreira:

- Tecnologia de Produção de Derivados de Soja, visando, basicamente: a oferecer ao País a possibilidade de diminuir as importações de trigo, que oneram substancialmente a Balança Comercial, mediante a utilização de misturas panificáveis, devidamente aceitas pela população, tendo a soja como componente; a aparelhar tecnologicamente o setor industrial de alimentos para responder, em tempo hábil, às necessidades de ampliação da oferta de insumos, antecipando-se a uma presumível inelasticidade da oferta desses produtos nos próximos anos; a desenvolver tecnologia nacional na elaboração de insumos de soja, possibilitando a industrialização de um produto primário, em produtos de maior valor agregado, aumentando com isso a renda interna do país e abrindo possibilidades de exportação.

- Defensivos I – Resíduos de Defensivos Agrícolas em Trigo e Soja.

Entre os múltiplos objetivos que este projeto visa a atingir, destacam-se, principalmente, a identificação dos resíduos de defensivos usados nos cultivares de trigo e soja, com suas implicações toxicológicas e prováveis repercussões na comercialização das colheitas destinadas ao consumo nacional e à exportação, provendo, dessa forma, as autoridades governamentais dos necessários subsídios para a implantação de legislação específica que estabeleça o uso seguro e eficiente dos compostos químicos fitossanitários, indicados para o controle das pragas, moléstias e invasoras das culturas de trigo e soja; dar cumprimento às atribuições definidas no II PBDCT delegadas à CIENTEC, onde são previstos o controle sistemático de resíduos em produtos agrícolas num mínimo de mil amostras por ano, nas diversas espécies produzidas no Rio Grande do Sul.

Estão em execução os projetos:

Soja II – Desenvolvimento de Produto e Pesquisa de Mercado.

Este projeto em execução pela CIENTEC objetiva ao desenvolvimento de formas de utilização de insumos de soja em produtos convencionais de alimentação, com base na proteína vegetal texturizada e nos concentrados protéicos engordurados; determinar os níveis máximos de utilização dos insumos básicos derivados da soja e reunir elementos para estudos sobre a viabilidade de instalação de fábricas produtoras dos insumos básicos derivados da soja do Rio Grande do Sul.

Amido I – Obtenção de Amido Pré-Gelatinizado – de Milho e Mandioca.

* Busca em linhas gerais o desenvolvimento de uma tecnologia nacional para a produção de amidos pré-gelatinizados obtidos por extrusão, com vistas a fornecer aos interessados o processo tecnológico completo para a produção de

amidos pré-gelatinizados em vários graus destinados a fins alimentícios e na composição de fluidos lubrificantes utilizados na perfuração de poços de petróleo, bem como fornecer subsídios para desenvolver a empresa nacional de maneira a reduzir os efeitos monopolísticos da empresa multinacional.

Foram elaborados os projetos:

Conservas I – Assistência Tecnológica ao Setor de Conservas Vegetais.

Este projeto elaborado pela CIENTEC busca, entre outros objetivos, detectar a nível de empresa os pontos de baixo rendimento e eficiência nas diversas operações das linhas de processamento; elaborar estudo de transferência de tecnologia com a finalidade de modernizar as diversas linhas de processamento, fortalecendo a empresa nacional através de uma competição de produtos de melhor qualidade e de mais baixo custo de produção.

Defensivos II – Resíduos de Defensivos Agrícolas em Arroz.

Congregando dados de resíduos de defensivos na colheita final da lavoura do arroz, este projeto procura diagnosticar a verdadeira situação do problema toxicológico atual para, através do estabelecimento dos níveis de resíduos, estabelecer parâmetros para evitar o uso inadequado dos defensivos.

Defensivos III – Resíduos de Defensivos Agrícolas em Horticultura e Fruticultura.

A realização de tal projeto visa, antes de mais nada, a proporcionar subsídios para que os órgãos competentes possam estabelecer uma política de atuação na área referente à aplicação de defensivos em produtos hortifrutigranjeiros.

Defensivos V – Controle Sistemático de Resíduos de Defensivos Agrícolas em Trigo e Soja.

Este projeto visa a fornecer às autoridades governamentais subsídios que possam adequar a política do setor, no sentido de minimizar os problemas decorrentes da aplicação indiscriminada e generalizada de elevada tonelagem de diversos compostos químicos defensivos, usados ainda inadequadamente, capazes de afetar profundamente o equilíbrio biológico, o meio-ambiente e a sanidade das colheitas.

Frigorificação I – Resfriamento, Congelamento, Estocagem e Descongelamento de Carne Bovina.

Trata-se de um estudo do congelamento e descongelamento da carne bovina visando, especificamente, a melhorar a qualidade do produto e detectar as principais causas que prejudicam a qualidade, bem como verificar a influência das variações de temperatura sobre a qualidade da carne, face às condições de armazenamento.

Frigorificação II – Resfriamento de Frutas de Clima Temperado e Hortaliças.

Objetiva a determinação do ponto ótimo da colheita, das principais variedades de maçã, além de cebola e batata visando a identificar as condições frigoríficas a serem aplicadas com a finalidade de reduzir os distúrbios fisiológicos e prolongar a vida útil de armazenagem.

Amido II – Obtenção de Amido Pré-Gelatinizado de Sorgo.

Com este projeto visa-se a desenvolver um processo adequado e econômico para obter-se amido a partir de sorgo e, após a obtenção do amido, à semelhança dos amidos de milho e mandioca, serão realizados estudos em equipamento nacional existente na CIENTEC para otimizar os parâmetros de obtenção de amido pré-gelatinizado.

Foram identificados os seguintes projetos:

Desmame de Bezerros - “Obtenção de sucedâneos de leite para amamentação de bezerros com base em produtos vegetais, destacando-se a soja”.

Glicose – “Obtenção de glicose a partir do sorgo”.

Defensivos IV - “Resíduos de defensivos agrícolas na fauna silvestre do RS”.

Defensivos VI – “Resíduos de defensivos agrícolas em derivados de origem animal”.

Frigorificação III - “Aproveitamento de subprodutos do abate de bovinos e da frigorificação de carnes”.

Conservas II – “Desenvolvimento de novos produtos”.

Pesquisa e desenvolvimento em carvão

O objetivo básico do Programa Carvão, da CIENTEC, é o desenvolvimento de tecnologia industrial para utilização adequada e eficiente dos carvões brasileiros, como fonte de energia, como redutor siderúrgico e como fonte de matérias-primas de grande importância industrial.

Pretende, com isso, contribuir decisivamente para um aproveitamento racional, muito mais amplo, das imensas reservas brasileiras de carvão mineral, cuja importância estratégica para o desenvolvimento nacional cresce a cada dia que passa. São ainda objetivos desse Programa a obtenção de informações atualizadas e completas sobre nossos carvões, sob suas características físicas, químicas e petrográficas e sobre seu comportamento tecnológico em diversas formas de utilização, como combustão, carbonização, gaseificação, liquefação, etc, bem como a formação de especialistas de alto nível de trato dos processos que envolvem esta ampla gama de possibilidades de utilização dos carvões minerais.

C.I.C. – I: Centro de Informações sobre o Carvão.

Este projeto, já concluído, objetiva a implantação de um centro de informações sobre o carvão, captando a nível internacional e distribuindo a organismos interessados no Brasil informações sobre Ciência e Tecnologia do Carvão.

Encontram-se em execução pela CIENTEC os seguintes projetos:

CIVOGÁS: Gás de Baixo Poder Calorífico.

Este projeto objetiva desenvolver um processo de geração de gás de baixo poder calorífico com a utilização de carvões de alto teor de cinzas (carvão "run of mine" e carvão vapor) como fonte de carbono e como agentes gaseificantes de ar e vapor d'água. Como resultado do processo, pretende-se obter um gás combustível que possa substituir na indústria o uso de combustível derivado de petróleo. O processo será desenvolvido em uma planta-piloto que permitirá a determinação das escalas econômicas do processo.

CICOM: Obtenção de Vapor e Energia Térmica por Combustão Fluidizada.

O projeto pretende o desenvolvimento de um protótipo de demonstração (unidade-piloto comercializável) de tecnologia de combustão fluidizada de carvão nacional construído de tal maneira que com pequenas alterações permitisse a geração pura e simples de calor industrial, pela utilização dos gases gerados na combustão, visando à substituição do uso de óleo combustível em fornos e fornalhas industriais; e a geração de vapor, tendo em vista a substituição de caldeiras convencionais a óleo combustível.

Foram elaborados os seguintes projetos:

CIGÁS: Gaseificação de Carvões Brasileiros.

Objetiva desenvolver um processo de gaseificação de carvões brasileiros com altos teores de cinza, visando a obtenção de um gás que possa ser usado na redução de minério de ferro ou na produção de amônia e metanol e, eventualmente, como gás combustível.

Ainda como resultado do processo, evitar a operação prévia de beneficiamento de carvão, o qual é indispensável (embora em certos casos, onerosíssima) desde que se pretenda usar a tecnologia disponível para a gaseificação de carvões.

CACB: Caracterização e Amostragem de Carvões Brasileiros.

Através de análises e ensaios de amostras de todas as jazidas significativas de carvão do País, preparadas e repetidas conforme critérios estatísticos, este projeto visa a obter os dados necessários a:

– fixar uma norma de amostragem que se aplique aos carvões nacionais de maneira satisfatória e capaz de atender às especificações;

– obter dados e subsídios para a caracterização tecnológica e científica dos carvões brasileiros e sua respectiva classificação.

Em virtude do grande volume de material a ser manipulado e do trabalho exigido para atingir os objetivos do menor espaço de tempo possível, optou-se pelo escalonamento do referido em três etapas:

1ª etapa – Caracterização dos carvões atualmente em exploração comercial no Rio Grande do Sul (CACB I).

2ª etapa – Caracterização dos carvões atualmente em exploração comercial em Santa Catarina e Paraná (CACB II).

3ª etapa – Determinação de um critério de amostragem representativa dos carvões atualmente em exploração comercial no sul do Brasil (CACB III, a ser executado em 1980).

C.I.C. – II: Centro de Informações sobre o Carvão.

Implementação do Centro de Informações sobre o Carvão, dando continuidade às etapas desenvolvidas anteriormente e ampliando os serviços de disseminação de informação.

Foram indentificados os projetos abaixo:

BENEF – “Otimização do aproveitamento dos carvões nacionais através de novas técnicas de beneficiamento”;

SECAR – “Secadores de fumo a carvão mineral”;

BRIQUETAGEM – “Processo para a obtenção de Briquetes de carvão que permita o aproveitamento dos finos rejeitados em outros processos”.

Pesquisa e Desenvolvimento em Petroquímica

Este programa objetiva apoiar tecnicamente as empresas de 2ª geração do Pólo Petroquímico através de:

– projetos de “nacionalização” de processos e de produtos químicos que constituam insumos dessas empresas, bem como criação de fontes alternativas para o suprimento desses materiais, no País;

– projetos de desenvolvimento de novas aplicações para os produtos de linha (existentes) e participação no processo de desenvolvimento de novos tipos;

– suporte analítico diversificado para trabalhos de identificação e avaliação de matérias-primas, intermediárias e produtos;

– apoiar tecnicamente as empresas transformadoras de borracha, resinas e plásticos, bem como as fabricantes de tintas, localizadas na região, com vistas à melhoria na qualidade dos produtos elaborados e à expansão de linhas de fabricação;

– apoiar tecnicamente as indústrias químicas, localizadas na região, com o objetivo de capacitá-las a fabricar insumos químicos requeridos pelas unidades de 2ª geração do Pólo Petroquímico, bem como aqueles com aplicação no amplo campo da “química fina”.

Projeto Avaliação da Qualidade dos Solados de Borracha (1ª Etapa – Solados Compactos)

Este projeto, já concluído, tinha por objetivo, entre outros, estabelecer parâmetros que permitissem avaliar e especificar a qualidade dos solados de borracha destinados às indústrias de calçados do Rio Grande do Sul, a fim de impedir que as exportações deste manufaturado sejam prejudicadas pelo envio de produtos de baixa qualidade, causando prejuízos à imagem do calçado brasileiro.

Está em execução a 2ª etapa deste projeto, referindo-se a solados microcelulares.

Foi identificado o projeto “Desenvolvimento de processos para a síntese de produtos químicos”.

Pesquisa e Desenvolvimento em Eletrônica e Metalúrgica

Este programa tem por objetivo realizar pesquisa e desenvolvimento na Área Eletromecânica e Metalúrgica com base em necessidades e oportunidades regionais, que sejam relevantes do ponto de vista de prioridades estaduais e nacionais estabelecidas.

Já foram elaborados os projetos:

DANO – Minimização dos Danos Mecânicos Causados aos Grãos Agrícolas pelos Equipamentos de Movimentação e Transporte.

O objetivo básico do projeto é o aumento da produtividade agrícola, graças ao aprimoramento tecnológico dos equipamentos de movimentação e transporte de grãos.

Este aumento deverá ser conseguido minimizando-se as perdas nos lotes, direta ou indiretamente causadas pela existência de grãos mecanicamente danificados pelos equipamentos de movimentação e transporte.

TRANSGRANO – Determinação das Causas da Diminuição da Qualidade de Lotes de Grãos Agrícolas durante o Transporte Origem-Destino Final e Identificação das Medidas Corretivas mais Adequadas.

Este projeto tem por objetivo determinar as causas da diminuição da qualidade de lotes de grãos agrícolas durante o transporte desde a origem até o destino final e identificar as medidas corretivas mais adequadas.

O Projeto TRANSGRANO terá campo de ação bem mais amplo que o do projeto DANO. Enquanto que no último a pesquisa é específica para os equipamentos de movimentação e transporte (fitas transportadoras, “redlers”,

roscas transportadoras e elevadores de caçambas), o projeto TRANSGRANO atuará no transporte como um todo, analisando o armazenamento intermediário, métodos e procedimentos de carga e descarga de caminhões, navios e vagões, carga e descarga de silos, adequação das unidades armazenadoras, equipamentos de movimentação e transporte, etc.

TURBAM – Uma alternativa para o Transporte Urbano de Massa a partir de Componentes fabricados pela Indústria Nacional.

O objetivo do “projeto TURBAM” é o de desenvolver tecnologia que permita a construção imediata de um sistema para transporte coletivo urbano pela indústria brasileira existente, aplicável às necessidades mais urgentes do País e de acordo com a realidade econômica atual.

SEARA – Semeadura Aérea de Arroz.

Objetiva desenvolver a tecnologia da semeadura aérea de arroz, quanto a equipamentos e demais elementos associados.

Foram identificados os projetos:

AGROGIRO – “Autogiro para pulverização agrícola aérea com produtos UBV”.

SOLAR – “Determinação da quantidade de energia solar disponível e captável, na forma de calor, por intercambiadores planos em Porto Alegre”.

Pesquisa e Desenvolvimento em Construção Civil

Tem por objetivo preparar, com antecedência, tecnologias apropriadas às diversas fases de desenvolvimento econômico pelas quais deverá passar a economia do País, com as finalidades de diminuir os “deficits” habitacionais e adequar o ramo da Construção Civil aos demais ramos industriais, tendo em vista que o desenvolvimento de tecnologia possibilita que se verifiquem aumentos na renda.

Foram elaborados os projetos:

ARGIPAN – Argila Expandida.

Objetiva a obtenção de agregados leves a partir de argilas, abundantes na região da Grande Porto Alegre, para uso em concretos de vedação e estrutural, bem como a verificação da viabilidade técnico-econômica da implantação de uma indústria de agregados leves nesta Região.

SICAL – Silico-Calcários.

O objetivo do projeto de pesquisa é a realização de estudos e trabalhos experimentais em laboratório e em escala piloto, visando a estabelecer as bases para a fabricação de elementos de construção sílico-calcários, utilizando matérias-primas abundantes na região.

MAGEPOA – Mapeamento Geométrico da Grande Porto Alegre.

Tem por objetivo a criação de uma central de dados sobre o meio físico da Grande Porto Alegre que, através de mapas interpretativos, enfoque aspectos tais como: aptidão para fundações; suscetibilidade à erosão e degradação; estabilidade; caracterização e classificação de solos, etc, possa fornecer subsídios básicos para o desenvolvimento futuro de projetos de engenharia, com sensíveis reduções de custos.

Foram identificados os projetos:

CAGERAL – “Caracterização Geotécnica das rochas constituintes da Formação Serra Geral”.

AGREGADOS LEVES – “Obtenção de agregados leves a partir de misturas de cinza de carvão mineral, argila e calcário ou de argilas expansíveis”.

HABIPOP I – “Estudo do aproveitamento do Solo-cimento na produção de habitações populares”.

HABIPOP II – “Desenvolvimento de protótipos habitacionais de padrões populares e médios”.

Pesquisa e Desenvolvimento em Controle de Poluição.

Este programa da CIENTEC tem como principais objetivos o desenvolvimento de uma tecnologia para solucionar problemas de poluição de origem industrial, significativos (do ponto de vista econômico e ecológico) e características da região; a atuação da CIENTEC, como Instituição geradora e repassadora de tecnologia para empresas regionais de pequeno e médio portes; o estabelecimento de cooperação técnica com outras entidades do setor público e privado (nacionais e internacionais) com relação a produtos aplicados ao controle de poluição.

Houve a identificação dos seguintes projetos:

Águas Residuárias – “Avaliação técnico-econômica de processos de tratamento de águas residuárias de curtumes”.

DBO₅ – “Recuperação de proteínas e gorduras de águas residuárias da indústria de alimentos com redução de sua demanda biológica de oxigênio”.

Carvão – “Tratamento de gases e resíduos”.

Assistência Tecnológica à Indústria

Este programa tem entre seus principais objetivos proporcionar suporte técnico à indústria nacional mediante a realização de ensaios, análises, vistorias, testes de desempenho; executar serviços de controle e certificação da qualidade industrial; prestar assessoria de Controle de Qualidade, em áreas consideradas prioritárias para a economia gaúcha; e atuar na esfera de extensão industrial, tendo em vista preferencialmente uma colaboração estreita com os organismos de apoio às pequenas e médias empresas.

Até 30/11/1978, foram prestados pelo Programa, os seguintes serviços: 3.241 ensaios e trabalhos especiais, 32.562 análises e ensaios; 8.023 laudos.

Aperfeiçoamento de Recursos Humanos

Através deste Programa, que se reveste de fundamental importância para toda e qualquer instituição de pesquisa, pretende a CIENTEC qualificar e fornecer os meios humanos para o atendimento, cada vez melhor, da demanda dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e do de Assistência Tecnológica à Indústria, através dos quais são executadas as atividades-fim da organização.

Até o ano em curso, já foram formados, a nível de mestrado, em diversas Universidades do Brasil, 12 técnicos do quadro permanente de pessoal da CIENTEC.

Como suporte à indústria e entidades governamentais, somente no ano de 1978, a CIENTEC forneceu estágios para técnicos da NUCLEBRÁS, DNER, UFSM, CEEE, CPRM, COSIPA, IPVDF, Secretaria de Agricultura, Olvebra S/A, Estaleiro Só, Cerâmica Kipper Ltda., Secretaria da Saúde, Grupo de Assistência aos Trabalhadores do Carvão.

Ciência e Tecnologia

O programa Ciência e Tecnologia da SIC consta de um subprograma denominado "Promoção e Transferência de Tecnologia" que tem como objetivos: – Formular políticas de desenvolvimento tecnológico industrial, objetivando a adequação de técnicas correspondentes, inovadoras, ao estágio atual de desenvolvimento brasileiro; – buscar a diminuição das importações através de avanços tecnológicos e proporcionar maior participação da empresa gaúcha no mercado internacional pelo aprimoramento qualitativo dos exportáveis; – divulgar todas as informações concernentes ao processo de desenvolvimento tecnológico.

Através da CEDIC e CEBRAE, foi implantada, recentemente, a Bolsa de Subcontratações, estando em pleno funcionamento. Foram realizadas jornadas setoriais e microrregionais nos setores metal-mecânico e doces e conservas, além de uma jornada internacional, apresentando excelentes reflexos na motivação e na procura de melhoramento tecnológico do parque industrial local.

Centro de Pesquisas da Agroindústria – CEPAI

Com o objetivo de desenvolver tecnologia industrial no setor de alimentos e bebidas, foi constituído em 09/05/1978 o CEPAI, com finalidade iminentemente técnica no ramo da agroindústria de alimentos e bebidas a nível regional.

Atualmente estão sendo discutidos e definidos diversos projetos e convênios, a nível de comitês técnicos que compõem o Centro de Pesquisas da Agroindústria.

1.4 SERVIÇOS ECONÔMICOS

Comércio

Os programas governamentais de comércio visam a desenvolver estudos, pesquisas e análises de mercado e à programação da comercialização dos produtos gaúchos tanto no mercado interno como externo, sendo a Secretaria da Indústria e Comércio o órgão coordenador da atuação estatal neste setor.

A SIC vem desenvolvendo diversas atividades com o objetivo de assessorar as empresas gaúchas com vistas ao mercado externo e integrar todos os órgãos estaduais capazes de apoiar o empresário gaúcho, principalmente o de pequena e média empresas, em sua participação no mercado internacional.

Com a finalidade de exercer o assessoramento ao Secretário da Indústria e Comércio, nos assuntos ligados direta ou indiretamente aos problemas de informações dos níveis de produção e comercialização de âmbito nacional e internacional, foi criada a Assessoria ao Comércio Internacional, tendo entre suas atribuições: opinar sobre projetos que se relacionam com o comércio internacional, coletar, classificar e analisar informações, dados estatísticos e criar, tanto interna como externamente, condições que favoreçam aos exportadores.

– O Programa Estadual de Apoio a Exportações – PAEX foi criado com o intuito de desempenhar uma função complementar em relação às iniciativas tomadas para a abertura de oportunidades no mercado externo e através de investimentos estrangeiros. Tem como filosofia norteadora a integração de todos os órgãos estaduais que possam apoiar o empresário gaúcho, principalmente pequeno e médio, na sua abertura para o mercado externo.

Integram o PAEX, 14 órgãos: SIC, Secretaria da Fazenda, SCP, FIERGS, BANRISUL, BRDE, BADESUL, BANTRADE, CIENTEC, CEAG, FDRH, CEDIC, FETAG e Federação das Associações Comerciais.

Tendo iniciado suas atividades no 2º semestre de 1977, vem desenvolvendo os seguintes trabalhos:

- atendimento a empresários no que se refere a informação, orientação e assessoria;
- difusão dos conceitos bancários do comércio internacional, política de apoio à exportação e gerência de negócios internacionais, através da realização de cursos, palestras, seminários e publicações técnicas especializadas;
- organização de banco de dados sobre oportunidades de colocação de produtos gaúchos no exterior; fabricantes gaúchos por produtos; principais bens produzidos no Estado e regime de importação;
- pesquisas e estudo sobre mercados novos e tradicionais, com base nos perfis econômicos do Ministério das Relações Exteriores e Boletins de oportunidades comerciais das missões diplomáticas sediadas no Brasil.

Serviço de Classificação dos Produtos de Origem Vegetal para o Mercado Interno – CLAVESUL

O CLAVESUL é o órgão da Secretaria da Indústria e Comércio habilitado legalmente a executar o Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Rio Grande do Sul, desde 15 de dezembro de 1975, sendo responsável pela execução de trabalhos de classificação dos produtos de origem vegetal que são comercializados internamente e daqueles financiados e/ou adquiridos pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP) e, também, para o Exterior, meta que vem sendo atingida de modo gradual.

Os serviços técnicos de classificação são desenvolvidos em todo o Estado onde, através de Postos de Classificação devidamente aparelhados e instalados nas zonas de maior índice de produção, visam a promoção, controle e execução da classificação dos produtos agropecuários, das matérias-primas, seus subprodutos e resíduos de valor econômico e dos demais produtos de origem vegetal que se destinem aos mercados internos e externos.

Durante o ano de 1978 foi dinamizado o setor técnico, o qual, entre outras realizações, promoveu e ministrou quatro (4) cursos Classificadores, formando, aproximadamente, cento e cinquenta (150) técnicos; Cursos com duração de 50 dias, versando a especialização nos seguintes produtos: arroz, soja, fumo, milho, cevada, sorgo, cebola e lã de ovinos.

Em 1978 foram também instalados e já se encontram em funcionamento os Postos de Marcelino Ramos e Iraí, considerados Postos de Barreira.

Está prevista a instalação de mais dez (10) Postos, principalmente nos municípios de Cruz Alta, Ijuí e Santa Rosa, em função da produção da soja e seus derivados que serão objeto de classificação.

Até outubro de 1978 foram emitidos 89.800 certificados, tendo sido classificados produtos que atingiram um peso bruto de 2.266.316.661 kg com um valor comercial de Cr\$ 11.328.256.724,47.

Instituto Rio Grandense do Arroz - IRGA

O Instituto Rio Grandense do Arroz exerce a política de comercialização do arroz. Intervém no mercado de arroz, seja para garantir ao produtor o preço mínimo estabelecido, seja para assegurar e regular o abastecimento de arroz nos mercados consumidores, adquirindo, para tanto, toda a produção que lhe seja oferecida, colocando os excedentes no exterior. Através de formação de estoques reguladores, o IRGA executa a política econômica do Governo Federal, protegendo tanto o produtor como o consumidor.

Cumprindo, ainda, ao IRGA, num prolongamento desse programa, permanecer atento ao comportamento do mercado externo, nele comparecendo, quando não convocado por órgãos governamentais de abastecimento, para superar eventuais crises nos grandes centros de consumo.

São objetivos da entidade: a dinamização das exportações para o mercado externo; o amparo e assistência ao cooperativismo; e o entrosamento da autarquia com os órgãos federais responsáveis pela política de produção, financiamentos, preços mínimos, abastecimento e exportação.

No ano de 1978, além de atender ao mercado interno, a autarquia exportou 249.091 sacos de arroz para a Polônia, abrangendo um valor de Cr\$ 87.172.000,00.

Turismo

O Programa Turismo, no Rio Grande do Sul, é desenvolvido segundo o Plano Estadual de Turismo, instrumento que além de promover a ordenação do setor, estabelece as metas a serem atingidas no Programa e traça o esquema global a ser implantado para o desenvolvimento racional e harmônico do turismo no Estado. Dessa forma, a Secretaria do Turismo e a CRTUR, integrantes do Sistema Estadual de Turismo e responsáveis pela execução do Programa, desenvolvem suas atividades de modo a não intervirem na iniciativa privada e centralizando seus investimentos em infra-estrutura e superestrutura turística em áreas prioritárias, segundo sua vocação e poder de atração a turistas. Isso possibilita a consolidação dessas áreas como Pólos Turísticos, tornando-os atrativos ao investimento privado e torna o investimento tanto público como privado, rentável, evitando a pulverização de recursos e promovendo o desenvolvimento econômico-social.

Durante o exercício de 1978, o Sistema Estadual de Turismo atuou de forma a complementar o trabalho desenvolvido até então e alcançou novas áreas, como a de formação de pessoal especializado, tanto na forma de técnicos em turismo, capazes de integrar o Sistema nas áreas pública e privada, como na formação da mão-de-obra para a rede hoteleira do Estado, com a criação da Escola de Hotelaria.

Estudos e Projetos

- FEARTE – Levantamento Preliminar do Município de Gramado.

Este estudo, abrangendo aspectos históricos, econômicos, demográficos, étnicos, estruturais e turísticos do município de Gramado, foi realizado com vistas a fornecer subsídios à elaboração de projeto, criando uma empresa de economia mista destinada à exploração turística daquele município;

- São Miguel – Proposta de Estratégia de Ação e Levantamentos Preliminares.

Deste estudo constou uma análise das atuais condições dos recursos de São Miguel e uma proposta de solução dos problemas lá encontrados, objetivando o seu mais amplo aproveitamento turístico e conservação;

- Roteiro das Missões

Foram realizados estudos para a prestação de assistência técnica às operadoras turísticas de São Paulo, que realizam excursões na região missioneira, incluindo os municípios de Iraí, Ijuí, Santo Ângelo e São Borja;

- Roteiro do Prata

Foram realizados estudos com vistas a subsidiar uma Campanha Promocional dos recursos turísticos gaúchos, na Argentina e Uruguai;

- Apoio à JEOTES

Na prestação de apoio técnico à Junta de Empresas Oficiais de Turismo do Extremo Sul – JEOTES foram planejados roteiros turísticos para as zonas da Serra, Planalto e Fronteira, em 51 viagens.

- FUNGETUR – Pareceres Técnicos

Foram emitidos trinta e nove (39) pareceres técnicos a respeito da microlocalização de empreendimentos turísticos no Estado, para obtenção de financiamento junto à EMBRATUR, com recursos do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR.

Informações Turísticas

- Elaboração e distribuição aos 13 Centros de Informações Turísticas - CENINTUR'S e órgãos do Sistema Estadual de Turismo, da 5ª pasta do Manual dos CENINTUR'S num total de 7.000 cópias;
- cadastramento de 3.000 novos campistas, em 1978, junto aos "campings" administrados pela CRTUR;
- levantamento estatístico sobre o atendimento a turistas junto aos CENINTUR'S, discriminando procedências e meios de transporte utilizados;
- levantamento estatístico censitário dos utilizadores do Parque do Caracol;
- coordenação das atividades relativas à informática de turismo junto ao SEITE;
- continuidade ao cadastramento de Hotéis e similares no Rio Grande do Sul;
- prestação de apoio técnico à EMBRATUR nos seus projetos de Classificação Hoteleira, de Hierarquização do Espaço Turístico e Roteiro Turístico-Cultural de Porto Alegre e cidades vizinhas;
- levantamento de dados para a elaboração do Calendário Turístico de 1979;
- elaboração do Anuário turístico do Rio Grande do Sul.

Investimentos em Superestruturas

"Camping" de Itapeva

Inauguração do empreendimento: 01-05-78

- Obras executadas:
 - sistema de sucção de água com instalação de duas bombas de 15HP
 - extensão da rede elétrica
 - ampliação das churrasqueiras

"Camping" da Lagoa (São Lourenço do Sul)

Com a ampliação do Camping em mais 3 hectares, estão sendo executados os seguintes serviços:

- Obras em execução:
- 1 bateria sanitária com 65,00m²
- 1 cantina

“Camping” do Chui

- Obras executadas:
- pórtico
- cercamento da área
- um (01) conjunto sanitário
- prédio da administração
- portão de acesso
- rede geral elétrica
- 10 churrasqueiras individuais

Obra a ser inaugurada em janeiro de 1979.

“Camping” da Vindima (Flores da Cunha)

- Obras executadas:
- cercamento da área
- reformulação da rede elétrica
- 1 bateria sanitária

“Camping” de Uruguaiana

Em área cedida pela Associação Rural está sendo construída esta unidade de acampamento.

- Obras em execução:
- 1 bateria sanitária executada em tijolos à vista e revestida internamente com azulejos, ocupando uma área de 58,00m².

“Camping” do Caracol

- Obras executadas:
- rede geral elétrica subterrânea
- seis (06) esperas de água para “trailer”

“Camping” de Itapuã

- Obras em execução:
- pórtico
- uma (01) bateria sanitária
- prédio da administração que servirá como recepção e casa do guarda-camping

Terminal Turístico de Torres

- Obras executadas:
 - uma (01) bateria sanitária com 400m²
 - rede geral elétrica
 - rede geral hidro-sanitária

Terminal Turístico de Cassino

- Obras executadas:
 - uma (01) bateria sanitária com 392m²
 - um (01) reservatório d'água com 30.000 litros
 - rede geral elétrica

Parque do Itapuã

- Obras executadas:
 - Pórtico de Entrada, composto de duas torres executadas em pedra tipo taipa, que no seu interior se constituirá numa peça para permanência do guarda e outra que servirá como recepção.

Comercialização

- Eventos Promocionais:
 - Espetáculo Som e Luz

A realização do espetáculo Som e Luz nas ruínas de São Miguel, estreando em outubro de 1978, tinha como objetivo valorizar o recurso e sensibilizar a população para a sua importância histórica e turística, além de incrementar a afluência turística para a região missioneira e dar o devido estímulo à iniciativa privada no sentido da instalação de empreendimentos turísticos. Na montagem do espetáculo, que contou com um público de 30.000 pessoas, foi utilizado texto de autor gaúcho, com vozes de artistas do rádio e televisão e equipamentos sonoros e de iluminação de empresas do Estado;

- Projeto Cultur

Em sua 3^a edição, o Projeto Cultur se estendeu às cidades de Passo Fundo, Bagé, Santa Maria e Caxias do Sul, nos meses de setembro e outubro, divulgando folclore, literatura, música e teatro;

- Acampamento Gaúcho

Realizado junto à 1^a Feira de Turismo, Esporte e Lazer, no Parque do Anhembi em São Paulo, com a participação de folcloristas e Centros de Tradições Gaúchas;

· Promoção de “Campings”

Foram promovidos, nos campings administrados pela CRTUR, festas referentes à Páscoa/78. No Camping da Vindima, em Flores da Cunha, foi realizada a Festa do Queijo e do Vinho/78, nos dias 21, 22 e 23 de abril;

Programação de Verão

Constam de programações desenvolvidas, no período de veraneio, junto aos turistas que se dirigiram ao Litoral e à Serra Gaúcha:

· Operação Olho Vivo

Campanha desenvolvida durante os meses de veraneio de 1978 com o objetivo de auxiliar a SUNAB e Secretaria da Saúde na fiscalização das praias do litoral norte;

– Semana de Artes Plásticas de Rio Pardo

Realizada paralelamente à Semana Santa, esta promoção, realizada conjuntamente com a Prefeitura de Rio Pardo, consta da realização de um Salão de Arte Sacra e de uma feira de artes plásticas, além de uma série de celebrações litúrgicas:

– Pátio do Artesanato

Realizou-se, durante a IV Expointer, em Esteio, uma amostra do artesanato gaúcho;

– II Expotur e I Encontro Turístico Nacional.

Participação na montagem e execução da II Expotur, no Parque Assis Brasil, em Esteio, quando 380 empresas se fizeram presentes; com uma visitação de mais de 300 mil pessoas.

I Encontro Turístico Nacional realizado no auditório do Ministério da Fazenda, em Porto Alegre, teve a participação de 382 inscritos;

– Projeto Comunicação

O Projeto Comunicação está sendo realizado com apoio dos Ministérios da Educação e Cultura e das Comunicações. Ele tem por objetivo contribuir para a melhoria do conteúdo da programação da televisão e do rádio. Foi realizado um Seminário Latino-Americano de Televisão com a participação de destacados conferencistas.

● Roteiros

Foram programados e promovidos junto às agências de viagens, os seguintes roteiros turísticos, atendendo-se 2.111 pessoas:

Roteiro Rodo-Ferrovário “Vacaria”, desenvolvido quando do XII Rodcio Crioulo Internacional;

Roteiro Rodo-Ferrovário "Rio Pardo", desenvolvido na Sexta-Feira Santa;

Roteiro Hidro-Ferrovário a "Rio Pardo", utilizando o barco "Cisne Branco" e o trem "Húngaro", nos meses de abril e maio;

Roteiro Rodo-Ferrovário às Missões, realizado quando da apresentação do Espetáculo de Som e Luz, em São Miguel;

Roteiro Rodoviário "Missões Jesuíticas" organizado pela CRTUR e implantado em São Paulo com o objetivo de orientar o fluxo turístico proveniente daquele estado;

JEOTES, resultante da união de empresas oficiais de Turismo do Extremo Sul, com o objetivo de promover o turismo no período de entre-safra.

● Participação em Eventos

O Sistema Estadual de Turismo participou de diversos eventos no ano de 1978 dos quais relacionam-se os mais importantes:

- VI Festival do Folclore - Nova Petrópolis
- VI Festival de Coros - Porto Alegre
- Centenário de Emancipação Política do Município - Torres
- II Feira da Natureza e Habitação - Novo Hamburgo
- IX Campeonato Brasileiro de Esqui - Garibaldi
- VII Feira Nacional de Artesanato - Gramado
- II EXPOTUR e I Encontro Nacional de Turismo - Porto Alegre
- Projeto CULTUR/78
- Federação Gaúcha de Automobilismo
- II Campeonato de Carrinho de Lomba
- I Congresso Nacional de Flauta
- XXVI Convenção Nacional de "Lions" Clubs
- II Encontro Sul-Riograndense de Museus - Bagé
- XII Rodeio Crioulo Internacional - Vacaria
- IX Seminário Internacional de Violão - Porto Alegre
- II FENATRIGO
- III Feira de Artes e Artesanato de Taquara
- Festa da Uva - Caxias do Sul
- IV Congresso da ABAV - Fortaleza - CE

● Material Promocional

- Cartazes Promocionais

Foram confeccionados cartazes de diversos eventos ocorridos em 1978.

- Folhetos

Candelários de ventos relativos ao ano de 1978; - Litoral Norte (reimpressão); - Uva e Vinho (reimpressão); - Grande Porto Alegre (reimpressão); - Serra Gaúcha (reimpressão); - Capas de tarifários; - Missões; - Estâncias hidrominerais (bilingüe); - Rio Grande do Sul (trilingüe); - Costa Gaúcha e Uva e Vinho.

- Divulgação
- edição da "Revista de Caminhos do Turismo", com uma tiragem de 3.500 exemplares;
- lançamento do folheto "Camping";
- lançamento de boletins "Notícias de Camping", "Notícias de Hotelaria" e "Notícias da CRTUR";
- edição da "Revista de Camping nº 1";
- divulgação do folheto "Brasil - Visite o Rio Grande do Sul", impresso em espanhol e destinado ao Plano Cooperativo dos Países do Prata;
- divulgação de circulares e cartazes para o espetáculo Som e Luz;
- divulgação do JEOTES.

Plano Cooperativo dos países do Prata

Esse plano tem por objetivo atrair o fluxo turístico proveniente da Argentina e Uruguai durante o mês de agosto, que corresponde ao período de férias escolares naqueles países e à baixa temporada no Rio Grande do Sul. Trata-se de um acordo de preços especiais firmado entre o Sistema Estadual de Turismo e os responsáveis pela rede hoteleira e de restaurantes dos Municípios de Rio Grande, Pelotas, Gramado, Canela, Caxias do Sul e Porto Alegre e sua divulgação intensa na Argentina e Uruguai.

Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos

- Escola de Hotelaria

Foi implantada a Escola de Hotelaria da Universidade de Caxias do Sul, já em plena atividade, com o objetivo de formar quadros dirigentes das empresas hoteleiras.

- Orientação dos Estagiários do Curso de Turismo

Organização e supervisão do estágio dos alunos do Curso Superior de Turismo da PUC, durante os meses de março, abril e maio.

- Curso de Avaliação em Turismo

Projeto organizado com o fito de desenvolver um Curso de Turismo para o pessoal das áreas técnicas do Sistema Estadual de Turismo.

Serviços Bancários e Financeiros.

Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - S.A. - BADESUL

Procurando desenvolver uma política adequada aos objetivos governamentais, o BADESUL, como órgão integrante do Sistema Financeiro estadual, durante o ano de 1978, teve a preocupação de fornecer aos setores produtivos do Estado os recursos necessários à expansão da economia gaúcha, com um capital integralizado de Cr\$ 210.000.000,00.

Para tanto foram desenvolvidos vários programas nos diferentes setores:

– Rural

● Integração Lavoura-Pecuária

Na área rural, além do repasse de recursos financeiros oriundos das linhas de crédito dos organismos federais, o Banco, cumprindo a prioridade governamental estabelecida pela sua administração, concentrou especialmente seus esforços no apoio à Integração Lavoura-Pecuária, tendo aprovado neste programa recursos da ordem de Cr\$ 153.442.601,00, até 31.12.78.

● Eletrificação e Telefonia Rural .

Ainda na área rural, mereceram destaque os recursos gerenciados e obtidos junto ao Banco Central do Brasil, a serem canalizados para a aplicação em Eletrificação e Telefonia Rural. Objetivam atender os produtores, através de suas cooperativas, em suas necessidades básicas de energia elétrica e comunicação telefônica, proporcionando-lhes a capacidade de dinamizar as suas atividades, diminuindo o consumo de combustíveis fósseis e/ou vegetais, além de oferecerem melhores condições de lazer e trabalho.

No ano de 1978, o primeiro da implantação desses programas, foram aprovados financiamentos no montante, respectivamente, de Cr\$ 151.707.575,00 e Cr\$ 29.209.885,00.

– Industrial

Ao lado das linhas de crédito geradas na esfera federal, o Programa de Operação com Microempresas – PROMICRO, operacionado pelo BADESUL, constitui-se, sem sombra de dúvida, no principal responsável pela penetração e divulgação do Banco, tanto junto aos empresários, quanto no seio de seus congêneres. Seu sucesso está de tal forma consolidado que serviu de modelo à implantação em diversos Estados brasileiros, como Santa Catarina, Rio de Janeiro, Maranhão, etc.

Destina-se ao financiamento exclusivo de empresas com até 10 empregados e 500 ORTNs de faturamento mensal médio. Este extrato empresarial caracterizava-se pela sua falta de condições de acesso ao crédito oficial, representando mais de 80% das empresas gaúchas.

● Carvão

Considerando a prioridade definida pelo Governo Federal para os projetos industriais, que visem à substituição do consumo de derivados do petróleo por fontes energéticas alternativas nacionais, e dada a disponibilidade no Estado de carvão mineral, buscou o Banco realizar um programa que alcançasse estes objetivos.

– Área Internacional

O BADESUL, como agência promotora do desenvolvimento no Estado, reconhece que a carência de tecnologia e de capitais nas empresas gaúchas é fator inibidor para a obtenção de níveis de produção compatíveis

com a economia de escala que se visa a implantar no Rio Grande do Sul. Uma das alternativas encontradas é a de promover o ingresso desses recursos, com relativa disponibilidade nos países desenvolvidos.

Para atingir essa finalidade da maneira mais racional e contínua, montou-se uma estrutura diferenciada, através da qual é possível identificar e conduzir a bom termo os contatos entre investidores estrangeiros e empresários gaúchos.

– Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

O BRDE, como banco de integração interestadual e tendo a participação do Estado do Rio Grande do Sul, considerando o seu papel de instrumento de promoção do desenvolvimento econômico, face às restrições impostas pelas Autoridades Governamentais, principalmente na área de crédito, quer para consumo, quer para investimento, procurou rapidamente adequar a sua atuação à nova realidade, de modo a alcançar satisfatório cumprimento de seus objetivos.

Devido à reduzida disponibilidade de recursos, orientou suas aplicações visando, basicamente, ao saneamento financeiro e ao reforço do capital próprio das empresas gaúchas, procurando assim reduzir seu grau de endividamento e atender suas necessidades mais imediatas.

Em 1978, apoiando grandes investimentos nos setores Secundário e Terciário, especialmente projetos de infra-estrutura, as operações do Banco atingiram o montante de Cr\$ 4.650,00 milhões.

Desta forma, a participação do Rio Grande do Sul no volume de financiamentos feitos através do BRDE, evoluiu de 45,6% em 1975 para 65,6% em 1978.

2. AREA DE INFRA-ESTRUTURA

2. ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

Seguindo a política de desenvolvimento, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, vem dando especial atenção à Área de Infra-Estrutura, procurando dessa forma ampliar as condições básicas para o desenvolvimento acelerado do Estado.

Os programas desenvolvidos nesta área, em função de sua importância estratégica, envolvendo Transportes Rodoviários, Hidroviários, Ferroviários e Aeroviários, além de Energia Elétrica, Telecomunicações, Armazenagem e Recursos Minerais, serão objeto de uma análise detalhada com a descrição de projetos e atividades executadas no exercício de 1978.

2.1 TRANSPORTES

A Secretaria dos Transportes preside a orientação a ser seguida na política dos transportes rodoviário, hidroviário e aeroviário no Estado, cuja execução cabe, respectivamente, ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, Departamento Estadual de Portos Rios e Canais e Departamento Aeroviário do Estado.

No Rio Grande do Sul, tendo em vista as características geoeconômicas do Estado, este setor adquire caráter relevante uma vez que:

- a crescente urbanização e a especialização do processo produtivo torna distantes as fontes produtoras dos centros de consumo;

- as fontes de matérias-primas muitas vezes são distanciadas dos centros produtores;

- a existência de fronteira com dois países da América Latina e de um porto marítimo, o mais meridional do País, propicia o crescente desenvolvimento do comércio internacional.

Em consequência disso, é preciso aproximar os centros produtores entre si e com os centros de consumo, sem que o transporte encareça demasiadamente os produtos, de modo que as mercadorias sejam transportadas o mais rapidamente possível e com a maior economicidade e segurança.

O desenvolvimento dos transportes ferroviário e hidroviário deverá contribuir para um melhor desempenho do Programa Rodoviário ao descongestionar os principais troncos de ligação e ao permitir transporte mais eficiente e seguro de cargas de maior valor, dando assim um sentido mais elevado de economicidade para o setor Transporte.

Transporte Rodoviário –

São responsáveis pela execução da política dos Transportes Rodoviários no Estado – o DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – e a CINTEA – Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, os quais buscam criar condições para o emprego coordenado das diversas modalidades de transportes e a otimização do uso da infra-estrutura existente, no sentido de assegurar, prioritariamente, o escoamento dos produtos agrícolas e industriais.

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem:

Órgão autárquico vinculado à Secretaria dos Transportes, destacando-se como atribuições principais as de estudar, projetar, construir, melhorar as rodovias a seu cargo, fiscalizar o uso dessas estradas e prestar assistência técnica rodoviária aos municípios.

No exercício de 1978 deu prosseguimento a execução do Plano Geral Rodoviário do Estado, com atenção especial às obras iniciadas em exercícios anteriores e prioritárias em termos técnicos e econômicos.

Neste exercício foi dada prioridade também às ligações de 47 sedes municipais às malhas estadual e federal as quais vem desenvolvendo sob a forma de simples encampação das estradas municipais existentes ou através da construção de novas rodovias, atingindo cerca de 450 km até o momento.

As realizações do Departamento, durante o ano de 1978, compreendendo os setores de Construção, Conservação e Estudos e Projetos, estão quantificados na tabela a seguir:

Implantação	141km
Pavimentação	216km
Restauração	32km
Melhoramentos	123km
Obras de Arte	1.200m
Conservação	
Plano Rodoviário Estadual	8.737,30km
Plano Rodoviário Federal	1.382,70km
Entre as obras concluídas no ano de 1978 destacamos:	

- RS – 030 – Osório – Tramandaí
- RS – 122 – Caxias do Sul – Flores da Cunha
- RS – 239 – Sapiranga – Taquara
- RS – 344 – Santa Rosa – Santo Ângelo
- RS – 428 – Venâncio Aires – Lajeado
- RST – 470 – Veranópolis – Nova Prata

Estes serviços são realizados por administração direta que absorvem um número expressivo de funcionários: 5.450, de um total aproximado de 7.500 servidores ativos do DAER.

Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras

A Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras – CINTEA – vem contribuindo de forma decisiva, para a consecução dos grandes objetivos do setor, na medida em que procura dotar as zonas de produção do Estado de uma rede de Estradas capaz de proporcionar um escoamento rápido e seguro das safras agrícolas.

A CINTEA vem desenvolvendo seus projetos divididos em três grupos segundo as características das obras:

- construção de obras de arte especiais;
- construção de Estradas Alimentadoras;
- melhoria de Estradas Alimentadoras;

– A Construção de obras de arte especiais, mais especificamente a construção de pontes, teve como base um estudo de viabilidade econômica realizado em 1973 denominado I Plano de Obras de Artes Especiais. Esse estudo, através de levantamento de campo, identificou, selecionou e cadastrou as necessidades de construção de Pontes, em concreto armado, em estradas alimentadoras que integram os corredores de transporte do Estado, num total de 674 obras.

Durante o ano de 1978 a CINTEA realizou um total de 30 obras, com uma extensão de 1.075m.

A Construção e melhoria de Estradas Alimentadoras, é de vital importância, para a economia do Estado, tendo em vista o rápido escoamento das safras agrícolas e para um melhor nível de utilização das rodovias troncais.

O Plano Geral Rodoviário do Estado, constituído pelo conjunto de rodovias, do Rio Grande do Sul sob jurisdição do DAER, totaliza 9.850km de rodovias planejadas. Atualmente estão implantados 8.968,8km dos quais 1.636,5km pavimentados e 7.332,3 não pavimentados.

Com referência às Estradas Alimentadoras, tomando-se por base o I Plano de Obras de Arte Especiais, incluindo-se as obras já realizadas pela CINTEA, e acrescentando outras necessidades cadastradas posteriormente, estima-se em 14.000m as necessidades de pontes em estradas alimentadoras.

Com relação à Construção e Melhoria de Estradas Alimentadoras, a CINTEA elaborou um cadastro com base nas solicitações encaminhadas pelos executivos municipais.

Esse cadastro permitiu a identificação de 6.269km de estradas a serem construídas ou melhoradas.

Durante o ano de 1978, a Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras, executou as obras nos seguintes municípios:

– Construção de Estradas foram beneficiados os municípios de Rio Grande, Pinheiro Machado, São José do Norte, Canguçu, São Lourenço do Sul, Alpestre, Ronda Alta, Constantina, Ibiaçá, Lagoa Vermelha, São José do

Ouro, Veranópolis, Nova Bassano, Machadinho, Vacaria, Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Agudo, Júlio de Castilhos, Caibaté, Santo Cristo, Alecrim, Horizontina, Catuípe, Itaqui, Giruá, São Paulo das Missões, Santa Rosa, São Nicolau, Getúlio Vargas, Erexim, Gaurama, Caxias do Sul, Barão do Cotegipe, Casca, Lajeado, Arvorezinha, Soledade, Tapera, Putinga, Estrela, Marau, Farroupilha, Bento Gonçalves, Torres, Tramandaí, Três Coroas, Sapiranga, General Câmara, Dois Irmãos, São Sebastião do Caí, Salvador do Sul, Ivoti, Roca Sales, Triunfo, Feliz, Ibirubá, Palmitinho, Humaitá, Palmeira das Missões, Campo Novo, Santa Bárbara do Sul, Braga, Rodeio Bonito e Santo Augusto, perfazendo um total de 679,6km de estradas construídas.

- Melhoria de Estradas, foram beneficiadas durante o ano de 1978, os seguintes municípios:

São Sebastião do Caí, Salvador do Sul, Nova Bréscia, Montenegro, Guaíba, Barra do Ribeiro, Bagé, Encruzilhada do Sul, Lagoa Vermelha, David Canabarro, Ibiraiaras, Paim Filho, Sananduva, Parai, São José do Ouro, Nova Prata, Bom Jesus, Palmeira das Missões, Palmitinho, Planalto, Erval Seco, Chapada, Seberi, Campo Novo, Ibirubá, Santa Bárbara do Sul, Crissiumal, Alpestre, Constantina, Rondinha, Formigueiro, Candelária, Faxinal do Soturno, São Sepé, Santo Antônio das Missões, Bossoroca, Santo Ângelo, Pejuçara, Ijuí, Torres, Gramado, Santo Antônio da Patrulha, Osório, São Francisco de Paula, Mostardas, Marau, Casca, Victor Graeff, Selbach, Espumoso, Marcelino Ramos, Severiano de Almeida, Erexim, Jacutinga, Sertão, Itatiba do Sul, Barão do Cotegipe, Antônio Prado, Farroupilha, São Marcos, Carlos Barbosa e Garibaldi com um total de 1.148,7km.

- Terraplenagem, municípios de Palmeira das Missões, Passo Fundo, Bom Retiro do Sul, Marau, Soledade, Roque Gonzales, Ciriaco, Lagoa Vermelha, Guaporé, Veranópolis, Caxias do Sul, Carlos Barbosa, Erexim, Aratiba e Getúlio Vargas, com um total de 293.484 m³ e 1.139 horas/trator.

- Aterros de Pontes, foram beneficiados os seguintes municípios: Santa Bárbara do Sul, Coronel Bicaco, Rondinha, Roque Gonzales, Cerro Largo, São Luiz Gonzaga, Cândido Godói, Veranópolis e Marau com um total de 134.822m³ de aterros de pontes construídas pela Companhia.

Quadro resumo das atividades da CINTEA durante o ano de 1978:

Especificação	Nº de municípios	km	m ³
Construção de Estradas	65	679,6	
Melhoria de Estradas	62	1.148,7	
Terraplenagens	15		293,484
Aterros de Pontes	9		134,822

Dando prosseguimento à execução do Plano de Obras de Artes Especiais, referentes à construção de pontes, foram beneficiados 21 municípios com 28 obras numa extensão de 988,60m.

Das atividades do Departamento de Estudos e Projetos realizadas pela Companhia, no ano de 1978, foram concluídos 81 projetos de pontes e pontilhões em 40 municípios com uma extensão de 1.068,6 km.

A Companhia realizou no ano de 1978, serviços de Topografia, especificados no quadro a seguir:

Especificação	Nº de Levantamentos	
	Equipe I	Equipe II
Levantamento, planej. e altimétricos de estradas	5	8
Levantamento de Seções de rios	25	5
Locações de pontes	2	6

Na Seção de desenho foram realizados os seguintes trabalhos:

Especificações	Nº de Municípios	Nº de projetos
Projetos de pontes	7	7
Projetos de estradas	3	3
Seções transversais de rios	29	29

Com referência ao serviço do setor de cadastro durante o ano de 1978 foram cadastrados ou renovados os cadastros de 19 firmas, para a finalidade de obras de arte especiais, sendo as mesmas assim distribuídas:

– para serviços de terraplenagem foram cadastrados ou renovados os cadastros de 8 firmas

– para serviços de Consultoria foram cadastrados ou renovados os cadastros de 8 firmas e

– para serviços de execução de projetos para obras de arte especiais foram cadastrados dois engenheiros autônomos.

Transporte Aeroviário

O Estado delegou ao Departamento Aeroviário do Estado – DAE, a construção e conservação de infra-estrutura aeroportuária que propicie o máximo de segurança e conforto aos usuários. Política esta que pauta pela complementação e suplementação do Plano Aeroviário Nacional, dado que o oscilante dinamismo nos requerimentos do espaço territorial necessitam de pronta intervenção a nível estadual para corrigir o planejado pela programação a longo prazo.

O número de aeroportos públicos existentes é de 75, sendo que 65 são atendidos pelo D.A.E., 7 supervisionados pelo Ministério da Aeronáutica e 3 pertencem à Companhia Estadual de Energia Elétrica.

Além disso o D.A.E. concede auxílio a entidades aerodesportivas reguladas pela Lei nº 4.122 de 23.03.61 e alterada pela Lei nº 4.842 de 09.12.64, para melhoria das instalações e equipamentos, tendo como principal objetivo a formação de pilotos.

Atualmente as linhas regulares comerciais utilizam 12 aeroportos do interior do Estado, dos quais 7 não são pavimentados.

Foram executados serviços de manutenção nos seguintes aeroportos no ano de 1978:

Canela, Capão da Canoa, Carazinho, Erexim, Garibaldi, Livramento, Rio Grande, Osório, Passo Fundo, Torres, Dom Pedrito, Veranópolis, Cruz Alta.

Relativamente a obras novas (investimentos), foram executados:

- Aeroporto de Erexim: terraplenagem da nova pista de pouso, já concluída. Volume executado: 160.000m³.

- Aeroporto de Canela: Conclusão da terraplenagem de ampliação da nova pista de pouso. Volume executado no presente exercício: 45.000m³.

Em andamento o revestimento primário da pista de pouso, com saibro e com 40% da obra já executada.

- Aeroporto de Tenente Portela: Terraplenagem da pista de pouso e pátio de estacionamento, em convênio com a Prefeitura local e com o auxílio do equipamento mecanizado da CINTEA. O volume de terraplenagem executado foi de 70.000m³.

Presentemente está sendo efetuado o ensaibramento da pista de pouso num volume de 10.000m³.

- Aeroporto de Torres: Execução concluída da casa do guarda aeroportuário.

Em andamento a estação de passageiros do aeroporto e a urbanização da área fronteiria à mesma, obras essas com a conclusão prevista para fevereiro de 1979.

Transporte Hidroviário

Administração Central -

Coube à Administração Central do DEPRC o acompanhamento da realização das seguintes obras e projetos:

Entroncamento Rodo-Ferro-Hidroviário do Rio Taquari

O entroncamento rodo-ferro-hidroviário do Rio Taquari foi iniciado em 1972 e concluído em março de 1978. Está localizado no município de Estrela, onde foi construída a parte portuária do entroncamento, compreendendo cais acostável, armazéns e infra-estrutura correspondente. O projeto prevê o estabelecimento do calado de 2,50m do Rio Taquari, à jusante da Barragem de Bom Retiro do Sul, mediante a realização de serviços de derrocamento e dragagem.

Entroncamento Rodo-Ferro-Hidroviário

A elaboração do anteprojeto do terminal deveria ser concluído em 1978. A localização, no município de Cachoeira do Sul, visa à integração de 300km de via navegável ao Rio Jacuí, estabelecida com a conclusão das barragens do Fandanço, Anel de D. Marco e Amarópolis.

Novo Pier Petroleiro

O Pier Petroleiro de Rio Grande foi construído para atender navios de 25.000tpb, com calado máximo de 10m.

Administração do Porto de Rio Grande

O Porto de Rio Grande continuou apresentando um incremento na movimentação geral de mercadorias, com um acréscimo de 32% no período de janeiro a novembro de 1978 com relação a igual período do ano de 1977.

De acordo com os dados disponíveis até o mês de novembro, a movimentação de mercadorias importadas atingiu a 3.899.673t e as exportadas a 4.528.850t, totalizando 8.428.523t.

Com apoio financeiro da PORTOBRÁS e com recursos próprios foram realizadas:

- instalação do terminal de granéis sólidos, no Porto Novo, para a navegação interior;
- pavimentação de área no Cais Swift, com uma área de 3.600m²;
- montagem de dois (2) guindastes tipo "Canguru", de 10t, para descarga de granéis sólidos;
- aquisição de equipamentos para transporte de granéis sólidos, de caçambas automáticas, de caminhões e de pás-carregadeiras;
- reparação de equipamentos variados entre os quais um rebocador e um transbordador flutuante.

Administração do Porto de Porto Alegre

O Porto de Porto Alegre apresentou um movimento geral de carga da ordem de 4.713.797t, das quais 2.769.428t importadas e 1.944.369t exportadas, no período de janeiro a novembro de 1978.

Foram realizadas as seguintes obras no Porto de Porto Alegre, no exercício de 1978:

- drenagem das águas pluviais no Centro de Pesagem
- substituição da cobertura de diversas edificações;
- reconstrução do ramal ferroviário que atende o Cais Mauá;
- recuperação de 17 guindastes elétricos de pórtico com pintura geral e reforma das cabines;
- conservação da pavimentação da faixa portuária e das instalações dos armazéns;
- encalhe para conservação do rebocador Itu;
- derrocamento e dragagem de um obstáculo no Canal dos Navegantes.

Administração do Porto de Pelotas

A movimentação de carga de janeiro a novembro de 1978 alcançou um acréscimo de 10,7% com relação ao mesmo período do ano passado, totalizando 317.445t, sendo 35.754t de importação e 281.691t de exportação.

A dragagem de manutenção dos canais de acesso ao Porto de Pelotas, oferecendo melhores condições operacionais às embarcações aí aportadas, contribuiu para o dinamismo apresentado.

Administração de Vias Fluviais

Esta administração deu continuidade aos serviços de levantamentos topohidrográficos nos rios Jacuí e Taquari, bem como à manutenção e modernização do balizamento e sinalização destes mesmos rios.

Nestes rios foram colocadas 226 bóias novas; recolocadas 193 bóias, colocados 101 sinais de margem novos e recolocados 25 sinais. Além disso, foram dragados 348.584m³ e derrocados 1.754m³.

Deve-se salientar, ainda, a confecção de bóias de fibra de vidro, revestidas de "scotch-lite", para balizamento dos rios Jacuí e Taquari, dotadas de refletores para radar, com grande eficiência na sinalização para navegação interior.

Administração de Serviços Delegados

Visando ampliar e melhorar sua capacidade operacional, a Administração realizou várias aquisições entre as quais as de máquinas e equipamentos de escritório, de motores de bombas manuais para água e de ferramentas para as oficinas.

As atividades de dragagem, totalizando 1.748.855m³ até novembro de 1978, foram executadas nos seguintes locais:

- bacia de evolução do Porto Novo de Rio Grande, numa extensão de 555m, com um volume de 193.980m³;
- Zona dos Dolphins, para a implantação do Posto de Transbordo de Granéis na 4ª Seção da Barra, com um volume de 158.700m³;
- Porto do Barquinho em Tapes, com um volume de 695.755m³;
- Barra do Rio São Gonçalo, com um volume de 700.420m³.

Entre as primeiras realizações desta Administração, conta-se a construção do Porto do Barquinho com o seguinte desenvolvimento:

Concluído o terminal de Tapes, iniciou-se a construção do Porto do Barquinho, onde já foi terminado o enrocamento direto realizado pela barca transportadora Valda III, em ambos os molhes. Está iniciada a construção do atracadouro bem como a do enrocamento por terra do molhe oeste. Na bacia de evolução continua a dragagem que dará a conformação do projeto.

Na construção do Porto do Barquinho, além do equipamento e pessoal do DEPRC, estão sendo utilizados os serviços da barca transportadora

Valda III e serviços de retro-escavadeira de terceiros. Concorrem para a obra várias embarcações auxiliares da ASD. Prevê-se a conclusão da obra para o próximo mês de março, se não houver solução de continuidade.

As obras na barra do arroio São Lourenço estão sendo realizadas em convênio com a Prefeitura do município de São Lourenço, tendo sido realizada a construção de 163m de pier, sob a orientação da ASD. Visa a obra corrigir a entrada da Barra do Arroio São Lourenço, já tendo sido feita a limpeza da entrada da Barra com Draga do DEPRC.

No molhe leste da barra de Rio Grande as realizações foram as seguintes:

- recuperação de 1.200m de linha férrea
 - colocação de 101,2t de pedra tipo moellon
 - colocação de 88,8t de blocos graníticos
 - preparação no trapiche de atracação e no trapiche do escritório
- No molhe oeste executaram-se as seguintes obras:

- recuperação de 150m de linhas férreas
- colocação de 10m³ de pedra britada na plataforma
- colocação de 70m³ de pedra britada em outros locais
- efetua-se a ligação de linha férrea da REFSA ao molhe

Efetuarão-se levantamentos topo-hidrográficos nos seguintes locais:

- canais da Setia, Coroa do Meio, Nascimento, Feitoria, Canal de São Gonçalo, Canal da Barra de São Lourenço;
- bacia de Evolução do Porto de Rio Grande, zona dos Dolfins na 4ª Seção da Barra;
- canal dos Navegantes, para localização de obstáculo, e Canal de Itapuã.

Nas oficinas foram executados serviços de conservação e manutenção de todas as embarcações, bem como de ampliação e melhoria em algumas delas.

Transporte Ferroviário

Entre as diretrizes traçadas pelo Governo, no tocante aos meios de transportes, é mercedora de uma especial atenção por parte do Governo Federal a implantação de ferrovias nos Estados, tendo em vista as mesmas possuírem um baixo custo operacional no transporte de cargas e passageiros.

No Rio Grande do Sul, o Programa Transporte Ferroviário vem sendo executado pela Rede Ferroviária Federal (REFSA). A área está coberta atualmente por 3.660,7km de linha, as quais fazem ligação com o Norte do País, através da 11ª Divisão Operacional.

No Estado, atualmente, vem sendo imprimido um maior dinamismo no transporte ferroviário, pelo melhoramento e construção de novos troncos ferroviários, o que vem beneficiar sensivelmente o transporte de produtos agrícolas destinados à exportação.

2.2 ARMAZENAGEM

É responsável pela execução deste Programa a Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, que vem atuando supletivamente no sentido de assegurar o armazenamento e preservação das safras agrícolas do Estado.

De maneira a atuar eficaz e efetivamente, a CESA dirige a continuidade de suas metas respaldada nas seguintes diretrizes:

- concentração da oferta de armazenagem (grandes capacidades) junto aos troncos-rodo-ferroviários – pontos estratégicos no escoamento das zonas de produção, de modo a regular os fluxos que demandam da rede coletora aos terminais portuários;
- aumento da operacionalidade dos portos, através da implantação de unidades terminais e intermediárias de grande porte e alta cadência, visando suportar as pressões dos fluxos originado nos pólos coletores;
- atendimento aos hortigrangeiros do Estado, através da frigo-conservação dos produtos originários dos principais centros geradores e regiões de pequenas propriedades.

A Companhia concluiu o seguinte elenco de obras:

- Graneleiro de Bagé. Construção do escritório e almoxarifado; melhorias operacionais no graneleiro.
- Silo de Santo Ângelo. Conclusão da ampliação em mais 17.000t estáticas, construção de desvio ferroviário e instalação de novo secador.
- Silo de Ibirubá. Conclusão da ampliação do silo em mais 17.000t estáticas; melhorias no escritório da administração e instalação de novo secador.
- Cais do Silo de Porto Alegre. Conclusão do aterro da Doca nº 6 no cais do porto local junto às instalações existentes, visando a futura ampliação da unidade.
- Silo de Rio Grande. Ampliação da capacidade de recebimento e expedição de navios; instalação de balança ferroviária.
- Graneleiro de Camaquã. Conclusão para 22.000t estáticas, obras complementares (totalmente equipado) e montagem de um armazém convencional para 8.000t em sacos. Instalação de novo conjunto secador/limpeza e moegas de recebimento.
- Silo de São Luiz Gonzaga. Conclusão da 1ª etapa para 40.000t e implantação da 2ª etapa, conjugada às instalações existentes em mais 42.000t estáticas. Unidade totalmente equipada para operação à granel.
- Armazém de Caçapava do Sul. Granelização e automatização das instalações existentes.
- Conservação e melhorias de rede operacional. Realizada permanentemente a conservação, manutenção e melhorias operacionais objetivando o aumento da dinâmica dos serviços. Estes trabalhos praticamente foram realizados em todas as unidades da rede, sempre que as circunstâncias assim os exigiram.

A companhia efetuou no ano de 1978, outras realizações tais como:

- Instalação de rádio-comunicação entre a sede operacional e a sede administrativa;

- Conclusão de estudos para implantação do sistema de computação eletrônica no controle contábil/operacional da rede de silos e armazéns;
- Participação e assessoramento junto à CIBRAZEM, objetivando a implantação do Programa Nacional de Armazenamento – PRONAZEM;
- Contratação experimental e por prazo definido de três armazéns no Município de Giruá, objetivando atender às necessidades de recebimento e processamento de trigo, face às solicitações das classes produtoras e Banco do Brasil S/A. Com essa providência movimentaram-se em torno de 20.000t adicionais;
- Elaboração de Convênio com o Ministério da Agricultura, através do DEMA-RS, no qual foram delegados poderes à CIA para a realização de análises e certificação do estado fitossanitário e de qualidade dos produtos embarcados nos portos gaúchos;
- Reequipamento dos laboratórios da rede operacional, visando à padronização de métodos de determinações analíticas;
- Assessoramento técnico, operacional e administrativo a várias companhias instaladas em outros Estados;
- Elaboração de estudos e pesquisas de mercado, com a finalidade de proporcionar o dimensionamento dos investimentos e projetos operacionais.
- Estudos técnicos e econômicos tendo por fim o embasamento da estratégia de ação da Companhia;
- Reestruturação dos sistemas de controle patrimonial da Companhia;
- Modernização e reformulação da estrutura de administração dos recursos humanos da Companhia;
- Elaboração do prognóstico da oferta/demanda de armazenagem do Rio Grande do Sul, a nível macro-econômico, com a finalidade de projetar anualmente, até 1982, as necessidades localizadas de aumento da capacidade de armazenagem. Este trabalho foi realizado em colaboração com a CIBRAZEM;
- Assistência técnica a 97 projetos de unidades armazenadoras a nível de fazenda e intermediário, financiadas a terceiros pelo Banco do Brasil S/A, BANRISUL, BADESUL, etc., cujos recursos são oriundos da PRONAZEM. Esta atividade foi iniciada a partir dos exercícios 75/76, sendo que a quase totalidade destes projetos já se encontra concluída, permitindo agregar, em condições técnicas adequadas, em torno de 220.000t estáticas à atual oferta armazenadora do Estado. Deste total, cerca de 90% são empreendimentos realizados a nível de propriedade rural;
- A participação de técnicos da CESA no II e III Seminário Nacional de Armazenagem, realizados em Brasília/76 e Curitiba/78, onde foram apresentados, respectivamente, 12 e 14 teses e trabalhos técnicos de alto conteúdo científico, em áreas de conhecimentos especializados pouco explorados até então, atividades estas que consagraram o alto conceito tecnológico da Empresa;
- Colaboração junto ao Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem – CENTRINAB, através da cedência de técnicos para ministrar aulas em 12 cursos, em vários níveis, realizados no Rio Grande do Sul e em outros Estados do País, os quais proporcionaram indiretamente treinamento a cerca de 500 profissionais que atuam neste setor de atividade;
- Participação da Companhia em Convênio realizado entre a Secretaria da Agricultura e entidades privadas, o qual proporcionou a captação de recursos financeiros ao desenvolvimento da pesquisa aplicada em soja, trigo e outros órgãos de interesse da economia do Estado;

- Participação da Companhia em colaboração com a CIENTEC na pesquisa de resíduos tóxicos em trigo e soja.

Através da Unidade Frigorífica Polivalente de Caxias do Sul, a Companhia atendeu a demanda de produtos refrigerados (hortigrangeiros em geral) e congelados (carnes e produtos industrializados).

O movimento global da UFP de Caxias do Sul apresentado no ano de 1978 é o seguinte:

Em Pallet	-	5.386
Em (t)	-	17.620
Em (m ³)	-	70.844
Em sacos	-	84.414

2.3 ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, vinculada à Secretaria de Energia, Minas e Comunicações, vem cumprindo o seu programa de obras de geração, transmissão, transformação e distribuição de energia.

O aumento da capacidade instalada de geração de energia está sendo acompanhado de um programa de expansão de subestação, linhas de transmissão e redes de distribuição, representando em seu conjunto um dos mais vultosos investimentos já realizados no setor no Rio Grande do Sul e tendo como objetivo levar energia a todos os pontos do Estado.

Localidades Atendidas e Número de Consumidores

Neste exercício, a CEEE atendeu direta e indiretamente (através de seus revendedores), todas as 232 sedes municipais, 2.931 vilas e povoados, totalizando 3.163 localidades, levando Energia Elétrica a 1.131.006 consumidores.

Geração do Sistema

Para o atendimento do mercado, houve necessidade de serem produzidas pela CEEE 2.527 GWh e adquiridos da ELETROSUL 2.513 GWh, totalizando 5.100 GWh – o que representa um aumento de 7,4% em relação ao ano anterior.

Demanda do Sistema

A demanda máxima coincidente integrada, alcançou 1.020MWh/h, com um aumento de 12,1% em relação ao ano anterior. Destes, 614MWh/h são da CEEE e 406MWh/h da ELETROSUL.

Houve em 1978, maior utilização das Usinas Termelétricas que usam o carvão como combustível, compensando a escassez eventual dos recursos hídricos, devido à seca ocorrida na Região Sul.

Obras de Geração

– Usina Hidrelétrica de Itaúba

Entre as obras de geração que registraram marcante progresso no período, salienta-se a Hidrelétrica de Itaúba, com 500MW de potência, cuja inauguração pelo Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, se deu em 09 de novembro. Estão operando comercialmente duas unidades geradoras de 125MW cada uma. No primeiro trimestre de 1979 deverão entrar em operação as duas últimas unidades.

– Usina Termelétrica Presidente Médici – Fase B

Tiveram prosseguimento as obras de infra-estrutura para ampliação da Usina Termelétrica Presidente Médici Fase B, constante de duas unidades turboalternadoras de 160MW de potência cada uma.

Foi assinado o contrato comercial como o Grupo Alstom Atlantique, para fabricação, fornecimento de componentes importados, supervisão de montagem e colocação em serviço das unidades geradoras.

Também foram assinados os contratos financeiros de crédito ao Comprador, que dá 85% de cobertura ao contrato comercial, e também um Crédito Financeiro Complementar de US\$ 130 milhões, com um consórcio de bancos, para complementação do contrato comercial.

Foram ainda assinados com empresas nacionais, contratos no valor de Cr\$ 300 milhões, para o fornecimento de componentes elétricos.

A concorrência para a execução das obras civis da Torre de Resfriamento e Chaminé, foi lançada, tendo sido concluídas ou se encontram em pleno desenvolvimento uma série de obras de infra-estrutura.

– Outras Usinas em Estudo

Foram desenvolvidos, no período, estudos de vários outros aproveitamentos, como:

- Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, de 125MW
- Usina Hidrelétrica Jacuí II, com potência prevista de 350MW
- Futuro aproveitamento na região de Candiota, com vistas à implantação de um conjunto “mineração de carvão-geração de energia elétrica”, com previsão de instalação de 6 unidades geradoras com potência unitária situada na faixa de 300 a 340 MW, cujos estudos foram autorizados pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

– Obras de Transmissão e Transformação

Vinculadas às usinas Itaúba e Presidente Médici “B” e a outras em operação, foram totalmente concluídas em 1978 ou encontram-se em andamento, linhas de transmissão e subestações de 230, 69 e 44KV, com as extensões e potências conforme a seguir se especifica:

– Linhas de Transmissão

Linhas de Transmissão concluídas	1.230km
Linhas de Transmissão em construção	<u>565km</u>
TOTAL	1.795km

– Subestações

Subestações concluídas	335MVA
Subestações em construção	<u>260MVA</u>
TOTAL	595MVA

– Elo de Interligação

No total de km indicado para as linhas de transmissão concluídas, está incluído o comprimento da LT UHE Passo Fundo – Santa Marta – UHE Passo Real, que faz parte do “Elo de Interligação” Subestação Xanxerê – UHE Passo Fundo – SE Santa Marta – UHE Passo Real, na parte que coube à CEEE executar no reforço deste Elo que interliga os sistemas da CEEE e da ELETROSUL.

– III Pólo Petroquímico

Entre as obras de transmissão e transformação cumpre ainda assinalar as que a CEEE, em atendimento à solicitação do Conselho de Implantação do III Pólo Petroquímico, realizou:

– CONPETRO vem executando nos canteiros de obras das indústrias de primeira geração (Complexo Básico) e área do Acampamento Operário do III Pólo Petroquímico.

Tais obras, que consistem essencialmente de vários ramais de 69, partindo de linhas de transmissão existentes na área; de uma subestação provisória da 5MVA, 69/13, 8KV e de 4 alimentadores pesados de 13,8KV, destinam-se ao fornecimento de energia ao referido canteiro de obras e indústrias a se instalarem.

Redes de Distribuição

– Reformas e Ampliações de Redes Aéreas

Nas áreas sob jurisdição das 29 Gerências Regionais que a Companhia mantém no Estado, foram executados, no período em análise, 950km de reformas, ampliações e construções de novas redes de alta tensão e 930km de baixa tensão.

– Eletrificação Rural

No setor de eletrificação rural, em que os trabalhos vêm sendo desenvolvidos pela CEEE e pelas Cooperativas, a Concessionária procura entrosar-se com as últimas, de modo que o planejamento integrado resultante leve à otimização dos projetos e da aplicação dos recursos.

Do subprograma de 1978, foram executadas obras em 32 municípios, com o atendimento de 2.474 novos usuários, para o que foram construídos 825km de linhas de distribuição rural:

Outras 80 obras, que beneficiarão 4.430 novos consumidores, encontram-se em execução.

– Rede Subterrânea de Porto Alegre

Foram executados dois alimentadores do Sistema Oeste, com a previsão de 6.000KVA em transformadores instalados, e 600 ramais de consumidores no Sistema Nordeste e, ainda, instalados 8.000KVA em Subestações de grandes consumidores.

Obras da Sede

Foram concluídos, no período em revista, os pavilhões destinados à Gerência Técnica de Porto Alegre, na chamada Área Industrial.

Encontra-se também em construção, na mesma Área, Pavilhão destinado às oficinas do Centro de Recursos de Manutenção e Operação e do Centro Regional de Operação e Manutenção (Metropolitano).

Foi iniciada no corrente ano a terraplenagem da Área Principal, atingindo um volume estimado de 32.000m³.

Quanto ao projeto da Área Principal, foram concluídos todos os desenhos, especificações técnicas e documentos para a concorrência da construção, a ser lançada no início do próximo exercício.

2.4 TELECOMUNICAÇÕES

A Companhia Riograndense de Telecomunicações, concessionária dos serviços de Telecomunicações no Estado, é a responsável pela execução deste Programa, cujos objetivos consubstanciam-se no estabelecimento de uma infra-estrutura de telecomunicações necessária ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado, que possibilite o contato entre os diferentes pólos urbanos com os seus núcleos urbanos periféricos e com os demais pólos regionais. Sob este aspecto, o Projeto de Telefonia Rural irá integrar a superfície rural do Estado ao Sistema Estadual e Nacional de Telecomunicações, ampliando o alcance do Programa.

No setor de Telecomunicações, que abrange a telefonia, telegrafia e telex, sobressaem dois tipos de serviços fundamentais: os urbanos e os de longa distância (interurbano), os quais são interdependentes, uma vez que o desenvolvimento dos primeiros somente deverá ser realizado com a correspondente expansão dos últimos, pensando-se em área integrada e em expansão harmônica e otimizada.

A Companhia detém mais de 90% dos serviços telefônicos estaduais (o restante está a cargo de prefeituras ou de particulares). Vem desempenhando suas atividades no sentido de dar ao setor um incremento mais efetivo,

buscando, com auxílio do Governo Estadual, colocar o Estado em boa posição relativamente ao País. Dessa forma o Rio Grande do Sul, integrando-se na rede nacional de microondas, foi sucessivamente ligado ao resto do Brasil e, com auxílio de moderna tecnologia, pode falar com facilidade e rapidez com o exterior.

Serviços Urbanos

No ano de 1978 a CRT implantou Centrais Automáticas nas seguintes localidades:

Localidades	Capacidade da Central em Terminais
– Porto Alegre	
– Bela Vista	3.000
– Menino Deus	7.000
Gravataí	1.000
– Jaguarão	1.000
Cachocirinha	1.000
– Carazinho	2.000
– Erexim	2.000
Osório	1.000
– Soledade	1.000
– Viamão	600
– Ijuí	2.000
– Itaqui	700
– Santiago	1.000
– Santo Ângelo	2.000
– São Gabriel	1.000
São Luiz Gonzaga	2.000

Centrais de Trânsito

– Passo Fundo	1.000 TR
– Santo Ângelo	1.000 TR

Ampliação de Centrais Automáticas

Localidades	Capacidade Ampliada da Central em Terminais
Canoas	1.000
– Caxias do Sul	2.000
– Santa Maria	500
– Porto Alegre	
Passo d'Areia	2.000
– São João	2.000
– Tristeza	2.000
– Passo Fundo	1.000
– Esteio/Sapucaia do Sul	1.000

Centrais de Trânsito

- Caxias do Sul	400 TR
- Pelotas	400 TR

Implantação e Ampliação de Centrais Manuais

Pela implantação e ampliação de centrais manuais, a CRT procura prestar bons serviços telefônicos em localidades onde a demanda não é muito expressiva e/ou onde as condições técnico-econômica não permitem implantações de centrais automáticas a curto prazo. Desta forma, foram atendidos no ano de 1978, 15 localidades, pelo remanejamento dos equipamentos das localidades que passaram a ser atendidas por serviços automáticos, pela ampliação dos já existentes nas próprias localidades ou pela implantação de novos meios adquiridos. Foram as seguintes localidades atendidas, com o respectivo número de terminais implantadas ou ampliadas:

Localidades	Capacidade Implantada ou Ampliada	Tipo de Central
Vila Ipê	20	BL
Marau	20	BL
São João do Polesine	10	BL
São Jerônimo	10	BL
Faxinal do Soturno	20	BL
Agudo	20	BL
Taquari	10	BL
Lagoa Vermelha	10	BL
Minas do Butiá	10	BL
Encruzilhada do Sul	90	BL
São Francisco de Assis	50	BL
Torrinhas	20	BL
Sertão	50	BC
Muçum	40	BC
Santo Augusto	400	BC

Serviços Interurbanos

Para adequar os serviços interurbanos aos novos serviços urbanos implantados e ampliados, e procurando atender o crescimento vegetativo de tráfego interurbano estadual, há necessidade de expansões consideráveis na canalização interurbana. No decorrer do ano de 1978 foram concluídas e entraram em operação as seguintes obras do sistema interurbano:

Rotas de 960 Canais:

Pelotas – Canguçu – Pinheiro Machado
Gravataí – Porto Alegre (Bela Vista)

Rotas de 300 Canais:

Pinheiro Machado – Erval
Itaqui – Estância – Candelária

Rotas de 120 Canais:

Erval – Jaguarão

Rotas de 60 Canais (UHF)

Santa Maria – Alto da Rocha – São Gabriel
 Passo Fundo – Soledade
 Santiago – Jaguari
 Gravataí – Viamão
 Itaqui – São Borja
 Torres – Osório
 Montenegro – Porto Alegre
 Charqueadas – Porto Alegre
 Montenegro – Taquari
 Cachoeira do Sul – Caçapava do Sul
 Dom Pedrito – Teófilo Santos
 Santo Ângelo – Caibaté
 Caibaté – São Luiz Gonzaga

Rotas de 24 Canais (UHF):

Caibaté – Cerro Largo
 Belém Novo – Guaíba – Porto Alegre (Matriz)
 Montenegro – Porto Alegre (Bela Vista).

A Companhia mantém equipamentos PCM em sete (7) municípios, com um total de 58 sistemas; equipamentos de Ondas Portadoras em 9 municípios, com um total de 97 Canais e Rotas de Monocal em 20 municípios.

Ativação de Centrais com Acesso a DDD em 16 municípios.

No ano de 1978 foram assinados novos contratos de materiais e serviços, tanto para o sistema telefônico urbano como para o interurbano, objetivando prosseguir as obras de implantação e melhoria dos serviços de telecomunicações, contratos que atingiram o montante de Cr\$ 1.022.883,00.

Os dados operacionais referentes ao ano de 1978 apresentam a seguinte especificação:

Descrição	Linhas de Serviço	Telefones em Serviço
Porto Alegre		
Automáticas	80.572	145.687
Manuais	204	185
Interior		
Automáticas	65.185	108.555
Manuais	11.599	14.553
TOTAL		
Automáticas	145.712	254.242
Manuais	11.803	14.738

A Companhia efetuou em 1978 um total de 58.438.616 chamadas telefônicas, assim distribuídas:

Registradas	14.011.202
Completadas	12.097.946
DDD	32.329.468

Além de dar continuidade aos programas de obras em execução, a CRT planejou e iniciou a contratação dos "Programas IX e X".

O "Programa IX", em linhas gerais, visa a ampliar os serviços urbanos automáticos através da implantação de novas centrais e através da ampliação de centrais existentes; e dos serviços interurbanos, com a ampliação das rotas existentes. Por este programa está prevista a instalação de 82.600 novos terminais urbanos no Estado, distribuídos entre Capital, Área Metropolitana e interior.

No planejamento do "Programa X", levou-se em consideração a necessidade de melhores serviços telefônicos em áreas com considerável potencial econômico, mas cuja ordem hierárquica, segundo sua potencialidade sócio-econômica, ficou abaixo das localidades no "Programa IX". Com o intuito de prestar os melhores serviços possíveis nessas localidades, e considerando sempre a viabilidade econômico-financeira, a CRT optou pelas seguintes alternativas:

- Entre as localidades consideradas, 29 deverão ser atendidas pela implantação de centrais automáticas compactas, de menor capacidade final, mas que atendam perfeitamente à demanda dos serviços telefônicos. Os serviços interurbanos serão compatibilizados com o urbano implantado.
- Outras 88 localidades serão atendidas pelo remanejamento de centrais não automáticas (BL e BC) atendidas por programas anteriores. Também haverá significativo acréscimo nos serviços interurbanos através de equipamentos remanejados ou contratação de novos.
- A capacidade de central automática de Gravataí será ampliada em mais 1.000 terminais.
- Nas localidades de Torres, Sobradinho e São Sepé, os equipamentos existentes serão substituídos por outros de maior capacidade. Nas localidades de Serafina Corrêa, Marcelino Ramos e Quaraí, serão instalados equipamentos remanejados de outras localidades.

2.5 RECURSOS MINERAIS

A execução da política da exploração dos recursos minerais está delegada à Companhia Riograndense de Mineração - CRM - que, no transcorrer de 1978, alcançou as metas abaixo descritas:

Exploração do Minério de Carvão

- Jazida do Leão

A produção de carvão mineral na Mina do Leão passou de 153.214t do ano anterior para 240.026t, o que denota um acréscimo com taxa de 24,2%.

Quanto a sua capacidade produtiva, deu-se continuidade às medidas de melhora que permitirão até o final de 1979 a extração de 500mil/t/ano de carvão de pedra.

Prosseguiu-se num acelerado programa de prospecção de carvão, que servirá tanto de apoio à Mina Leão I, como para fornecer subsídios à implantação da futura Mina do Leão II. Esta, com uma capacidade de produção de 2 milhões t/ano, abastecerá a unidade de gaseificação da PETROBRÁS, a ser localizada próxima ao Porto do Conde, no Baixo Jacui. O acompanhamento técnico das sondagens, através de ensaios químicos e tecnológicos das amostras recolhidas, permitiu a seguinte evolução das reservas:

A N O	RESERVAS (t)				milhões
	Medida	Indicada	Inferida	Total	
1977	92	113	600	805	
1978	140	65	1500	1705	

Propiciando um aumento de 111,8% a.a. na reserva total.

- Jazida de Candiota

O carvão de pedra extraído no decorrer de 1977 foi 422.558t, que, comparadas as 613.280t do presente ano, acusaram um incremento de 45,1% a.a. na Mina de Candiota.

A prospecção do carvão permitiu que as reservas medidas tivessem um aumento de 37,6% a.a., passando de 319 milhões de toneladas para 439 milhões, como consequência dos trabalhos efetuados pelas sondagens.

- Jazida do Iruí

A Jazida de carvão do Iruí, localizada próximo à rodovia BR-250, na bacia do arroio Iruí, município de Cachoeira do Sul, teve as suas reservas assim dimensionadas:

A N O	RESERVAS (t)								(milhões)
	Medida		Indicada		Inferida		Total		
	Cubagem	△%	Cubagem	△%	Cubagem	△%	Cubagem	△%	
1977	70	-	36	-	224	-	330	-	
1978	126	80	24	33,3	1500	569,6	1650	400	

Jazida de Santa Rita

Prospecção em área do município de Canoas, próxima ao Pólo Petroquímico, às margens do rio Cai e junto à estrada de ferro, teve o seu início em 1978. As reservas alcançaram os seguintes valores:

Reserva indicada – 135 milhões de toneladas
 Reserva inferida – 500 milhões de toneladas
 Reserva total – 635 milhões de toneladas

Exploração do Minério de Cobre

– Jazida Morro do Andrade

Situada no município de Caçapava do Sul, as reservas de minério de cobre, no Morro do Andrade, apresentam os seguintes valores:

Reserva medida : 3.400.000t (teor de 0,5% de cobre)
 Reserva inferida: 200.000t (teor de 0,5% de cobre)
 Reserva total : 3.600.000t

Cabe observar que esta jazida apresenta condições favoráveis à mineração a céu aberto, sob as quais é econômica a obtenção de minério de cobre com teor de até 0,5% de cobre metálico.

– Jazida Volta Grande

As reservas de minério de cobre de Volta Grande, município de Lavras do Sul, apresentam teor de cobre metálico de 1,1%, contendo ainda ouro e prata, cuja extração é também economicamente viável.

A situação das reservas é a seguinte:

Reserva medida : 1.500.000t
 Reserva indicada: 850.000t
 Reserva inferida : 550.000t
 Reserva total : 2.900.000t

Exploração de Minério de Ouro

No decorrer das pesquisas de cobre, em Volta Grande, município de Lavras do Sul, foram localizadas reservas de minério de ouro de interesse econômico, pois apresentam teor médio de 12 gramas de ouro por tonelada de minério, contendo ainda prata e cobre.

Em 1979 pretende a CRM iniciar a mineração de ouro em escala exploratória ou prospectiva, para avaliar, com a máxima segurança, o comportamento do minério.

As reservas de minério de ouro, determinadas, são as seguintes:

Reserva indicada: 200.000t
 Reserva inferida : 300.000t
 Reserva total : 500.000t

Melhoria das condições ambientais e sociais

Atendendo ao preceito de que as condições de vida do trabalhador e de sua família devem merecer toda a atenção e cuidado, receberam os servidores da CRM diversos tipos de assistência que podem ser sintetizados como segue:

– foi oferecida assistência médica e odontológica aos empregados e seus dependentes, além daquela oferecida pela Previdência Social;

– foram concedidos auxílios para cobrir 50% das despesas de transporte de servidores e seus dependentes que estudam em localidades afastadas das minas;

– entidades de ensino, recreativas e assistenciais foram beneficiadas com auxílios financeiros;

– a CRM construiu duas salas de aula junto ao Grupo Escolar de Candiota, dando assim condições para que funcionem, ainda em 1979, as 7ª e 8ª séries do I Grau. Com essa providência, numerosos alunos podem estudar em Candiota, sem terem que enfrentar despesas e desgaste físico com viagens a Bagé;

– recuperação e manutenção de casas das Vilas Residenciais.

3. AREA SOCIAL

3. ÁREA SOCIAL

3.1 EDUCAÇÃO

A preparação de recursos humanos tem sido uma das áreas a que o Governo do Estado tem dispensado especial atenção.

Nesse sentido tem atuado não somente tendo em vista a ampliação do atendimento aos escolares e melhoria das condições da rede, mas também visando a melhor qualificação e à valorização dos recursos humanos ligados ao sistema educativo.

Em 1978, a par do esforço no sentido de expandir a escolarização e de alcançar melhores níveis de ensino, tiveram especial destaque as realizações nas áreas a seguir discriminadas:

Recursos Humanos

- . Nomeação de 4.543 professores concursados – Áreas II e III;
- . abertura de Concurso para o Magistério Estadual – Área I;
- . criação de 06 novas Delegacias de Educação, sediadas em Três de Maio, Cerro Largo, São Luiz Gonzaga, Frederico Westphalen, Camaquã e São Borja;
- . realização do 1 Seminário Estadual de Tecnologia Educacional – participação técnica do ICBA, PUC/RS, PUC/RJ, UFRGS, FEPLAN/RS, DEFSRE-PRONTEL/MEC;
- . continuidade ao processo de sistematização dos contatos entre órgãos de decisão e execução;
- * realização de 05 Encontros de Coordenadores Regionais e Delegados de Educação;
- * realização de 05 Encontros de Diretores de Escolas Públicas Estaduais;
- . instituição das Medalhas “Pedro Carneiro Pereira” e “Honra ao Mérito Esportivo”, destinadas a premiar destaques no ambiente cultural do esporte – Decreto nº 27.731/78;

- . realizações artísticas diversificadas, atingindo os 232 municípios do Estado, com uma audiência de 1.959.477 espectadores;
- . realização, através do Instituto Estadual do Livro, da "1ª Semana do Escritor Gaúcho".

Valorização do Professor

- . Revisão dos instrumentos de avaliação relativos a todos os membros do Quadro de Carreira do Magistério Estadual – registros de 1974 a 1978;
- . criação, no Quadro de Carreira do Magistério Público Estadual, dos cargos de Inspetor de Ensino, Supervisor Escolar, Orientador Educacional e Administrador Escolar – Lei nº 7.132/78, de 13.01.78;
- . incorporação do Regime Especial de tempo de serviço do membro do Quadro de Carreira do Magistério Estadual – Lei nº 7.236/78, de 21.12.78;
- . reclassificação dos Regentes do Ensino Primário e dos Professores do Ensino Profissional Primário – Lei nº 7.237/78, de 21.12.78.

Recursos Materiais

- . Construção de prédios escolares, objetivando atendimento ao programa de extensão e expansão do ensino:
 - * beneficiando a 62.000 alunos, em 30 municípios, com recursos do BNH;
 - * atingindo a 583 escolas – 86.900 m² – em 215 municípios, com recursos do FAS rural;
 - * totalizando 113.770 m² – 469 salas de aula, 203 salas especiais e demais dependências em 32 municípios, com recursos do FAS urbano;
- . construção, ampliação e recuperação, através de recursos do salário educação, de 175 prédios escolares, abrangendo uma área de 16.557 m² edificadas;
- . aquisição de fogões, utensílios e material de cantina, para atendimento a 606.337 alunos beneficiados pela merenda escolar;
- . criação do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul;
- . instalação do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, em sede própria;
- . intervenção junto ao governo do Estado e ao IPHAN, revertendo em medidas terapêuticas aos danos nas ruínas de São Miguel.

Atendimento ao Aluno Carente

- . Compra de vagas em escolas particulares, beneficiando a 61.164 alunos de 1º grau;
- . bolsas de estudos concedidas a 43.910 alunos de 2º grau;
- . distribuição de 1.945.250 livros didáticos, beneficiando a 738.319 alunos de 1º grau – convênio SEC/FENAME, PLIDEF – em 12.032 escolas de 187 municípios;
- . distribuição de 21.979 livros didáticos a alunos do ensino superior – PLIDES – e 11.000 a alunos do ensino supletivo – PLIDESU;
- . distribuição, através da merenda escolar, de produtos alimentícios a 606.337 alunos, em 4.212 escolas, pelo convênio SEC/SCAE;
- . montagem de 14 clínicas de Leitura, para desenvolvimento do Programa de Reeducação da Linguagem.

Atividades Curriculares

- . Elaboração de Diretrizes Curriculares para o ensino de 1º grau;
- . realização de exames de suplência profissionalizante;
- . atualização dos Cursos Supletivos, em termos de Educação Permanente, com a implantação da Resolução 137/78, da CEE;
- . implantação do Centro de Estudos Supletivos de Porto Alegre;
- . implantação do “Projeto Natureza” – valorização e defesa do meio ecológico – envolvendo a comunidade de 185 municípios do Sistema Estadual do Ensino;
- . elaboração do Sistema de avaliação do PRODERF – Programa de Desenvolvimento de Recursos Humanos na Região de Fronteira;
- . realização dos XII Jogos Intermunicipais do R.G.S. (JIRGS), com a participação de aproximadamente 3.000 atletas, e promoção do VI Campeonato Escolar Gaúcho (CEG), ao qual acorreram 79.500 atletas.

Por outro lado, a SEC vem atuando no sentido de atingir seus objetivos setoriais, procurando sempre racionalizar a utilização dos recursos postos à sua disposição. Assim, em 1978 foram atingidas, no Programa de Ensino de 1º grau, as metas a seguir relacionadas, de acordo com seus respectivos objetivos:

Quanto ao objetivo de elevar a taxa de escolarização conforme o previsto no II PND:

- coordenação geral do Ensino de 1º grau, pela manutenção do Departamento de Educação Fundamental;

- expansão da escolarização através da:
 - . instalação de novas séries de 1º grau em número de 25 de 1ª a 4ª série e de um total de 117, incluindo 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries;
 - . introdução de novo turno de funcionamento em 43 escolas de 1º grau;
 - . autorização de funcionamento de 37 escolas estaduais de 1º grau e 11 escolas municipais e particulares;
- reorganização da Rede Escolar de 1º grau, através da reorganização de 1.240 escolas modelos I e IV, 28 escolas modelo II e 8 escolas modelo III, e expedição de 426 Regimentos;
- melhoria do ensino de 1º grau através de:
 - . equipamento de 23 laboratórios, 121 salas especializadas, 25 salas para bibliotecas e 6 para jardins de infância;
 - . manutenção de 13 Ginásios Agrícolas e Industriais, 1 Escola Normal, 44 Unidades Móveis de Iniciação para o Trabalho e 14 Centros Interescolares de 1º Grau.
- construção de prédios escolares através de convênio com o BNH mediante a construção de escolas em 30 municípios de modo a atingir 62.000 alunos; do Projeto FAS, mediante a construção de 790 salas de aula, beneficiando 583 escolas no meio rural de 215 municípios, e do Projeto SEC/NORIE/SDO mediante a construção de 40 escolas com 469 salas de aula e 203 salas especiais, beneficiando zonas urbanas de 32 municípios;
- construção, ampliação e recuperação de 175 prédios escolares com recursos do Salário-Educação;
- ampliação de 2 prédios escolares com recursos da Quota Federal;
- municipalização do Ensino de 1º Grau, através de: repasse financeiro a 231 municípios para manutenção de escolas de 1º grau no meio rural:
 - . assistência técnica e financeira a 63 municípios para desenvolvimento e melhoria do ensino do meio rural;
- concessão de vagas e bolsas de estudos a alunos carentes totalizando 61.164 vagas em 499 escolas de 140 municípios e 2.330 bolsas de estudo;
- atendimento e inspeção médica totalizando:
 - . 137.566 atendimentos em clínica;
 - . 5.160 inspeções em alunos de 1ª série;

- 192.942 inspeções para a prática da Educação Física;
- . atendimento especializado sendo 773 em psiquiatria, 1.408 em neurologia, 25.829 em oftalmologia.
- execução do Projeto de Educação em Prevenção do Câncer – SEC/Liga Feminina de Combate ao Câncer;
- execução do Projeto de Odontologia Escolar, totalizando 152.140 atendimentos pelo sistema tradicional; aplicação tópica de fluoretos atingindo 5.508 escolas de 1ª, 7ª e 10ª DE; realização de 699 palestras sobre Saúde Oral; execução do Projeto Produto Escolar para assistência odontológica no Sistema Incremental ampliando a potencialidade de atendimento odontológico para 37.000 alunos;
- desenvolvimento dos programas de:
 - . Serviço Social Escolar, envolvendo assistência social do tuberculoso – 514 famílias, treinamento e cedência de professores para trabalho comunitário; concessão de auxílios na forma de material escolar, aparelhos corretivos, vestuário e calçados e orientação aos Círculos de Pais e Mestres das Escolas;
 - . livro didático, com distribuição de 1.978.229 livros didáticos.
 - . educação para a saúde, tendo como temas centrais doenças transmissíveis e saúde do coração;
 - . nutrição escolar, envolvendo distribuição de merenda escolar atingindo 606.337 alunos; treinamento de recursos humanos e aproveitamento de estagiários; e a aquisição de fogões e material de cantina para escolas estaduais. Além dessas atividades devem ser destacados o Projeto Operação Escola com fornecimento diário de refeição balanceada a pré-escolares de 1º grau e o Projeto Merenda de Férias com distribuição de 93.139 refeições;
 - . psicologia escolar, com atividades preventivas nas 1ªs séries, beneficiando 13.531 alunos e recuperadoras de 2ª a 8ª séries, beneficiando 833 alunos.

Quanto ao objetivo de reduzir substancialmente a retenção e/ou evasão do fluxo da 1ª e 2ª séries:

- educação compensatória pela preparação antecipada de 1.093 crianças carentes matriculadas para 1ª série;
- atendimento ao pré-escolar pelo fornecimento de material de consumo a 60 classes de jardim de infância;
- programa de reeducação da linguagem, envolvendo entre outras atividades 14.802 sessões de terapia reeducativa; 721 encaminhamentos de diagnóstico; 495 sessões de avaliação; montagem de 14 clínicas de leitura no interior; atendimento a 14.050 crianças com problemas de linguagem e realização de um curso para Especialização em Reeducação da Linguagem para 39 participantes;

- programa de Enfermagem Escolar incluindo treinamento de recursos humanos em números de 124; entrevistas, palestras e reuniões com pais, educadores e alunos, atingindo 1.327 pessoas; 7.785 atendimentos incluindo acompanhamentos, visitas e campanhas; vacinação de 182.948 alunos; plantões nos Centros de Assistência ao Educando e realização de cursos visual e auditivo em número de 245.

Em relação ao Programa de Ensino de 2º Grau as atividades desenvolvidas visando ao objetivo de propiciar condições que permitam atender ao aumento do percentual de matrículas foram:

- . manutenção do ensino de 2º Grau e do ensino profissionalizante;
- . concessão de bolsas de estudo em número de 44.292;
- . aquisição de um imóvel para implantação de uma escola de 2º Grau;
- . equipamento e ampliação da rede, pela aquisição de equipamento para 3 escolas e de laboratórios para outras 16.

Quanto ao objetivo de diminuir substancialmente o índice de evasão e/ou retenção, foram realizadas as seguintes atividades:

- . atualização de recursos humanos, atingindo um total de 331 profissionais;
- . elaboração de diretrizes curriculares para a Habilitação do Magistério;
- . melhoria do Processo de Planejamento do Ensino de 2º Grau;
- . implementação de projetos de diretrizes curriculares junto às Delegacias de Educação.

Com relação ao Ensino Superior, dois foram os objetivos básicos:

- Criar estímulos para a melhor distribuição dos profissionais de acordo com a necessidade regional, envolvendo o planejamento de uma política de motivação de emprego e política tecnológica, tendo sido para isso executadas as seguintes atividades:

- . formação de recursos humanos para a educação, atingindo 956 professores;
- . cursos supletivos de 2º Grau, atingindo 102 professores;
- . estudos adicionais, atingindo 99 professores;
- . licenciatura de 1º Grau, atingindo 145 professores;
- . educação especial atingindo um total de 144 professores;

- . participação no Programa para o desenvolvimento de Recursos Humanos na Fronteira do Brasil com o Uruguai, atingindo 903 professores; e
- integrar o setor Público Estadual e as Instituições de Ensino, no que se refere à informação atualizada das reais necessidades de mão-de-obra qualificada no Estado, apresentando, por sua vez, o seguinte elenco de realizações:
 - . equipamento e manutenção do Departamento de Assuntos Culturais Universitários;
 - . organização, fornecimento e manutenção de informações básicas;
 - . divulgação de atividades do Ensino Superior;
 - . atualização de recursos humanos;
 - . cedência de Professores a instituições de Ensino Superior;
 - . estágio supervisionado de alunos em escolas da rede pública;
 - . realização de três encontros educacionais, versando sobre Filosofia e Filosofias nas Faculdades de Educação, Prática de Ensino de 3º Grau e Currículo por Atividades, respectivamente;
- concessão de contribuições para entidades de Ensino Superior e de bolsas de estudo em número de 9 para cursos de pós-graduação e de 1.006 para curso superior;
- concessão de 81 licenças para qualificação profissional a membros do magistério público estadual.

O programa de Ensino Especializado teve como objetivo fundamental incentivar o ensino supletivo comum e profissionalizante. As atividades mais relevantes nesse sentido foram:

- . manutenção do Ensino Supletivo, atingindo 27.098 alunos;
- . realização de exames supletivos de 1º e 2º graus em julho e novembro, totalizando 15.452 inscritos no 1º grau e 23.883 inscritos no 2º grau;
- ensino supletivo pelo rádio, para atender a 1.191 alunos, além de módulos profissionalizantes e programas informativos e culturais para o público em geral;
- . manutenção de Centros Rurais de Ensino Supletivo;
- . preparação de recursos humanos.

Com relação ao Esporte procurou a SEC dar apoio à construção e ao equipamento de ginásios e praças de esportes. Procurou também integrar a

ação pública às entidades associativas privadas, visando ao desenvolvimento das práticas desportivas em geral. Neste sentido foram desenvolvidas as seguintes programações:

- . XIII Jogos Intermunicipais do RS (XIII JIRGS);
- . XIV e XV Seminários do Esporte Gaúcho;
- . colaboração na campanha do Esporte para todos;
- . promoção de Recreios Desportivos e Colônias de Férias;
- . promoção de Jogos Escolares de 1º e 2º Grau;
- . VI Campeonato Escolar Gaúcho – VI CEG;
- . atualização de Recursos Humanos;
- . auxílio a Federações Esportivas Amadoristas.

No âmbito da cultura procurou-se:

Preservar e, quando necessário, restaurar os bens que constituem o patrimônio histórico do Estado, através da continuação das obras de recuperação do Teatro São Pedro e da restauração de 2.442 peças do acervo de instituições culturais;

dinamizar os programas existentes e ampliar a área de abrangência das promoções artístico-culturais, tendo sido promovidos 895 realizações artísticas diversificadas que envolveram aproximadamente 1.959.477 pessoas;

incentivar a pesquisa dos aspectos históricos e tradicionalistas do nosso povo, inclusive pela vinculação do setor público estadual às instituições de Ensino Superior. Nesse sentido, proveu-se a manutenção de 18 instituições e dos serviços de 16 outras. Criou-se o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. Realizaram-se ainda pesquisas arqueológicas, paleoindígenas e de sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul;

- desenvolver formas de estímulo ao aperfeiçoamento técnico-científico e humanístico, mediante programas que possibilitem o aprimoramento cultural. Nesse sentido, foram realizadas outras 554 promoções culturais envolvendo aproximadamente 1.093.069 pessoas; distribuição de 71.460 publicações, sendo 2.000 editadas pelo DAC; aumento do acervo cultural das instituições do DAC com o acréscimo de 37.088 peças; realizações culturais vinculadas a conteúdos curriculares, entre os quais o Trem da Cultura – 1978, o Museu vai à Escola, Encontros de Escritores com Estudantes de 1º e 2º Graus, em número de 28, Encontros de Artistas Plásticos com Estudantes de 2º Grau, em número de 15, sessões artístico-culturais e de incentivo à criatividade e exposições itinerantes de acervos artístico-culturais.

Além das atividades citadas merecem ser mencionadas:

- implantação de um sistema de apoio ao professor com vistas à melhoria de produtividade do Ensino de 1º Grau;
- . elaboração e divulgação de diretrizes, subsídios e material de apoio ao trabalho docente;

- realização das Feiras de Ciências;
- aperfeiçoamento do sistema de informações estatístico-educacionais abrangendo todas as áreas de ensino;
- testagem, implementação, acompanhamento e avaliação de Tecnologias Educacionais;
- implementação de estratégias, integrando os órgãos da SEC com as diversas Instituições que operam na área de Teleducação, entre as quais a EMBRAFILME, TVE/CANAL 7 e FEPLAN.

3.2 SAÚDE

A Secretaria da Saúde, entidade responsável pelo Programa Saúde no Estado, tem como objetivo maior promover, proteger e recuperar a saúde da população do Rio Grande do Sul, mediante ações próprias e através de convênios com outras instituições públicas ou privadas.

As atividades da Secretaria da Saúde podem ser divididas em:

- atividades-fim (voltadas para a saúde dos indivíduos), que se constituem nas ações de saúde sobre a pessoa e sobre o ambiente. As primeiras correspondem às ações médico-sanitárias em nível ambulatorial e hospitalar. As demais se relacionam com o meio ambiente, tais como: água, dejetos, contaminação do ar, da água, do solo, resíduos sólidos e saúde animal, e
- atividades-meio (voltadas para o desenvolvimento da infra-estrutura), que compreendem as atividades de produção de insumos, drogas e medicamentos, capacitação de pessoal, planejamento, administração de recursos humanos, materiais e financeiros.

A Secretaria da Saúde nas suas diversas áreas de atuação, durante o ano de 1978, realizou as seguintes atividades:

Materno-infantil

Foram realizadas as seguintes consultas médicas:

- pré-natais	78.184
- puérperas	3.788
- menores de 1 ano	207.456
- de 1 a 4 anos	255.341

Doenças Cardiovasculares

- Apresentação de 15 trabalhos em congressos;
- 25 trabalhos publicados ou em publicação;
- aperfeiçoamento profissional de cardiologistas recém-formados, a nível de pós-graduação;
- colocação de 27 bolsistas residentes e 3 médicos estagiários no IC/FUC.

Foram ainda realizadas 28.099 consultas ambulatoriais; 2.388 hospitalizações, 478 cirurgias cardiovasculares e 85 cirurgias em crianças cardiopatas.

Saúde Oral

Foi efetuada fluoretação das águas de abastecimento público dos municípios servidos pela CORSAN, convênio Secretaria da Saúde/RS, CORSAN e Prefeituras, com a distribuição do sal de flúor, atingindo 96 municípios.

Foram instalados 12 novos consultórios e mantidos um total de 238 consultórios; concedidas 7 bolsas de estudos e reciclados 30 cirurgiões-dentistas para detecção do câncer oral e implantação, para teste, do Sistema de Elaboração e Controle e Avaliação da Programação (SECAP), em duas unidades sanitárias.

Em 1977 e 78 foram realizadas 154.182 restaurações e 822.655 extrações dentárias.

Controle do Câncer

Somente no ano de 1978, foram repassados a Entidades do Estado recursos de Cr\$ 6.958.889,04, oriundos da Divisão Nacional do Câncer do Ministério da Saúde, para pagamento de leitos, exames e material permanente.

Controle da Tuberculose

A tabela a seguir permite verificar a atuação do programa Controle da Tuberculose em 1978:

- Leitos-dia disponíveis para pacientes tuberculosos . . .	147.095
- Cura de pacientes	4.766
- Descoberta de novos casos	6.199
- Investigações e quimioprofilaxia de contatos	16.766
- Vacinação em crianças com BCG	177.642
- Baciloscopia para diagnóstico de tuberculose	63.371
- Baciloscopia para controle da tuberculose	-
- Testes tuberculíneos	40.943
- Exames radiológicos	3.991
- Abreugrafias	37.728
- Atendimento a pacientes tuberculosos inscritos no ano, com distribuição gratuita de medicamentos	7.302
- Treinamento de técnicos e auxiliares	136

Dermatologia Sanitária

A equipe de dermatologia apresentou o seguinte desempenho:

- Leitos disponíveis para hansenianos	132.860
- Exames de contatos hansenianos - Exames Dermatoneurológicos	1.434
- Descoberta de novos casos	256
- Tratamento de doentes conhecidos	1.854

- Exames baciloscópicos realizados em Unidades Sanitárias da SS/RS	1.012
- Doentes conhecidos hansenianos	3.150
- Avaliação do grau de incapacidade física de hansenianos	1.175
- Vacinação BCG em contatos	238
- Exames histopatológicos, realizados	281
- Atendimento de casos de doenças venéreas	11.326
- Atendimento de casos de sífilis	4.472

Controle de Doenças Transmissíveis

Especial ênfase foi dada no período às ações que visavam à redução das doenças transmissíveis, através da aplicação de agentes imunizantes contra a variola, tétano, difteria, coqueluche, sarampo, poliomielite, meningite meningocócica, tuberculose, rubéola, febre tifóide e raiva.

A discriminação abaixo dá uma idéia do número de doses de vacinas aplicadas em pessoas e cães:

- Poliomielite	622.007
- Sarampo	209.702
- Difteria, tétano e coqueluche	535.884
- Toxóide tetânico	268.837
- Variola	213.280
- Raiva (pessoas)	5.094
- Raiva (cães)	209.984
- Febre tifóide	12.228
- Rubéola	52.459
- BCG em crianças	177.642
- Caxumba	170.629

Fiscalização, Inspeção e Controle do Equilíbrio Ecológico

Deste programa fazem parte as ações que visam a manter vigilância sobre condições de saneamento ambiental, fiscalização da produção e do comércio de alimentos, de engenharia sanitária e o exercício das profissões ligadas à área de saúde.

Realizações em 1978:

- Diplomas registrados	1.708
- Certificados registrados	26
- Alvarás de licença para funcionamento de estabelecimentos sujeitos à fiscalização do exercício profissional	818
- Revalidação de alvarás	3.452
- Receitas visadas	1.768
- Receitas com visto indeferido	712
- Estudos e pesquisas sobre as condições do meio ambiente e controle da poluição	9

- Trabalhos, relatórios, normas, convênios sobre atividades para a preservação e melhoria do meio ambiente	80
- Visitas, inspeções e levantamentos para controle da poluição	172
- Preparação de recursos humanos	489
- Cursos, Encontros e Estágios	14
- Análises de controle do ar, água e solo	1.166
- Reuniões com órgãos ligados à preservação do meio ambiente	175
- Outras reuniões para compatibilizar a política Estadual de proteção ao meio ambiente, com a Federal ..	105

Recursos Materiais

O número de leitos-dia disponíveis, por ano, nos hospitais especializados da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, é o seguinte:

- Saúde Mental	1.099.380
- Tuberculose	134.685
- Hanseníase	132.860
- Cardiopatias	33.580

Recursos Humanos

Para execução de seus programas, a Secretaria da Saúde conta atualmente com 7.125 servidores, dos quais 2.430 técnicos-científicos e 4.695 auxiliares.

Produção de Insumos Básicos

Esta Secretaria voltou-se também à produção de drogas, medicamentos e agentes imunizantes.

Através do Instituto de Pesquisas Biológicas (IPB), foram produzidos soros e vacinas anti-rábicas, antivariólicas, antigripais, antitíficas e BCG

Foram instalados 5 Laboratórios Regionais e 10 Laboratórios Locais de Análises Clínicas, em Convênio com o Ministério da Saúde.

Para melhor execução das atividades nos Laboratórios Regionais foram treinados 10 técnicos e 15 auxiliares.

A produção do Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS) relativa aos produtos psicofármacos, tuberculostáticos, antibióticos específicos para doenças venéreas, medicamentos específicos para o Setor Dermatológico Sanitário, medicamentos específicos para Cardiopatas e Câncer, medicamentos da linha CEME, medicamentos básicos destinados aos Programas de Saúde Pública, durante o ano de 1978, foi o seguinte:

- Comprimidos	67.956.000
- Drágeas	28.585.200
- Soluções	1.080.000

- Líquidos	2.031.549
- Pomadas	962.000
- Cápsulas	1.100.000
- Suspensões	1.540.000
- Injetáveis	2.035.200

Centro de Processamento de Dados.

Além da manutenção dos sistemas implantados em anos anteriores, a Secretaria da Saúde implantou, em 1978, dez novos sistemas.

Foram utilizadas 4.490 horas de computador e impressos relatórios num total de 1.384.000 páginas.

Estatística

Com relação às estatísticas de saúde, a Equipe de Estatística realizou no período: coleta de Declarações de Óbitos, num total de 53.628; coleta de Registro de Nascimentos, 211.995; recebimento de fichas de pacientes portadores de câncer, 11.478; atendimento de solicitações de estatísticas vitais, 852; recebimento de Boletins sobre o movimento hospitalar no Estado, referentes à categoria do hospital, número de leitos, especialização, recursos humanos, grau de utilização, média de permanência e giro do leito, num total de 410.

Departamento de Perícia Médica

Através desse Departamento foram emitidos 73.900 laudos, sendo 18.000 para ingresso, 55.000 para licença, 700 para aposentadoria e 200 para outras finalidades.

3.3 SANEAMENTO

O sistema de saneamento básico não só promove o desenvolvimento urbano como eleva o bem-estar da população. Cabe à Companhia Rio Grandense de Saneamento – CORSAN, executar e dinamizar cada vez mais uma política de abastecimento de água potável bem como do sistema de esgotos.

Sanear depurando é um dos objetivos governamentais para este meio ambiente castigado e depredado pelo homem em busca de uma maior produção, sem importar os meios, para atingir tais fins.

O Rio Grande do Sul que, em tempos passados, teve em seus campos a arborização como ornamento e sustentáculo de suas terras, viu num espaço de tempo pequeno, pela exploração irracional de soja, ruírem suas florestas, causando sérios danos à umidade do solo e propiciando uma franca e acelerada erosão das terras férteis, cujos resultados são catastróficos não só para a agricultura, mas também para os mananciais de água.

A CORSAN realizou obras em 205 localidades, beneficiando diretamente 216 localidades, das quais 204 são sedes municipais que, somadas às com administração própria, atingem 266 sedes municipais.

Dos restantes seis municípios a serem atendidos, quatro já estão em obras e dos outros dois, um tem contrato com o BNH e o outro tem projeto técnico elaborado.

A relação de benefício/custo apresenta os seguintes dados:

- 731 km de novas redes beneficiaram 15.000 novos usuários, com custo total que atingiu Cr\$ 98.700.000,00, com um custo "per capita" de Cr\$ 658,00;

- em ampliações e melhorias nos demais sistemas foram gastos Cr\$ 75.300.000,00 para uma população de 2.210.000 habitantes atendidos, com um custo unitário de Cr\$ 34,07/habitante;

- os investimentos realizados no exercício de 1978, com obras em fase de conclusão, como reforço de sistemas, adução, etc., trarão benefícios nos anos subseqüentes à população das localidades atingidas.

Sinopse das principais variáveis de 1978

- População atendida - água	- hab.	2.360.000
- População atendida - esgoto	- hab.	212.000
- Localidades atendidas - água	- munic.	216
- Localidades atendidas - esgoto	- munic.	18
- Econ. atendidas - água	- resid.	590.000
- Econ. atendidas - esgoto	- resid.	53.000
- Rede utilizada - água	- m	7.510.000
- Rede utilizada - esgoto	- m	370.800
- Capacidade reservação - água	- m ₃	230.000
- Produção - água	- m ₃	170.000.000
- Hidrômetros instalados	- unid.	292.000
- Investimentos realizados-valor	- (Cr\$)	300.000.000

Obras Executadas

Sistema de Captação

Atividade Fase	Poços	barragens	câmaras	fontes	montagem poços (incluindo abrigos e lig. à rede)	melhorias e captação
Em execução	15	03	05	02	34	08

Sistema de Recalques

Atividade / Fase	Instalação (Incluindo abrigos, quadros de comando e ligações)	subs. de grupos de recalques
Concluídos	13	04
Em execução	17	03

Sistema de Tratamento

Atividade / Fase	construção de ETAs	ampliação de ETAs	melhoria de ETAs
Concluídos	05	05	04
Em execução	04	05	06

Sistema de Reservação de Água

Atividade / Fase	reservatórios	capacidade (m ³)
Concluídos	23	15.600
Em execução	24	10.350

Sistema de Distribuição

Atividade	localidades atendidas	quantidade (m)
Auditoras Rede/Distribuição	32 163	75.500 731.000

Diversos

Atividade Fase	concluídos	em obras
Abrigo de bombas	08	05
Postos de serviços	03	-
Casa de poceiros	04	01
Casa de laborator.	02	-
Escritório de obras	01	-
Almoxarifado e oficinas	02	-
Linhas telefônicas	05	-
Ramais AT e SET	05	12

- Projetos Técnicos Executados
- Ampliações de Sistema de Distribuição:
 - Grandes 19
 - Pequenas 103
- Implantação de Sistemas 07
- Ampliação Geral de Sistemas 04
- Ampliação de Sistemas de Produção 10
- Aproveitamento de Poços 23
- Relatórios Técnicos Preliminares 01

Quanto ao Programa Pequeno Saneamento Básico, de responsabilidade da Secretária da Saúde, constaram de seu desempenho em 1978:

Melhorias em Abastecimento de Água

- Ligações à rede pública 2.384
- Poços construídos 353
- Poços recuperados e protegidos 871
- Reservatórios instalados 737
- Caixas de captação de fonte 79
- Banheiros instalados 444
- Chuveiros instalados 741
- Lavatórios instalados 750
- Tanques de lavar roupa instalados 1.083
- Pias de cozinha instaladas 254
- Filtros instalados 120

Melhorias em Disposição de Lixo

- Recipiente p/lixo distribuídos 6.708
- Fossas p/lixo construídas 1.770
- Incineradores de papéis instal. 252

Melhorias em Prédios

- Prédios melhorados 1.023
- Construções orientadas 587

Melhorias em Disposição de Dejetos

- Privadas de fossa seca	9.076
- Privadas de fossa de fermentação	548
- Privadas de vaso sanitário (WC)	880
- Tanques sépticos instalados	527
- Fossas absorventes construídas	602
- Fossas de infiltração de águas residuais	360
- Mictórios instalados	49
TOTAL GERAL	30.198

3.4 PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Entendida a proteção ao meio ambiente como o conjunto de ações desenvolvidas para a proteção dos recursos naturais e controle de poluição ambiental, desenvolve-as o Estado em caráter preventivo e em caráter corretivo.

A ação preventiva se volta para a defesa e preservação de recursos naturais representativos dos principais ecossistemas, de modo a harmonizar benefícios econômicos e nível de qualidade de vida com a minimização dos impactos de cada um desses fatores sobre o outro.

A ação corretiva visa a atenuar e, se possível, corrigir os danos causados à saúde humana e ao meio ambiente pela poluição já caracterizada nos maiores centros urbanos.

Para realizar "o planejamento da proteção ambiental no Estado e o acompanhamento da execução pelos órgãos competentes da administração estadual e dos programas a ela concernentes" foi criada, pelo Decreto Estadual 23.082, de 26-04-74, a Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico (CCEE) vinculada à Secretária da Saúde.

O citado decreto "institui a Política Estadual de Proteção Ambiental, organiza sob a forma de sistema as atividades de proteção do meio ambiente e dá outras providências", estabelecendo como funções básicas do Sistema Estadual de Proteção Ambiental as seguintes:

- elaboração de estudos para a definição da Política Estadual de Proteção Ambiental;
- elaboração do Plano Estadual de Proteção Ambiental e de Programas gerais e setoriais;
- controle e prevenção da poluição do meio ambiente;
- levantamento das condições sanitárias do solo, águas e ar da região;
- preservação e utilização racional da flora e da fauna rio-grandense.

As atividades da Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico em 1978 são a seguir relacionadas:

- realização de 9 estudos e pesquisas sobre as condições do meio ambiente e controle da poluição;
- 80 trabalhos, relatórios, normas, convênios sobre as atividades para a preservação e melhoria do meio ambiente;
- 172 visitas, inspeções e levantamento para controle da poluição;
- preparação de recursos humanos: 489;
- cursos, encontros e estágios: 14;
- análises de controle do ar, água e solo: 1.166;
- reuniões com órgãos ligados à preservação do meio ambiente: 175;
- outras reuniões para compatibilizar a política estadual de proteção ao meio ambiente, com a federal: 105

Integrada também a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul às atividades de proteção ao meio ambiente, desenvolveu a mesma em 1978:

- serviços especializados de assessoramento e consultoria referentes à conservação do meio ambiente da área que terá a influência direta do III Pólo Petroquímico, prestados diretamente ao CONPETRO, conforme contrato firmado com o Estado do Rio Grande do Sul;
- Termo de Ajuste com o IBDF para a realização do projeto Pró-Fauna, relativo ao estudo e pesquisa da fauna cinegética do RS;
- Convênio com Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, para a prestação de serviços especializados de consultoria e assessoramento ecológico, assistência técnica, inventário da flora, administração e execução de projetos e serviços;
- participação na elaboração do Plano Básico do Parque Estadual Delta do Jacuí, conforme contrato firmado com o governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas;
- contratos com as Prefeituras para assessoramento e consultoria na área de preservação dos recursos naturais;
- Convênio com a Fundação Brasileira para a conservação da Natureza, objetivando estudos bio-ecológicos mediante repasse direto de recursos específicos.

Igualmente a METROPLAN – Fundação Metropolitana de Planejamento, responsável pela organização do espaço metropolitana, ao estudar e propor o ordenamento da ocupação do solo na Região Metropolitana de Porto Alegre, tem uma permanente preocupação com a qualidade da vida nessa região.

Tal é o caso do projeto **PROTEÇÃO AMBIENTAL**, cujo objetivo é ativar a política de prevenção e controle da poluição das águas, do solo e do ar. Como tarefas básicas para implantação de tal política, a **METROPLAN** elaborou **Matriz de Avaliação do Impacto Ambiental**, divulgada em documento editado em 1978.

Além disso, foram realizados contatos de entrosamento com outros órgãos que atuam na proteção ambiental.

A **METROPLAN** elaborou documento sobre tipos e formas de vegetação que devam ser consideradas de preservação permanente, com vistas à definição de áreas sob proteção da legislação florestal (**Subsídios para Definição de Áreas de Preservação Permanente**).

Em convênio com a **SEPLAN**, elaborou documento sobre **Zoneamento Industrial em Áreas Críticas de Poluição**, objetivando definir áreas que, pela localização, comprometem a qualidade ambiental na **RMPA** e estabelecer níveis de atividade quanto à qualidade ambiental.

A entidade iniciou também pesquisas para o **Plano de Orientação e Localização de Indústrias na RMPA**, tendo como um dos objetivos a caracterização de zonas industriais e sua classificação segundo as restrições do meio urbano industrial e do meio ambiente. Foram executados os levantamentos iniciais e está em execução a classificação das indústrias.

3.5 ASSISTÊNCIA

Nas sociedades modernas os problemas de cunho social que afetam tanto a indivíduos como a grupos têm permanecido como um desafio aos governantes.

A ação do Governo do Rio Grande do Sul no sentido de minorar esses problemas vem sendo efetivada por medidas preventivas e terapêuticas.

Espera-se que a melhoria das condições de vida, advindas da extensão dos benefícios do desenvolvimento a todas as camadas sociais, reduza a incidência de problemas de marginalização e carência, permitindo a concentração de esforços na área de atendimento preventivo.

Até que isso aconteça, entretanto, vem o Governo do Estado envidando esforços numa e noutra frente, atuando no sentido de:

- dimensionar o quadro da marginalização no Estado;
- estudar uma solução intersetorial, incluindo as áreas da Educação, Saúde, Trabalho e Assistência;
- ampliar, especificamente em relação ao menor, a oferta de oportunidades para treinamento e prática profissionalizantes;
- incentivar a sociedade, como um todo, a participar da busca de soluções recomendáveis;
- transferir recursos às entidades assistenciais particulares, com vistas à assistência aos desvalidos e à velhice.

As atividades do setor assistencial foram desenvolvidas na área de assistência e serviço social, desenvolvidas na área de assistência e serviço social, desenvolvimento comunitário e apoio a entidades assistenciais, assistência ao menor e continuidade da implantação do Programa de Centros Sociais Urbanos.

Tais atividades são coordenadas pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, estando sua execução a cargo da Fundação Sul-Riograndense de Assistência, Fundação do Bem-Estar do Menor e Fundação Gaúcha do Lazer e Recreação.

Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário

Os programas de assistência social e desenvolvimento comunitário têm sua execução a cargo da Fundação Sul-Riograndense de Assistência, cujas atividades são estrategicamente dirigidas no sentido da prevenção de problemas e desenvolvimento de condições que permitam reações positivas de enfrentamento da problemática social.

Dentre os programas desenvolvidos destacaram-se o Projeto DUAPÉ – Operação Casulo, que prestou atendimento ao pré-escolar em 80 creches, atingindo um total de 3.530 novas vagas, em convênio com o Ministério de Previdência Social; atendendo ao idoso carente através de apoio técnico e financeiro a 39 entidades sociais, com atendimento de 690 velhos carentes; atendimento social direto, pela Central de Informações e Encaminhamentos criada em 1977 a 2.554 pessoas, 930 imigrantes cadastrados e 1.059 colonos da área indígena de Nonoai; desenvolvimento comunitário em núcleos habitacionais, objetivando mudança de padrões de comportamento em famílias que ascenderam à posse de uma casa própria.

O atendimento a Famílias do Quarto Estrato se efetivou através de contratos celebrados com 49 entidades, com vagas abertas para atendimento de 1.825 famílias/mês e com 47 Prefeituras Municipais, com vagas para 2.250 atendimentos/mês, totalizando 4.075 famílias beneficiadas.

Atendimento ao menor carente

Cabe à Fundação Estadual do Bem Estar do Menor a execução da política de atendimento ao menor carente no Rio Grande do Sul.

As atividades desenvolvidas pela FEBEM foram orientadas no sentido de despertar uma consciência viva e atuante de solidariedade nas comunidades, reforçar as células familiares ameaçadas de desagregação e estabelecer medidas tutelares e assistenciais rápidas e práticas.

Essas atividades, que constituem os programas preventivo e terapêutico, permitiram ampliar o atendimento em 1978 para aproximadamente 67.000 menores, atingindo 101 municípios.

O Programa Preventivo da FEBEM constitui-se em ação comunitária com a participação das entidades assistenciais e é desenvolvido em coparticipação com a comunidade. Caracteriza-se pelo baixo custo operacional e alta

rentabilidade qualitativa e quantitativa, tendo, em 1978, oferecido atendimento a 39.982 menores, através de 182 contratos de cooperação técnico-financeira e visando à fixação do menor em um meio familiar adequado.

É importante registrar a implantação e operacionalização dos Centros de Bem Estar do Menor – CEBEM, cujas atividades atingiram 26.130 menores, visando a integrá-los na família e na comunidade, bem como a execução dos Projetos Assistenciais de Menores, que, em 125 unidades de atendimento, envolvem atividades recreativas, socializantes e de iniciação profissional.

O programa terapêutico, cujo atendimento se concretiza na rede de estabelecimentos próprios da FEBEM e através de subvenção de entidades, atingiu em 1978 a 14.779 menores.

Neste tipo de atendimento é importante ressaltar a implantação dos Centros de Atendimento ao Menor e Profissionalização Rural (CAMPRUS), dos quais 11 já se encontram em plena atividade. Em 1978, mediante convênio assinado com o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAFR), a FEBEM profissionalizou cerca de 1.000 menores, através do Projeto CAMPRUS.

A FEBEM ainda desenvolveu intensa atividade na área da pré e profissionalização de menores. Além dos convênios executados através da Fundação Gaúcha do Trabalho, realizou treinamento para mais de 500 menores no seu próprio Centro.

No sentido da colocação e acompanhamento profissional, a FEBEM encaminhou ao mercado de trabalho 1.286 menores de ambos os sexos, na faixa etária de 14 a 18 anos, procedentes da Rede Própria da Fundação e de instituições particulares, sendo que 486 foram efetivamente aproveitados.

Lazer e Recreação

Os programas da área de Lazer e Recreação são desenvolvidos, visando a proporcionar oportunidades de vivência do lazer às famílias de trabalhadores, através de atividades associativas, culturais, esportivas, recreativas, sociais e educativas, com vista à participação dos indivíduos nos benefícios do desenvolvimento coletivo, o fortalecimento da família e o seu bem-estar físico, mental e social.

Através de ações concretas, a FUNLAR busca alcançar suas finalidades, traduzindo objetivos gerais em metas para aperfeiçoar suas possibilidades. Nesse sentido, vem efetivando um programa de difusão e assistência técnica, o Programa Estadual de Centros Sociais Urbanos e buscando a dinamização do Centro de Recreação do Trabalhador.

Dentre os Projetos realizados evidencia-se o peso e a relevância do Programa Estadual de Centros Sociais Urbanos, quer pelo volume de tarefas que demanda, quer pela sua repercussão social. Sua finalidade básica é promover a integração social nas cidades, através do desenvolvimento de atividades comunitárias, nos campos da educação, cultura e desporto, da saúde e nutrição, do trabalho, previdência e assistência social e da recreação e lazer.

O Programa CSU, no Rio Grande do Sul, vem sendo implantado por blocos.

O 1º bloco é composto por 11 (onze) Centros, o 2º bloco é composto de 10 Centros, e 22 Centros integram o 3º bloco, o que totaliza em todo o Estado 43, dos quais 12 estão em obras, 11 em fase de licitação, 11 em projeto e 9 concluídos, devendo até março de 1979 estarem concluídos 21 Centros Sociais Urbanos no Estado.

Localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Município de São Leopoldo, em zona de grande expansão urbana, o Centro de Recreação do Trabalhador, com sua área de 92 hectares grandemente ocupada por vegetação natural, oportuniza o contato direto com a natureza, que hoje também se coloca como uma forma de lazer. O Centro de Recreação do Trabalhador, no período 1975/78, foi utilizado por cerca de 886.000 pessoas.

Tendo em vista que, em muitos aspectos, os objetivos do Centro de Recreação do Trabalhador são comuns aos dos Centros Sociais Urbanos, o Governo do Estado ampliou as finalidades do Centro de Recreação do Trabalhador, a fim de que o mesmo possa proporcionar resposta às populações que a freqüentam, também no que se refere às motivações e necessidades no campo da prestação de serviços de saúde, previdência e trabalho.

3.6 HABITAÇÃO

As atividades da área de habitação popular no período 1975/1979, receberam grande ênfase em sua realização que vem sendo executada através da Cia. de Habitação do Estado do RGS – COHAB/RS. Cumpre salientar entre essas atividades o estudo, proposição e implantação do Programa de Habitação Rural por seu significado e caráter pioneiro.

Já obtidos os meios, iniciou-se a implantação desse programa que prevê o financiamento da construção, ampliação ou melhoria de 10.000 unidades habitacionais rurais, com recursos do BNH, em especiais condições de custo.

Atualmente vêm sendo concedidos os primeiros financiamentos, ao mesmo tempo em que se busca aperfeiçoar os mecanismos do Programa, com vistas a simplificar as exigências aos interessados, atingindo ao final de 1978 a 6 unidades já aprovadas e 50 em fase final de análise.

Os demais programas desenvolvidos foram os seguintes:

- Programa de Núcleos de Habitação Popular, que atingiu a 81 municípios, com a implantação de 51.014 casas distribuídas em 123 núcleos;
- Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados – PROFILURB – de significativo conteúdo social, constituindo-se em loteamento com toda a infra-estrutura e equipamento comunitário, devendo após serem orientadas a iniciativa, a participação e a criatividade de cada um na implantação da unidade habitacional. No período de 1975/1978 foram licitados os projetos para 990 lotes, estando em

fase de análise pelo BNH outros 317; em conclusão para serem enviados ao BNH 2.650, enquanto projetos para 14.792 lotes estão em elaboração;

- Programa de recuperação e complementação de núcleos-problema, que teve como objetivo atender a núcleos caracterizados como problema pela deterioração das unidades e da infra-estrutura ou núcleos a caminho da deteriorização pelo não funcionamento da infra-estrutura ou ausência de equipamento comunitário adequado. No período 1975/1978 foram atendidos 41 núcleos com reconstrução de 1.220 casas e recuperada ou complementada infra-estrutura em 41 municípios;
- Programa de casas em terreno próprio, através do qual foram construídas em 1978, 1.074 unidades estando em andamento 412 processos, totalizando 1.501 financiamentos.

3.7 TRABALHO

Tendo na valorização e promoção do homem o objetivo primordial de sua atuação, vem a Secretaria do Trabalho e Ação Social (STAS) envidando esforços no sentido de maximizar a aplicação dos recursos disponíveis, a nível estadual e nacional, para que as atividades de preparação de mão-de-obra, análise e intermediação do emprego, incentivo ao sindicalismo e valorização do trabalho alcançassem os seguintes resultados:

Programa Estadual de Emprego

Este Programa norteia-se pelo confronto entre aspiração educacional profissionalizante demandada pela população cadastrada no Sistema, necessidades reais do mercado de trabalho quanto a categorias ocupacionais e condições oferecidas pelas instituições de treinamento.

Com a implantação de 18 núcleos regionais e 17 núcleos sub-regionais, abrangendo regiões do Estado que compõem a rede básica, o Programa Estadual de Empregos (PROESE), consolidado a partir do segundo semestre de 1976, alcançou sua efetiva integração no Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Além de núcleos regionais e sub-regionais, entraram em funcionamento 3 postos de intermediação na cidade de Porto Alegre, estando assim em funcionamento os 5 subsistemas que compõem o PROESE.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício de 1978 destacam-se:

- 151.759 vagas pesquisadas em estabelecimentos urbanos;
- atendimento a 384.656 pessoas que demandaram os núcleos, sendo que:
 - . 132.686 pessoas foram inscritas
 - . 101.197 pessoas foram encaminhadas a empregos
 - . 31.898 foram efetivamente absorvidos pelas empresas;

- diversos estudos sobre o mercado de trabalho e aperfeiçoamento dos indicadores que permitem o acompanhamento da evolução do mesmo;
- programa de integração do SINE e instituições de treinamento de mão-de-obra na área de formação profissional, realizado pela Matriz.

Preparação de Mão-de-obra

Nesta área foram desenvolvidos importantes programas, visando à valorização do trabalhador. Através da Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT) e da Assessoria Sindical da STAS foram desenvolvidos, de forma integrada, programas relacionados ao preparo de mão-de-obra, emprego, incentivo ao sindicalismo e valorização do trabalho.

Com o apoio de convênios com o Ministério do Trabalho e com a FUNDACENTRO, a FGT desenvolveu, no período de 1975 a 1978, as seguintes atividades:

- cursos de qualificação, nos setores primário, secundário e terciário da economia, com um total de 33.294 alunos;
- cursos domésticos, abrangendo 74.162 treinados;
- outros treinamentos, nas áreas de construção civil, artesanato, instrução por correspondência e outros, totalizando 87.111 alunos.

O total de treinamentos oferecidos atinge a 194.567 pessoas.

Foi dado também início ao cumprimento da primeira etapa do convênio com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), para a formação de 400 instrutores que treinarão 10.000 trabalhadores.

Em relação ao artesanato, a Fundação Gaúcha do Trabalho vem desenvolvendo e implementando uma política de incentivo e valorização do artesanato gaúcho, preocupando-se especialmente com a promoção do artesão, sua organização como categoria profissional e com apoio à comercialização da produção, através de feiras e exposições. São de destacar ainda as atividades de organização do Catálogo do Artesanato, encontros com artesãos e participação em encontros regionais.

Promoção Sindical

Como instrumento de promoção social do trabalhador o Sistema Sindical no Estado vem recebendo um grande incentivo por parte do Governo.

Na área sindical, através da Assessoria Sindical e da Coordenação Geral da Secretaria do Trabalho e Ação Social, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- financiamento de sedes sindicais;
- assessoramento na criação de associações profissionais;
- assessoria a encontros de associações representativas de classe e de trabalhadores.

No âmbito da promoção e assistência sindical, como integrantes da Semana Sindical, foram realizados passeios ciclísticos, palestras em sindicatos e estabelecimentos de ensino, visando à conscientização das comunidades com relação às promoções a serem desenvolvidas durante as comemorações do Dia do Trabalhador.

Realizou-se também Campeonato Sindical de Futebol, congregando 72 sindicatos do Estado, possibilitando a integração de dirigentes sindicais e atletas.

No tocante à promoção do sindicalismo, foram fundadas associações profissionais, além da realização de palestras em comunidades rurais, sobre os mais variados assuntos, bem como da realização de cursos de Liderança Sindical e outros.

3.8 PREVIDÊNCIA SOCIAL AO SERVIDOR

Em 1978, o Instituto de Previdência do Estado, dando continuidade à política que vem desenvolvendo no sentido de propiciar apoio e assistência ao funcionalismo estadual, ampliou os níveis de assistência médica e benefícios previdenciários, como se evidencia no Quadro que segue:

OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA DE AÇÃO DO GOVERNO	REALIZAÇÕES	METAS ALCANÇADAS	RECURSOS FINAN- CEIROS APLICADOS PRÓPRIOS
BENEFICIÁRIOS	PENSÕES – benefício destinado a amparar dependentes de associado falecido.	Concessões	1.294
		Pensionistas habilitados	2.504
		Pensões em manutenção	26.972
		Total de pensionistas	50.960
BENEFÍCIOS	PECÚLIOS – benefício destinado a auxiliar nas despesas com funerais do associado falecido.	Concessões	1.338
	AUXÍLIO NATALIDADE – benefício destinado a auxiliar nas despesas decorrentes do parto da associada ou esposa do associado.	Concessões	5.264
SERVIÇOS ASSISTENCIAIS	ASSISTÊNCIA MÉDICA	CONSULTAS	221.130
		SERVIÇOS COMPLEMENTARES	392.428
		EMERGÊNCIAS	270.052
		Capital Interior	214.798
		Capital Interior	24.738
		Capital Interior	7.910
		Capital Interior	7.162
		Capital Interior	7.292
		Capital Interior	15.018
		Capital Interior	21.402
		Capital Interior	7.436
		Capital Interior	17.176
		Capital Interior	38.615.980,28
		Capital Interior	12.504.687,02
Capital Interior	28.379.647,34		
Capital Interior	51.681.091,40		
Capital Interior	14.375.792,28		
Capital Interior	30.822.940,84		

4. AREA ADMINISTRATIVA

4. ÁREA ADMINISTRATIVA

Agregando os Órgãos inseridos nesta área, como Serviços Gerais do Estado, Planejamento, Justiça e Segurança e todos aqueles que acionaram a máquina estatal no decorrer de 1978, impulsionando as atividades que conferiram ao Governo um melhor desempenho, salientamos a ação dos serviços aqui mencionados:

4.1. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL.

A estratégia de Ação Governamental para 1975-1978, fundamentou a necessidade do conhecimento sobre a realidade gaúcha, buscando um desenvolvimento dinâmico, capaz de gerar o bem-estar social.

Abordar a ação de Planejamento Governamental no decorrer de 1978, é registrar o esforço do Governo nas áreas que estiveram inseridas no processo de desenvolvimento, desde o aumento de bens e serviços, até o registro das atividades que integraram o Programa sob ação do Executivo e que no decorrer deste exercício vieram contribuir para a dinâmica do Sistema de Planejamento Estadual.

Discorrer sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria a qual está afeta a política do planejamento estadual, é registrar nesta mensagem o esforço do Executivo em atrelar a ação governamental aos objetivos colocados como Estratégia de Desenvolvimento, atendendo a problemática econômico-financeira do Estado.

Executar Programas e Projetos que alcançassem o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado, foi meta perseguida pelo Governo. Entretanto, muitas vezes enfrentou problemas de ordem financeira, que fizeram com que a ação do Planejamento colocasse outras alternativas viáveis ajustadas à realidade gaúcha.

A Secretaria de Coordenação e Planejamento, através de sua estrutura funcional, procurou desincumbir-se de suas atribuições em 1978, buscando integrar as suas áreas de ação aos objetivos pré-determinados.

Planejamento do Setor Público

Através de subsistemas que deverão dar apoio logístico à implantação do Sistema de Planejamento, buscou-se acionar aqueles que já estão de fato atrelados a ação proposta pelo Órgão Central.

Dentro da abordagem sistêmica, o Sistema Estadual de Planejamento emerge como um todo sinérgico, constituído pela integração dos sistemas já existentes, sistemas estes que por suas características de interdependência e interatuação, em suas relações dinâmicas entre si ou em relação ao todo (SEP), adquirem a fisionomia de subsistemas apesar de gozarem de autonomia quanto a sua gestão interna. Assim, alguns subsistemas estão diretamente ligados à Secretaria de Coordenação e Planejamento e outros indiretamente, porém integrando o SEP como um todo.

Subsistema de Necessidades Espaciais

O Subsistema de Necessidades Espaciais tem como objetivo principal determinar as regiões do Estado que se apresentam como as mais carentes em diversos subsetores, com a finalidade de oferecer aos órgãos competentes subsídios para uma melhor alocação dos recursos públicos no âmbito regional.

O primeiro setor a ser estudado, e que serviu para testar a metodologia a ser utilizada, foi o Setor Saúde, seguindo-se Educação, Justiça e Segurança Pública.

Com o desenvolvimento desse Subsistema, pretende-se cobrir toda a área de atuação do Setor Público, obtendo-se assim uma imagem do Estado em termos de disparidades regionais.

A periodicidade anual na atualização dos estudos nos vários setores, permitirá que se converta em um instrumento útil, não só para o planejamento, mas também para a avaliação das atividades do Setor Público.

Sistema Estadual de Informação Técnica e Estatística – SEITE

Sob a coordenação direta da Fundação de Economia e Estatística – FEE, o SEITE expandiu-se dentro das previsões, constituindo-se, atualmente, numa das importantes obras consolidadas do governo. É interessante ressaltar que sua atuação enquadrou-se em especial com o Sistema de Planejamento do Estado, sendo seu alimentador básico.

Como expressão real da sua capacidade, criou e desenvolveu – junto com a PROCERGS – um Banco de Dados Estatístico-eletrônico, cujo acervo já se encontra à disposição das entidades consulentes. Instalou, para isso, dois terminais de teleprocessamento, um na Secretaria de Coordenação e Planejamento e outro na própria Fundação de Economia e Estatística.

A técnica desenvolvida em sistemas de informação ultrapassou as fronteiras do Estado, caracterizando-se, neste particular, a instalação de um Sistema de Informação do Amapá, com tecnologia do Rio Grande do Sul.

Os canais de comunicação estendidos para as fontes foram mantidos, mercê de um trabalho contínuo de visitas, palestras e seminários. Essas fontes, perfeitamente integradas, propiciaram o fornecimento de aproximadamente 7 milhões de dados, ao longo de 1978.

De forma objetiva, pode-se dizer que o SEITE, destina-se basicamente, a promover a reunião e arquivo das informações existentes nos diversos órgãos geradores de dados e colocá-los à disposição dos seus usuários.

Assim o Governo, através da Secretaria de Planejamento, procurou acionar o Sistema dentro de uma filosofia de integração dos subsistemas que o compõem, o que de fato o conduzirá ao melhor aproveitamento, não só do volume de informações existentes, mas dos recursos hoje disponíveis.

Subsistema de Acompanhamento Físico e Financeiro – SAFFI

O SAFFI consistiu num sistema que vem procurando agregar todos os projetos e/ou atividades contemplados com recursos de capital para investimentos, abrangendo os órgãos do Setor Público Estadual, tanto na Administração Direta como Indireta, possibilitando obter informações físicas e financeiras, com periodicidade trimestral.

Foi criado para suprir a necessidade de informações do Setor Público Estadual como um todo, buscando detectar a existência de desvios físico-financeiros na execução de empreendimentos governamentais. .

No exercício de 1978, foram cadastrados e acompanhados trimestralmente 1.550 projetos, estendendo-se a ação aos demais Poderes, como Legislativo e Judiciário.

Desta forma o SAFFI, cujos custos de manutenção estão em parte cobertos pelo Convênio firmado com a SAREM – Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, vem fornecendo subsídios à ação governamental, possibilitando uma análise do desempenho dos diversos projetos acionados pelo Setor Público.

Orçamento Público

Atribuição conferida à Secretaria de Coordenação e Planejamento, a elaboração das Leis de Orçamento Anual e Plurianual foi uma das realizações em 1978, que deverá integrar a Lei de meios para o exercício de 1979, quando então será executado.

Das atribuições conferidas à área Orçamentária destacamos:

- elaboração de projetos-de-Leis e Decretos relativos ao orçamento;
- assessoramento técnico permanente à Comissão de Programação Financeira;
- exame e encaminhamento à União de planos de aplicação de recursos do Fundo de Participação de Municípios;
- análise da situação econômico-financeira de aproximadamente 60 municípios para fins de concessão de empréstimos pelo FUNDURBANO/RS.

Planejamento Organizacional

O Planejamento Organizacional, atribuição da Secretaria de Coordenação e Planejamento, teve como preocupação durante o ano de 1978, dar maior racionalidade nos serviços desenvolvidos, através dos seguintes trabalhos:

- Elaboração de "Estudo sobre Alocação de Recursos Humanos para a Educação". Trabalho este realizado em conjunto com técnicos da SUPLAN e da SEC.
- Elaboração de estudos sobre "Comportamento do Produto, Quadro Pessoal e Produtividade" dos Órgãos da Administração Indireta do Estado, no período de 1974 a 1977".
- Exame e parecer em processos de admissão e readmissão de pessoal, de alteração de contratos e de admissão de estagiários, nos diversos órgãos da Administração Direta.
- Trabalhos de acompanhamento da Ordem de Serviço nº 02/78 referentes aos Programas de Necessidades Adicionais de Recursos Humanos.
- Realização de trabalhos sobre desempenho e produtividade dos órgãos da administração indireta.

Assessoria Técnica do Conselho Especial de Planejamento e Expansão dos Distritos Industriais - CEPEDI.

A atuação da Assessoria Técnica desenvolveu-se em duas áreas distintas: uma explicitamente relacionada com a política de Distritos e Áreas Industriais e a outra decorrente de vínculo, não formal, com a Secretaria Executiva do FUNDURBANO/RS.

O Conselho Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais, através de sua Assessoria Técnica, em 1978, deu continuidade ao exame de solicitações municipais encaminhadas à Administração Estadual visando a criação de Áreas Industriais. Na sistemática adotada, cada solicitação é analisada e identificada em sua prioridade de atendimento a nível microrregional, inferindo-se daí o atendimento que pode ser canalizado ao município dentro das disponibilidades orçamentárias.

A tarefa predominante, entretanto, foi a avaliação das realizações efetivadas na implantação de Distritos e Áreas Industriais até o exercício de 1978 e o dimensionamento do compromisso financeiro com as metas físicas já estabelecidas, dentro de um procedimento com a finalidade última de definir metas compatíveis com a demanda por novas áreas e as possibilidades para o próximo período administrativo.

Foi, ainda, realizado extenso diagnóstico, em que todos os estudos disponíveis quanto à organização territorial do Estado foram analisados e comparados com as diretrizes também já definidas referentes à política de industrialização em seus aspectos espaciais, deduzindo-se daí os elementos que servirão para definir a política de localização dos Distritos Industriais, pelo Estado.

Como apoio à Secretaria Executiva do FUNDURBANO/RS, através de sua Assessoria Técnica, a atividade básica foi a análise e acompanhamento técnico dos projetos vinculados a esse Fundo, que canaliza aos municípios,

recursos, tanto orçamentários do Estado, como de repasse da União transferidos através de Convênios, principalmente para aplicação em infra-estrutura urbana.

A atuação da Assessoria Técnica se faz através de verificação dos elementos componentes dos diversos tipos de projetos que devem obedecer, segundo a fonte dos recursos, às diferentes normas emanadas dos organismos de origem dos mesmos (FNDTU)/EBTU, FNDU/CNPU, FIU/RS:

Em termos quantitativos o desempenho relativo ao acompanhamento de contratos no decorrer do exercício de 1978 correspondeu a:

. Adicional IULCLG	86 projetos
. FUNDURBANO/RS	83 projetos
. Convênios	15 projetos

envolvendo um total de 147 municípios.

São atividades próprias dos órgãos vinculados a SCP-Fundações – os assuntos relativos a Recursos Humanos, Economia e Estatística e Pesquisa. Conta ainda a SCP, especificamente para tratar da implantação do III Pólo Petroquímico, com o CONPETRO.

Das principais realizações das Fundações e do CONPETRO, durante o exercício de 1978, destacam-se:

Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos

Com a finalidade básica de desenvolver os Recursos Humanos que deverão ser absorvidos pelos órgãos da Administração Pública e Privada, em níveis de administração superior e intermediária, utilizando-se de instrumentos de pesquisa, assistência organizacional e treinamento, promoveu a Fundação de Recursos Humanos, durante o ano de 1978, diversos cursos, como também, prestou assistência a diversas empresas.

No que tange à parte de treinamento, foram realizadas 16.163 horas aulas à uma clientela de 2.957 alunos voltados para as áreas da Administração de Recursos Humanos, Agroindústria, Planejamento Econômico-Social e Desenvolvimento e, finalmente, dado enfoque especial aos cursos que deverão dar apoio ao Setor Petroquímico.

Nas atividades endereçadas para a Assistência Organizacional, foram atendidas 16 empresas, num total de 4.733 horas de consultoria, bem como no que diz respeito à Pesquisa e desenvolvimento, foram realizadas análises e elaboração de casos.

Fundação de Economia e Estatística – FEE

Ao desenvolver qualquer de suas atividades, a Fundação de Economia e Estatística teve sempre presente as atribuições que lhe foram conferidas, procurando proporcionar o maior volume de informação ao menor custo possível, e assim subsidiar os órgãos que demandam seus serviços, a fim de que a tomada de decisão tivesse o mínimo de risco. Com base em sua concepção de

divulgar subsídios, torna-se compreensível sua preocupação em atuar como órgão de apoio operacional ao planejamento do Estado, elaborando estudos, pesquisas e análises ao seu nível de competência.

Dentre as atividades-fim da FEE desenvolvidas durante o decorrer de 1978, destacam-se aquelas relacionadas com a Contabilidade Social, Análise da Esfera Pública, Informática e Busca de Dados, Análise do Setor Primário, Análise do Setor Secundário, Análise do Setor Terciário, Indicadores Econômicos, Indicadores Sociais e Projetos Especiais.

A partir da base analítica proporcionada pelo diagnóstico da economia gaúcha, fonte integrante do Programa do governo Estadual para o período de 1975-78, resolveu o Governo do Estado do Rio Grande do Sul implementar vários programas específicos, que têm como finalidades precípua permitir a eliminação dos principais estrangulamentos detectados por esse diagnóstico no comportamento recente da economia gaúcha.

Atualmente, quatro desses programas encontram-se em desenvolvimento como: Programa Agroindústria - RS, Programa Comercialização - RS, Programa Litoral Norte - RS, Programa Metal-Mecânico - RS.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

Procurando alcançar seus objetivos, a FAPERGS durante o ano de 1978, deu continuidade aos projetos de pesquisa e programa de formação de recursos humanos para a pesquisa no Estado, dentro de sua finalidade maior que é a de promover o desenvolvimento científico e tecnológico, no que concerne à contribuição ao progresso da Ciência.

Para tanto, sua ação múltipla e variada se fez sentir nos mais diversos setores do Estado, através de bolsas e auxílios concedidos.

As áreas que mais apoio receberam foram, certamente, aquelas que no momento mais afetam a economia estadual isto é, Agronomia e Pecuária. Nestes campos buscou, através de auxílios e projetos de pesquisa, uma melhoria qualitativa e quantitativa de produção, procurando também preservar os recursos naturais.

Cabe lembrar que no combate e controle de doenças e pragas tanto da lavoura como da pecuária, foram apoiados inúmeros projetos de pesquisas, assim como o estudo de inseticidas e acaricidas mais apropriados. Foram também financiados projetos de alto interesse para o Estado, como o da Formiga Cortadeira, Serrador da Acácia Negra e de Combate à Febre Aftosa.

Pesquisa sobre Geologia e Biologia, quer continentais como marinhas, com vistas tanto a recursos Naturais como para conhecimento e solução de problemas ecológicos e de poluição, e muitas outras áreas, foram também beneficiadas por auxílios da FAPERGS.

Dando início a uma programação, realizou em 1978 quatro seminários contando com a participação de técnicos de alto nível científico, congregando várias Instituições de Pesquisa do Estado.

Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul – CONPETRO

Atuando dentro do cronograma pré-estabelecido, com vistas a que as responsabilidades do CONPETRO, na implantação do Pólo Petroquímico, como um todo, estejam perfeitamente coordenadas, em relação àquelas referentes às instalações do Complexo Básico, que lhe dá origem, o ano de 1978 foi para a Secretaria Executiva do CONPETRO, caracterizado pelo desenvolvimento de todos os seus subprogramas.

A continuidade da elaboração de projetos, ao par da contratação de obras dentro dos parâmetros estabelecidos, ao passo da progressiva desapropriação das áreas envolvidas, está permitindo o desenrolar das atividades do subprograma de Infra-Estrutura Física em condições de cumprir seus objetivos.

Os Cursos programados e realizados pelo Subprograma de Recursos Humanos, bem como a estratégia adotada, em relação à formação de pessoal para atendimento de todas as necessidades detectadas, permitirá que se alcance as metas propostas dentro dos prazos estabelecidos.

A colaboração prestada pela Secretaria Executiva, através de seu subprograma de Infra-Estrutura Social, às Prefeituras Municipais de Montenegro e Triunfo, que permitiram a concretização dos projetos CURA em ambas as municipalidades, permitir-lhes-á receber, já preparadas. O impacto populacional e de outras ordens, que a implantação do Pólo Petroquímico poderá causar-lhes. A concepção urbanística da Área Industrial, em fase de licitação de projetos, deverá permitir a instalação de serviços de apoio com brevidade, bem como a instalação de indústrias de terceira geração.

O subprograma de Proteção Ambiental, neste ano, avançou significativamente, ao conseguir implantar os estudos necessários ao alcance de suas metas, incluindo nisso o desenvolvimento dos projetos de Controle e Tratamento de Resíduos, de Proteção Vegetal e de sanitarismo.

O subprograma de Construção Civil, Máquinas e Equipamentos continuou seu trabalho de incentivo e motivação às indústrias locais com possibilidades de se tornarem fornecedoras do Pólo Petroquímico, promovendo inclusive a transmissão periódica de informações, colhidas nas próprias fontes, isto é, nas indústrias de segunda geração, no que contou com a colaboração de todos os órgãos e entidades interessados.

Concluindo os trabalhos de análise do Estudo Setorial e Identificação de Oportunidades de Investimentos nos Setores de Plásticos e Elastômeros, avançando no terreno da tecnologia com um Programa de Inovação Tecnológica e outro de Atração de Novos Investimentos, o Subprograma de Indústrias de Transformação continuou na busca de sua meta de alcançar o consumo local da maioria das matérias-primas a serem produzidas pelo Pólo Petroquímico, ao passo que colabora intensamente no estímulo às indústrias locais de terceira geração.

Acrescentando recursos obtidos por financiamentos, bem como promovendo a sua aplicação, o Subprograma de Apoio Financeiro teve participação, no setor que lhe compete, em todas as tarefas a cargo da Secretaria Executiva.

Houve, portanto, em 1978, um nítido incremento nas atividades, que em números reais pode ser detectado no aumento verificado nas funções da Unidade Administrativa, que lhe serve de embasamento e apoio.

- Recursos Humanos

Este Subprograma, para atingir suas finalidades de planejamento e motivação para a formação de mão-de-obra destinada a implantação e operacionalização do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, estruturou seus planos de ação na realização de várias atividades, destacando-se entre elas:

- Estimulos sobre Demanda de Mão-de-Obra para o Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul:

- Estudos de Oferta e Demanda de Mão-de-Obra do Mercado de Trabalho do Rio Grande do Sul:

- Previsão das Necessidades de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Pólo;

- Planejamento da Formação de Mão-de-Obra.

Subprograma de Infra-Estrutura Social

Em continuidade aos trabalhos realizados anteriormente, foram desenvolvidos os seguintes estudos com referência à Área Industrial e social referente às cidades de Montenegro e Triunfo.

Área Industrial

- Área de Apoio e Serviços

Como parte integrante do plano urbanístico da Área Industrial, foi proposta uma área de Apoio e Serviços onde se desenvolverão as atividades complementares à Construção e Operação do Pólo Petroquímico.

Estas atividades, que correspondem a necessidades específicas para o funcionamento do Pólo Petroquímico, tiveram sua localização proposta através de um plano urbanístico básico que é constituído de uma série de unidades, cada uma correspondendo a determinadas funções.

Assim, a Área de Apoio e Serviços é constituída das seguintes zonas:

- Zona de Serviços;
- Zona de Equipamentos Especiais;
- Zona de Oficinas;
- Zona de Depósitos;
- Terminal Rodó-Ferrovário.

Área Social

Tendo em vista o impacto que a implantação do Pólo Petroquímico causará nas cidades de Triunfo e Montenegro, procura-se, além da elaboração dos Planos Diretores e Projetos CURA, dar especial atenção aos aspectos sociais propriamente ditos.

No caso específico de Montenegro, o interesse de desenvolver um programa de caráter social correspondente a diversos aspectos do problema:

- Participação da Comunidade
- Demanda de Habitação e Equipamentos
- Recepção e Encaminhamento de Migrantes

O Governo do Estado, através do Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, CONPETRO, estabeleceu como meta maior na implantação do complexo, o desenvolvimento social.

Para atingir tal objetivo elaborou-se um conjunto de Planos e Programas Urbanos para atender à demanda futura da população vinculada ao Pólo Petroquímico.

Dentre as diversas alternativas estudadas optou-se por aquela que melhor atende aos princípios pré-estabelecidos que são:

- O CONPETRO assume a responsabilidade de elaborar as Diretrizes Urbanas, evitando que a população se fixe ao sabor das oportunidades existentes ou dependa de ações isoladas oficiais ou privadas, em termos de oferta de habitação.

- Foi considerada inconveniente a criação de uma cidade nova, pois sabe-se do alto custo social que resulta do lento amadurecimento de um núcleo novo e, também, todos os fatores imponderáveis que impedem, muitas vezes, a consolidação de um nível de vida razoável à população, como também os riscos de ociosidade nos investimentos de infra-estrutura básica.

- A criação de um novo núcleo urbano acoplado a uma cidade existente foi considerada a situação mais vantajosa do ponto de vista social e mais viável em função da possibilidade de utilização imediata da infra-estrutura urbana existente.

Para atender a estas premissas e analisadas as cidades em torno do Pólo Petroquímico, foi escolhida a cidade de Montenegro como base do Núcleo Urbano suporte de contingente populacional vinculado ao Pólo.

Partindo dessa definição, calcada na análise de infra-estrutura social, urbana, administrativa e vida comunitária partiu-se para estudos preliminares de demografia, condicionantes fisiográficos, hidrologia, saneamento básico, sistema viário, energia elétrica e equipamento urbano, que subsidiaram a elaboração de um plano geral que propôs uma estrutura básica à cidade, capaz de absorver as futuras demandas da população.

O Plano Diretor Urbanístico daí proveniente foi aprovado pela Câmara Municipal e constitui-se na Lei nº 2095 de 23 de maio de 1978.

Todo o processo de planejamento encetado no Município visa, então, a criar as oportunidades indispensáveis ao estabelecimento da população e, simultaneamente, organiza a ocupação urbana.

As projeções demográficas para Montenegro mostram que em 1985 a população terá quintuplicado em relação a 1977 (de 30.000 para 150.000

habitantes). É mais, que o grande salto se dará no período de 1980 – 1982 (início de operação do Pólo), para após atingir um crescimento estável.

Foi visando preparar a cidade para esta situação e procurando minimizar a defasagem que, inevitavelmente, acontecerá entre a chegada da nova população e a implantação das obras, que a Prefeitura Municipal resolveu valer-se do Programa CURA de BNH.

Com recursos deste programa, a Prefeitura Municipal pretende elaborar o seu Projeto CURA/Montenegro.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, em 25 de outubro de 1978, a Lei nº 388/78, que institui o Plano Diretor de Triunfo.

O Plano, elaborado por equipe de técnicos do CONPETRO, estabelece diretrizes de ocupação e uso do solo, sistema viário global e índice urbanístico.

Basicamente, define uma área de ocupação de 400 ha para uma população máxima de 32.000 a 40.000 habitantes, e áreas de conservação natural ao longo dos rios Taquari e Jacuí.

A existência de prédios e monumentos de grande valor histórico exigiu especiais cuidados nas propostas urbanísticas, no sentido da preservação e recomposição da paisagem urbana, em especial do patrimônio histórico e cultural da cidade.

O baixo crescimento populacional e a incipiente evolução do sítio sofrerão um acelerado processo de expansão, especialmente a partir da implantação do III Pólo Petroquímico no município.

Com o objetivo de enfrentar esses fenômenos, além da inevitável diversificação e ampliação dos serviços e a carência de infra-estrutura e equipamentos, a administração municipal solicitou ao Banco Nacional de Habitação a adesão do município ao Programa de Complementação Urbana (projeto CURA).

Os projetos e obras desejados, concentrados na sede do município, acompanham a estratégia adotada de reforçar e equipar os núcleos urbanos existentes, evitando-se a proliferação de loteamentos isolados ou mesmo a criação de cidades novas.

Proteção Ambiental

Inicialmente foi elaborado um Programa Geral de Proteção Ambiental visando atingir os seguintes objetivos:

- Estabelecimento de um sistema de proteção dos ecossistemas naturais da área de influência do Pólo Petroquímico.
- Mantimento de níveis adequados de qualidade do ar, água e solo na área de Complexo Petroquímico.

– Estabelecimento de um sistema de padrões de qualidade para os resíduos resultantes das atividades desenvolvidas no Pólo Petroquímico.

Concomitantemente foi elaborado um fluxograma (rede PERT) prevendo as etapas de atividades e seus respectivos data-prazo.

Transformação

O ano de 1978 caracterizou-se, no tocante ao subprograma Unidades de Transformação, por três eventos principais.

O primeiro deles refere-se a conclusão do “Estudo Setorial e Identificação de Oportunidades de Investimentos nos Setores de Transformação de Plásticos e Elastômeros” encomendado à empresa de consultoria que, em conjunto com o CONPETRO, elaborou uma série de diretrizes de medidas de política de apoio à adequação do parque transformador.

O segundo refere-se às atividades iniciais empreendidas pelo subprograma no sentido de implementar as medidas de política antes aludidas.

O terceiro, finalmente, trata de formação da equipe técnica do subprograma, que até abril de 1978 contava com o concurso do Coordenador, isoladamente. Com efeito, encontra-se hoje em plena atividade uma equipe formada por três economistas e três engenheiros químicos, além de dois estagiários.

Construção Civil, Máquinas e Equipamentos

O ano de 1978 foi para o subprograma mais um ano de execução de sua estratégia básica de articular contatos e difundir informações, que induzem a uma participação mais ativa da indústria regional na implantação do III Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul.

Além dos diversos contatos mantidos com as empresas, merecem destaque os contatos realizados com a Bolsa de Subcontratação Industrial de Porto Alegre, cujas atividades poderão em muito auxiliar os propósitos do subprograma.

Pretendia-se, durante o ano de 1978, uma intensificação na execução da estratégia de ação do subprograma, principalmente com relação aos contatos com empresas compradoras e fornecedoras de equipamentos, bem como um aprimoramento nas atividades de acompanhamento e avaliação dos resultados já alcançados. A realização destas tarefas não atingiu, contudo, o ritmo previsto.

De qualquer forma, os trabalhos desenvolvidos ao longo do ano permitiram um adequado atendimento às demandas exercidas principalmente pelos empresários gaúchos, com o que se atendeu a proposição básica de orientar e informar os empresários quanto a sua participação nas obras de implantação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul.

Infra-estrutura Física

As atividades deste subprograma compreendem a elaboração de estudos e projetos de engenharia e a execução das obras necessárias deles decorrentes.

Apoio Financeiro

O Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, já investiu, além dos empréstimos firmados com o Banco Nacional de Habitação, uma parte correspondente a recursos próprios num total de Cr\$ 52.400.301,00 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos mil, trezentos e um cruzeiros).

Desta forma podemos, resumidamente, apresentar a soma dos investimentos do Estado do Rio Grande do Sul, para a Implantação do Pólo Petroquímico, nos anos de 1976, 1977 e 1978.

Financiamento em UPC's: 1.817.900
Estudos, Projetos e Obras já contratados, em Cr\$:

FIPLAN	74.278.104,49
PRODEPO	501.182.097,70
RECURSOS PRÓPRIOS	52.075.075,00
TOTAL	627.535.277,19

No campo das licitações, foram realizadas as seguintes concorrências:

06/01/78 – Terraplenagem e Pavimentação das Vias 1, 2 e 3 do Complexo Industrial – Área I e pavimentação do trecho em pista simples, Ligação BR-386/Estação General Luz.

Desta Ligação participaram 3(três) empresas, tendo sido vencedora a Construtora SULTEPA S.A. à qual foram adjudicados os serviços através de Parecer da Comissão de Julgamento da Licitação, homologado pelo Senhor Coordenador Geral da Secretaria Executiva do CONPETRO, em 03 de maio de 1978.

07/02/78 – Fiscalização dos Serviços de terraplenagem e Pavimentação das Vias 1, 2 e 3 da Área I do complexó Industrial do Pólo Petroquímico e Controle de Pavimentação-Segmento compreendido entre as estacas 290 e 493 + 141 da Ligação Rodoviária BR-386/Estação General Luz.

Desta licitação participaram 7 (sete) empresas, tendo sido vencedora a ETEL – Empreendimentos Técnicos de Estradas S.A., à qual foram adjudicados os serviços através de Parecer da Comissão de Julgamento da Licitação, homologado pelo Senhor Coordenador Geral da Secretaria Executiva do CONPETRO, em 11 de maio de 1978.

08/03/78 – Viadutos Paralelos, com extensão total de 120 metros, em local onde a rodovia cruzará futuro ramal ferroviário.

Desta licitação participaram 14 (quatorze) empresas, tendo sido vencedora a Construtora PELOTENSE S.A., à qual foram adjudicados os

serviços através de Parecer da Comissão de Julgamento da Licitação, homologado pelo Senhor Coordenador Geral da Secretaria Executiva do CONPETRO, em 14 de agosto de 1978.

09/04/78 – Sistema Rodo-ferroviário do Complexo Básico, execução de Terraplenagem, Pavimentação, Drenagem e Obras Complementares.

Desta licitação participaram 7 (sete) empresas, tendo sido vencedora a Construtora FERREIRA GUEDES S.A., à qual foram adjudicados os serviços através de Parecer da Comissão de Julgamento da Licitação, homologado pelo Senhor Coordenador Geral da Secretaria Executiva do CONPETRO, em 13 de outubro de 1978.

01/05/78 – Serviços de Consultoria e Fiscalização de terraplenagem, Pavimentação, Drenagem e Obras Complementares do Sistema Rodo-ferroviário do Complexo Básico.

Desta licitação participaram 7 (sete) empresas, tendo sido vencedora a MAGNA-Engenharia Ltda., à qual foram adjudicados os serviços através de Parecer da Comissão de Julgamento da licitação, homologado pelo Senhor Coordenador Geral da Secretaria Executiva do CONPETRO, em 18 de outubro de 1978.

Urbanismo

O órgão responsável pela implementação da política de desenvolvimento regional e urbano, definida na Estratégia de Ação Governamental 1975/78, é a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas.

A SDO, tendo em vista suas finalidades, atua apoiada em dois setores técnicos que são a Supervisão de Obras e a Superintendência do desenvolvimento Urbano e Administração Municipal.

Dentre os órgãos vinculados à SDO tem também atuação no campo do Urbanismo a Fundação Metropolitana de Planejamento e a Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras.

A Supervisão de Obras – S.O., é a responsável pela implantação das instalações físicas (obras novas e ampliações), onde funcionam os órgãos da Administração Estadual, e, ainda, incumbida da recuperação e conservação dos prédios existentes. Em 1978, na execução de obras novas e ampliações, foram investidos Cr\$ 115.649.000,00 em 164 obras que totalizam 52.309m² de construção. Destas, 100 unidades já foram entregues, estando 64 em conclusão. A parcela de área construída é destinada à educação e significa o acréscimo de 445 novas salas de aulas para cerca de 30.000 novos alunos.

Na recuperação ou manutenção de 230 edificações foram empregados Cr\$ 27.185.000,00.

Foram ainda elaborados 52 projetos arquitetônicos e 58 projetos complementares que permitirão a execução de novo Programa de Obras.

A S.O. emitiu também 33 pareceres relativos a avaliações, vistorias e perícias e prestou assistência técnica a diversas prefeituras.

A Superintendência do Desenvolvimento Urbano e Administração Municipal – SURBAM, tem a seu cargo os projetos e as atividades relativas ao desenvolvimento urbano e regional, o aprimoramento administrativo das prefeituras através da implantação de métodos e processos adequados e da capacitação de funcionários e de ampla assistência técnica às prefeituras do interior do Estado.

A atuação da SURBAM compreendeu, neste período, as seguintes atividades:

- elaboração de diagnóstico para 10 regiões do Estado, estando concluídas a tabulação dos dados e a análise preliminar das variáveis, com a conclusão do relatório da região de Santo Ângelo (com participação da CEDRO);

- assinatura de convênio com a SUDESUL/INTER, de cooperação técnica, para ação conjunta e aplicação de recursos federais na promoção do desenvolvimento de conjuntos de municípios pertencentes à Região de Caxias (Sub-região de Bento Gonçalves) e à Região das Missões;

- elaboração de planos diretores objetivamente ao controle do uso do solo urbano e ao desenvolvimento orientado das cidades, adequando a organizações dos núcleos urbanos às funções locais e regionais, incluindo 23 municípios, estando 6 concluídos. Foi procedido o estudo de modelos de Lei de Loteamento e de Código de Obras para pequenas cidades;

- assessoria e atendimento sistemático a 20 municípios e assinatura de protocolos com mais 16 novos municípios; foram executados 19 levantamentos plani-altimétricos de áreas ou setores urbanos para fins de projetos ou desapropriação; foram elaborados projetos de esgoto pluvial e projetos de engenharia final para pavimentação de 60 logradouros em 9 cidades;

- exame de projetos técnicos e verificação de localização, expedindo alvarás para a construção de 37 barragens particulares que, no conjunto, totalizam 40.502.700m³ de água acumulada. As barragens licenciadas em 78 estão localizadas nos municípios de Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, Itaqui, Quaraí, Restinga Seca, Santa Maria, São Borja e Uruguaiana;

- levantamento, treinamento específico e elaboração de modelo, objetivando elevar a eficiência das administrações municipais, iniciando-se o processo de modernização administrativa em 38 municípios, para os quais foram detalhados também os instrumentos (plano de classificação de cargos, regimento interno, etc.). Foram feitas avaliações e prestada assistência sistemática a 24 outros municípios já em fase de implantação da reforma;

- início da implantação de sistema de contabilidade em 4 novos municípios, além da assistência assegurada a 31 municípios em que o sistema SURBAM está sendo operado;

- emissão de 50 pareceres em assuntos de administração de pessoal, de relacionamento executivo/legislativo e interpretação de legislação de interesse municipal, para orientar prefeituras e câmaras municipais;

– levantamento de necessidades e de programas existentes relativo às 13 cidades de porte médio e montagem da minuta da proposta de investimento no RGS para o Programa Cidade de Porte Médio, para aplicação de Cr\$ 126.000.000,00 do FNDU em programa de cerca de Cr\$ 456.000.000,00. A proposta, com leves alterações, foi aceita e os convênios assinados, tendo sido liberados já 15% dos recursos de FNDU;

– execução de obras “Proteção Contra as Cheias do Rio dos Sinos”, para as quais foram destinados Cr\$ 10.000.000,00 de recursos ordinários do Tesouro e Cr\$ 15.000.000,00 oriundos de financiamentos do Governo da República Federal da Alemanha. Na “Defesa de Porto Alegre Contra Inundações” foram aplicados pelo Estado, em 78 Cr\$ 16.965.191,00, dos quais Cr\$ 9.048.126,00 oriundos do FIBREM/BNH, na construção e na instalação de equipamento elétrico-mecânico, cujo valor totaliza em 78, Cr\$ 94.987.100,00;

– investimento total para proteção contra cheias e recuperação de áreas junto ao Rio dos Sinos eleva-se a Cr\$ 90.264.159,48 e os investimentos no sistema de proteção a Porto Alegre elevam-se a Cr\$ 367.952.300,16;

– realização de cursos no subprograma Capacitação de Recursos Humanos – para funcionários das Prefeituras do Interior, executado em convênio com o Centro Regional de Treinamento em Administração Municipal (Novo Hamburgo). Foram ministrados 24 cursos, sendo 14 de 60h, 8 de 30h/aulas e 2 de 18h/aulas. Destes, alguns foram descentralizados, isto, ministrados fora da sede, visando à clientela de uma região. Os cursos totalizam 1.116h sobre diversos assuntos de interesse da Administração Municipal, organizados segundo levantamento prévio e beneficiaram 418 funcionários.

Fundação Metropolitana de Planejamento – METROPLAN

Tendo como objetivo o planejamento integrado do desenvolvimento sócio-econômico da Região Metropolitana de Porto Alegre, é vinculada à SDG. Desempenha papel semelhante ao da SURBAM, mas sua área de atuação é restrita aos 14 municípios da Região Metropolitana.

Em 1978, além dos estudos e pesquisas voltadas para a atualização do Plano Metropolitano e implementação da organização do espaço da região metropolitana, para aperfeiçoamento dos instrumentos normativos técnicos de controle específico do uso do solo, a METROPLAN intensificou o assessoramento aos municípios e empenhou-se na montagem e gerência de programas destinados a captar recursos de fora do Estado para aplicação na região.

O subprograma Pavimentação de Vias Urbanas com Transporte Coletivo em Zonas de População de Baixa Renda canalizou, com apoio da EBTU, recursos do BIRD no valor de Cr\$ 120.000.000,00, observada a taxa de convenção à época de assinatura dos contratos, que se somam a Cr\$ 40.000,00 de contrapartida regional. Já foram liberados 20% dos recursos, tendo sido licitadas pela METROPLAN as obras de pavimentação de 13.650 m² de logradouros em 7 municípios e a elaboração de projeto de engenharia final para Estância Velha como etapa inicial.

O Plano de Investimento da RMPA 78/79, elaborado através de convênio com a CNDU, foi aprovado e obteve a destinação de Cr\$73.000.000,00 do FNDU, dos quais já foram liberados 15% para aplicação em projetos prioritários nos municípios da RMPA. Um total de mais de 30 outros projetos em atividades desenvolvidas no período, pertinentes aos programas - Atualização do PDM, implantação do Cadastro Metropolitano, Assessoramento Municipal, Utilização de Informações Básicas e estudo de Índices e Critérios Técnicos Especiais e Análise dos Instrumentos de Implantação, e Avaliação de Infra-estrutura e Serviços Essenciais na Região, - nos dão conta do desempenho da equipe da METROPLAN.

A METROPLAN firmou convênio com o INCRA, passando a examinar previamente os pedidos de loteamento e desmembramento de imóveis nas áreas rurais. Este simples ato racionaliza o processo e assegura melhor controle da expansão urbana na região.

Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras – CEDRO

A CEDRO é também vinculada à SDO e foi criada com o objetivo de executar a política estadual de construção e conservação de prédios públicos, e a referente aos programas de desenvolvimento regional e urbano. Assim sendo, é natural que parte substancial de sua atividade seja estreitamente vinculada à atuação da SDO. A CEDRO executa tarefas que lhe são confiadas pela SDO de acordo com diretrizes fixadas e seguindo as especificações contidas nas Ordens de Serviço. Este estreito relacionamento não impede, entretanto, de contratar outras obras e serviços de forma independente.

A CEDRO pode executar diretamente ou subempreitar os serviços que lhes são confiados. O maior volume de sua atividade está na fiscalização de obras adjudicadas a terceiros.

No ano de 78 a CEDRO assinou contratos no valor de Cr\$ 174.311.843,25 e apresentava como saldo de contratos do ano de 1977, Cr\$ 32.920.803,51. Os serviços executados no ano findo totalizaram Cr\$ 148.593.438,71 ficando um saldo de Cr\$ 58.639.208,05 para execução em 1979.

Dentre os 29 contratantes listados estão 11 Prefeituras, BANRISUL, Assembléia Legislativa e o Conselho Regional de Contabilidade. Os demais clientes são órgãos estaduais.

Os contratos de maior valor são devidos à SEC (cerca de 78 milhões) para construção e, principalmente, fiscalização de obras de escolas e a SDO (OBRAS DO CAE).

No campo do Urbanismo, a CEDRO atuou com a equipe de seu Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano em tarefas pertinentes ao planejamento municipal, tanto através de Ordens de Serviço da SURBAM, como de contratos com as Prefeituras (9 municípios, sendo 5 estudos de viabilidade de administração financeira para financiamento de obras pelo projeto CURA). A mesma equipe executou também as tarefas relativas aos diagnósticos regionais sob supervisão da SURBAM. Outras Atividades desenvolvidas pela SDO, através de órgãos vinculados:

Fundação Zoobotânica

A Fundação Zoobotânica, vinculada à SDO, tem por objetivo a manutenção e administração de áreas destinadas à proteção da flora e fauna e de outros recursos naturais. Compreende o Parque Zoológico, o Jardim Botânico e o Museu de Ciências Naturais.

Além da responsabilidade sobre as áreas de proteção e recursos naturais e de lazer, a Fundação tem entre as suas finalidades o desempenho da atividade de natureza científica e cultural, que derivam do seu objetivo principal. Assim é que a Fundação Zoobotânica realizou, em 1978, estudos e pesquisas em ciências naturais. Na divulgação de seus trabalhos edita o periódico IHERINGIA nas séries Botânica, Zoologia, Geologia e Antropologia.

Através de convênios com outras entidades desenvolve atividades científicas, culturais e recreativas. Em convênio com a PUC/RS realizou cursos: pós-graduação em Zoologia e desenvolveu atividades contínuas com a UFRGS. Promoveu também palestras em escolas de 1º e 2º graus.

A Fundação Zoobotânica, lançando mão da capacitação técnica de sua equipe, prestou serviços especializados de assessoramento e consultoria em assuntos de preservação do meio ambiente, principalmente à órgãos estatais e entidades vinculadas à administração do Estado.

4.2 JUSTIÇA E SEGURANÇA

O Programa envolveu as funções pertinentes à área da JUSTIÇA e SEGURANÇA PÚBLICA, promovendo as atividades desempenhadas pelos órgãos inseridos nestas funções.

A agregação das atividades atinentes à área da Justiça sob a ação do Poder Executivo, vai desde as atividades protocolares como Relações Consulares, até a administração do sistema penitenciário estadual, exigindo para isso recursos financeiros e humanos que, conjugados, acionam todas as funções desempenhadas nesta esfera de ação.

Com referência à área da Segurança Pública, cabe ressaltar que estão arroladas as funções Polícia Civil e Brigada Militar, integrando o Programa que aborda as atividades do Governo nesta função em 1978.

Secretaria de Justiça

Atendendo suas funções, coube ao Órgão acionar as atividades desempenhadas pela Administração Central, promovendo o bom desempenho das Relações Consulares e demais serviços pertinentes a esfera da Secretaria da Justiça.

Destacamos o apoio que o Poder Executivo vem emprestando ao Poder Judiciário, no que tange à infra-estrutura do mesmo – Construção de Foros –, o qual faz parte dos projetos executados em 1978.

- Junta Comercial

No cumprimento de suas atribuições, que é a de execução do registro do comércio, o ano de 1978 foi caracterizado para a Junta Comercial, como de mudanças e profundas alterações causadas pela implantação de novo sistema de Cadastro Nacional de Empresas, iniciado efetivamente a partir de 2 de maio do ano em curso.

- Arquivo Público

O Arquivo Público deu continuidade a seus serviços, procurando sempre atingir maior eficiência no atendimento das atividades relacionadas a informações e dados solicitados pelo público.

- Superintendência dos Serviços Penitenciários

A Superintendência dos Serviços Penitenciários tem por competência planejar e executar a política penitenciária do Estado. Diretamente subordinada ao secretário da Justiça, a SUSEPE tem como órgão de atividade – fim o Departamento de Estabelecimentos Penais – DEP, incumbido de dirigir e coordenar o funcionamento dos 91 estabelecimentos da rede penitenciária, dos quais 82 são presídios municipais, 2 são presídios regionais e 7 são casas de categoria especial.

Com uma população carcerária em torno de 4.500 internos, apresentando grande mobilidade devido às questões de segurança e, principalmente, pela necessidade de neutralizar os grupos de influência, esta população esteve distribuída nas casas próprias, segundo o critério de segurança, disciplina, volume de pena e periculosidade.

Através da Equipe de Engenharia Prisional, que desenvolveu suas atividades na área de planejamento e execução de prédios apropriados ao sistema penitenciário, foi dada continuidade às obras do Presídio Municipal de Santiago, já em fase de conclusão, e do Presídio Regional de Santo Ângelo e de Santa Maria.

A Escola de Serviço Penitenciário, atualmente com corpo docente de 17 professores nas áreas de formação pedagógica e orientação técnica para atuação específica no campo penitenciário, deu continuidade aos seus diversos cursos, visando a formação de seu quadro de Agentes de Segurança Penitenciária, Monitores e Médicos Psiquiatras Forense.

Além destes, a Escola propiciou cursos de Identificação, Orientação de Estágio Supervisionado e Seminários de Estudos Técnicos.

Dando continuidade à execução da política penitenciária que objetiva a ressocialização do preso, a SUSEPE propiciou à população carcerária do Estado algum curso, aprendizagem, desde os cursos de alfabetização até os de formação profissional, em convênios com a LBA e Ministério do Trabalho.

Procuradoria Geral da Justiça

A Procuradoria Geral da Justiça, Órgão do Ministério Público, com vinculação administrativa direta ao Governador do Estado compõe-se de Procuradores da Justiça, Promotores Públicos, Quadro de Pessoal Administrativo, que no cumprimento de suas atribuições eminentemente sociais buscam, cada vez mais, dinamizar as atividades desenvolvidas a fim de obter resultados na sua área de competência.

Em Matéria Criminal, a atividade mais significativa foi a atuação em inquéritos, processos, apresentação de recursos e audiências assistidas.

Relativamente à Matéria Cível, registrou-se a movimentação de diversos Processos no âmbito da Família e Sucessões, no Registro Público, Falências e Concordatas, bem como os relacionados com Menores, Incapazes, Ações de Usucapião e atuação na área da Justiça do Trabalho.

Houve, também, atuação do Ministério Público junto às Câmaras Cíveis e Criminais do Tribunal de Justiça e Alçada, elaborando pareceres na sua área de competência. Desnecessário se faz ressaltar a ação do Ministério Público, pois é reconhecido o eficiente serviço que vem prestando na conjugação dos Poderes constituídos.

Consultoria Geral do Estado

Como órgão de apoio ao Poder Executivo, a Consultoria Geral do Estado, no que tange à defesa judicial, patrocinou os interesses do estado, quer ajuizando ações em nome deste, quer contestando as ações propostas contra o mesmo, ou ainda, acompanhando processos, interpondo recursos, apresentando memoriais e fazendo sustentações orais perante juízos singulares, Câmaras, Grupo de Câmaras ou Pleno dos tribunais de Alçada e de Justiça.

Foi prestado assessoramento jurídico às consultorias formuladas pelo Poder Executivo Central, por órgãos de Administração Direta e Indireta, bem como por Prefeitos Municipais e Câmara de Vereadores.

A assistência Judiciária vem sendo prestada tanto na capital como no interior do Estado, abrangendo as comarcas de Alegrete, Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Esteio, Gravataí, Lageado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Sapucaia do Sul, Taquara, Tupanciretã, Vacaria, Viamão.

Secretaria da Segurança Pública

A ação da Secretaria da Segurança Pública endereçada aos dois blocos distintos a ela subordinados – Polícia Civil e Brigada Militar, deu continuidade, em 1978, aos projetos previstos, procurando coordenar os dois órgãos executivos de maneira a obter o melhor desempenho.

– Polícia Civil

Foi dado andamento aos projetos de construção de prédios como as Delegacias de Polícia de Lavras do Sul, Santa Vitória do Palmar, Guaíba, 13ª Delegacia de Porto Alegre, bem como a ampliação dos insumos necessários ao sistema operacional – material, viaturas e outros.

Na área de Recursos Humanos tem sido uma preocupação constante o treinamento do pessoal ocupado nestes serviços, de maneira a adaptá-lo às funções dentro do conceito moderno e dinâmico de Administração de Pessoal.

– Brigada Militar

A Brigada Militar sendo uma instituição permanente organizada com base e disciplina, para desempenho de suas atribuições constitucionais, regida pela legislação federal pertinente às Polícias Militares e pela legislação estadual supletiva, prosseguiu suas atividades dentro dos parâmetros estabelecidos para o Órgão.

Desempenhou a corporação uma série de missões, que se expressaram através das ações do policiamento urbano, rural, trânsito, segurança externa dos estabelecimentos penais do estado, prevenção e extinção de incêndios, e finalmente busca e salvamento.

Para desempenhar tais missões, a Brigada Militar adotou critérios de departamentalização funcional e territorial, escalonando seus órgãos de Direção, Órgãos de Apoio e Órgão de Execução.

Os Órgãos de Direção realizaram o comando e a administração da Corporação, acionando os órgãos de Apoio e Execução.

Os Órgãos de Apoio atenderam às necessidades de pessoal e material da Corporação nas áreas:

- apoio ao ensino
- apoio logístico
- apoio de saúde
- apoio de pessoal.

Citando-se ainda o apoio à ampliação da infra-estrutura da Corporação, no que diz respeito a ampliação de Quartéis e obras do Corpo de Bombeiros.

E, finalmente os Órgãos de Execução, realizaram as atividades-fins da Corporação, de acordo com as diretrizes e ordens, emanadas dos Órgãos de Direção, constituídos pelos Comandos e unidades de Polícia Militar.

4.3 SERVIÇOS GERAIS DO ESTADO

O Programa aqui abordado agrega as realizações dos diversos órgãos, cujas atividades somaram esforços no sentido de promover os serviços de administração em geral, bem como aqueles que acionaram o sistema financeiro do Estado, integrando as realizações do Poder Executivo em 1978.

Secretaria da Administração

Integrando os órgãos da Administração Direta Estadual, e considerando as proposições colocadas no documento "Estratégia de Ação Governamental 1975-1978", o Governo procurou na medida dos recursos disponíveis – Humanos e Financeiros – acionar os projetos voltados para a dinamização e automação do Sistema de Pessoal do Estado. A realidade poderá demonstrar que pouca coisa foi realizada nesta área, porém deseja-se registrar que o Poder Executivo tem procurado coordenar uma política justa, principalmente atendendo as necessidades detectadas nos diversos Quadros de Pessoal que integram o Sistema Estadual.

Não foi possível de fato, realizar os projetos em seu todo, porém esforços neste sentido foram feitos, e ressalta-se que o Projeto de Reclassificação, para o qual o Poder Legislativo tem demonstrado o maior interesse, está na pauta das prioridades da área de pessoal, dependendo apenas do volume de Recursos Financeiros necessários à sua implantação.

Desta forma, as realizações em 1978 na esfera "Administração de Pessoal", foram ditadas por uma sistemática coerente não só com filosofia política do governo mas com a realidade financeira no nosso Estado.

Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas – CORAG

Prosseguindo o seu programa de expansão e dinamização dos Serviços Gráficos, a CORAG acionou em 1978 os projetos que emprestaram novo perfil à empresa, estando a mesma hoje capacitada a atender a demanda dos diversos órgãos do Setor Público, tanto do Poder Executivo, Judiciário e Legislativo, como também ao setor privado, como no caso do Diário da Indústria e Comércio.

Hoje a situação financeira da Companhia é das mais sólidas, com um parque gráfico modernizado, apresentando alto coeficiente de liquidez.

As realizações em 1978, conferiram à empresa uma imagem de dinamismo e produtividade, situando-a dentro das expectativas do governo.

Companhia Estadual de Processamento de Dados – PROCERGS

A PROCERGS, tendo como objetivo a execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informação e assessoramento técnico, vem colocando-os à disposição dos diversos órgãos da Administração Estadual que despertaram para a utilização do sistema eletrônico.

No que se refere à tecnologia, a política adotada nos últimos quatro anos tem sido a de manter os investimentos em pesquisa, de modo a colocar à disposição dos usuários os serviços de forma mais avançada possível, no campo da computação.

Os investimentos nesta área têm sido permanentes, dado a contínua necessidade de desenvolvimento técnico, em razão do avanço constante da Tecnologia de Computação.

Os setores prioritários de investimentos foram:

- teleprocessamento;
- banco de dados;
- reconhecimento de caráter magnetizável;
- microfilmagem.

O faturamento real da PROCERGS cresceu na ordem de 47%, no período de 1977/1978, enquanto a média do quadriênio foi de 35,8%.

4.4 GESTÃO FINANCEIRA

No que diz respeito a Gestão Financeira, cabe ressaltar a "performance" da Secretaria da Fazenda nas proposições colocadas com respeito ao sistema tributário ora em vigor, e onde está detectado o ônus dos incentivos à exportação, no que diz respeito a redução das receitas públicas do Estado.

Também salienta-se a continuidade que o Governo deu à política de ter o contribuinte como cliente, o que vem ao encontro do que esta Administração sempre apregouo durante sua gestão.

Falar sobre déficit orçamentário sem introduzir dados reais, é difícil: logo o Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 1978, reportará a situação de fato das finanças públicas do Estado.

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

O BANRISUL, como principal Banco Comercial do Estado e maior agente financeiro do Governo Estadual teve, durante o ano de 1978, a seguinte atuação:

Capital e Reservas

Em Assembléia Geral realizada no dia 06.07.1978, foi aprovado o aumento de Capital de Cr\$ 354.375.000,00 para Cr\$ 567.000.000,00 mediante bonificação de 60% aos acionistas.

Dentre os acionistas, o Banco conta hoje com 2.800 de seus próprios funcionários, (em 1976 esse número não chegava a 600).

Evolução do Capital e Reservas

						Cr\$ 1.00
DATA	CAPITAL	REL.	RESERVAS	REL.	TOTAL	REL.
31.12.75	187.500.000	100	229.662.623	100	417.162.623	100
31.12.76	253.125.000	135	371.279.326	162	624.404.326	150
31.12.77	354.375.000	189	756.614.463	329	1.110.989.463	266
31.10.78	567.000.000	302	878.729.804	383	1.445.729.804	346

Depósitos

Constituindo-se na principal fonte supridora de Recursos, a captação de depósitos mereceu o máximo empenho por parte do banco, o que permitiu o incremento bastante significativo, considerando-se as limitações impostas pelas Autoridades Monetárias no decorrer da atual gestão administrativa.

Em 31.10.78, o saldo de depósitos totais atingiu a cifra de Cr\$ 6.829.243.030,00, que comparada a 31.12.77, correspondeu a um aumento de 39,78%.

Repasse e Refinanciamentos

São créditos repassados por Instituições Oficiais, Instituições Financeiras Oficiais e do Estrangeiro.

Em 31.10.78 o valor dos repasses e refinanciamentos era de Cr\$ 11.729.252.000,00 o que representa um acréscimo de 55,59% em relação ao ano anterior.

Empréstimos Totais

A expansão dos empréstimos totais comprova o acerto da estratégia adotada pelo Banco. Apesar de todas as medidas reprimindo o crédito, emanadas das Autoridades Monetárias, conseguiu-se um significativo incremento nos empréstimos totais.

Em 31.10.78 o saldo de aplicações do Banco era de Cr\$ 16.450.908.678,00 e em 31.12.77, de Cr\$ 11.706.332.229,00, representando um aumento de 40,5%.

Em decorrência desta atuação, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul está entre os primeiros bancos do País na relação Empréstimos/Depósitos. Em 31.10.78, para cada Cr\$ 100,00 de depósitos emprestava-se Cr\$ 248,88.

Empréstimos por Carteira

As aplicações nas diversas linhas de crédito podem ser visualizadas pelo quadro abaixo:

Empréstimos por Carteira em 31.10.78

Em Cr\$ 1,00

CARTEIRA	VALOR
CRÉDITO GERAL	5.460.839.771
CRÉDITO HABITACIONAL	4.709.090.952
CRÉDITO INDUSTRIAL	1.626.118.659
CÂMBIO	3.088.000.000
CRÉDITO RURAL	1.566.859.296
TOTAL	16.450.908.678

Rede de Agências

O Banco do Estado conta entre seus objetivos, dotar os 232 municípios do Estado, com um mínimo de uma representação bancária.

Atualmente conta com 220 agências, sendo 21 fora do Estado, 22 na Capital e 177 no interior do Rio Grande do Sul.

Durante o ano de 1978 foram instaladas 8 Agências e 4 Postos de Prestação de Serviços, sendo que estão em fase de implantação, 6 projetos de instalação de Agências.

Caixa Econômica do Estado do Rio Grande do Sul

Como órgão de captação e de canalização de recursos para os diversos setores de economia, a Caixa Econômica Estadual durante o ano de 1978, teve sua atuação sempre voltada para o cumprimento dos seus objetivos.

No que se refere a depósitos, o montante atingido foi de Cr\$ 7,2 bilhões, o que representa um acréscimo de 62% em relação ao ano anterior, superando desta forma os depósitos dos demais bancos privados gaúchos.

Os empréstimos a particulares, por sua vez, atingiram o valor de Cr\$ 4,3 bilhões num total de 155.293 contratos aplicados.

Nas atividades desenvolvidas pela Carteira de Habitação verificou-se um crescimento do número de depositantes de 350.841 em 1977 para 427.261 em dezembro de 1978, totalizando Cr\$ 5,1 bilhões, enquanto em 1977 este valor era de Cr\$ 3,2 bilhões.

Para o setor imobiliário os financiamentos totalizaram Cr\$ 1,1 bilhão, na implantação de 2.891 unidades habitacionais.

Os Empréstimos às Prefeituras beneficiaram 77 municípios num valor de Cr\$ 181,3 milhões.

Atualmente, o número de agências e postos da CEE é de 177, devendo ainda, mais dois municípios serem acrescidos a esta Rede.